

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ALFONSO ALELUIA LOPES SÁ

**Análise da Qualidade do Desenvolvimento Eco-Socioeconômico
da Guiné-Bissau de 1980 a 2005**

Florianópolis, 2008.

ALFONSO ALELUIA LOPES SÁ

**ANÁLISE DA QUALIDADE DO DESENVOLVIMENTO ECO-
SOCIOECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU DE 1980 A 2005**

Monografia a ser submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Louis Roberto Westphal

Florianópolis, 2008.

Sá, Alfonso Aleluia Lopes

Análise da Qualidade do Desenvolvimento Eco-Socioeconômico de Guiné-Bissau de 1980 a 2005 / Alfonso Aleluia Lopes Sá . – Florianópolis : UFSC / CSE, 2008 . – 103f. . – Orientador: Louis Roberto Westphal . – Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, CSE, 2008.

1. Assunto. I. Westphal, Louis Roberto (orientador). II. Universidade Federal de Santa Catarina, CSE. III. Análise da qualidade do desenvolvimento Eco-Socioeconômico de Guiné-Bissau de 1980 a 2005.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ____ ao aluno Alfonso Aleluia Lopes Sá na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Louis Roberto Westphal
Presidente

Prof. Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Prof. Milton Biage
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus pai todo poderoso, amigo fiel e presente nos momentos mais difíceis, pelo dom da vida e pela força e vontade de procurar sempre mais.

Aos meus queridos pais (Artur Martinho Sá e Eugênia Aleluia Lopes Sá) e avós (João Aleluia Lopes e Belmíra Alves Ié), que com seus exemplos me educaram e ensinaram-me a lutar com determinação e perseverança pela conquista de um ideal, sem o qual o ser humano não tem razão de ser.

À minha família em geral, em especial ao meu tio e tia (Antônio Sedja Mam e Cornélia Aleluia Lopes Mam), que generosamente tiveram a confiança de investir na minha formação, possibilitando assim a realização do meu sonho.

Aos meus amigos e amigas, colegas e companheiros, que durante essa longa trajetória estudantil estiveram do meu lado nos piores e melhores momentos e com sua solidariedade contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Ao professor Dr. Louis Roberto Westphal, pela sua orientação, por sua atenção e boa vontade, que muito contribuiu para realização deste trabalho. Aos professores Milton Biage e Hoyêdo Nunes Lins pela co-orientação.

Aos professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, que, com dinamismo, dedicação e competência, possibilitaram a realização desse curso.

RESUMO

No presente trabalho, pretende-se analisar a qualidade do crescimento econômico da Guiné-Bissau e os fatores que a levaram a permanecer como nação subdesenvolvida e estagnada durante o período de 1980 a 2005. Inicialmente, faz-se um breve levantamento dos acontecimentos que marcaram a história econômica e social do país durante o período em análise. Depois, busca-se fundamentar o estudo em conceitos e teorias eco-socioeconômico do desenvolvimento, sendo selecionados aqueles que se revelam mais importantes para o alcance dos objetivos propostos. Num segundo momento, apresenta-se a estrutura socioeconômica do país, colocando em evidência o contexto socioeconômico e político atual, os aspectos físicos e geográficos e a organização do espaço, observando assim os principais fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento do país. Apresentam-se também alguns indicadores do desenvolvimento eco-socioeconômico, acompanhados de gráficos e tabelas ilustrativas que permitem a comparação da situação econômica, social e ambiental da Guiné-Bissau entre suas distintas regiões e considerando sua situação nos diferentes períodos. Finalmente, na conclusão, procura-se destacar os principais fatores responsáveis pela situação atual do país (subdesenvolvimento e estagnação) e apontar algumas possíveis estratégias de desenvolvimento válidas para a inversão dessa situação.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Desenvolvimento econômico. Guiné-Bissau. Subdesenvolvimento. Sustentabilidade.

SUMÁRIO

1 PROBLEMÁTICA.....	8
1.1 INTRODUÇÃO.....	8
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Geral	12
1.2.2 Específicos.....	12
1.3 METODOLOGIA	12
2 ASPECTOS CONCEITUAIS	15
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	15
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS.....	15
2.2.1 Crescimento Econômico	16
2.2.2 Desenvolvimento Econômico	17
2.2.3 Desenvolvimento Sustentável	22
2.2.4 Subdesenvolvimento.....	23
2.2.5 Relações entre o Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Subdesenvolvimento.....	25
3 DISCUSSÃO TEÓRICA.....	28
3.1 A QUALIDADE DE CRESCIMENTO	28
3.1.1 Visão Geral	28
3.1.2 Os princípios do Desenvolvimento	30
3.1.3 Ações que não devem ser negligenciadas.....	31
3.1.4 Investimento no Povo.....	32
3.1.5 Administração do Meio-Ambiente	32
3.2 REFLEXÃO E PERSPECTIVAS.....	32
3.2.1 Mudanças na prática e no pensamento do desenvolvimento	33
3.2.2 Papel de Instituições e Governança	34
3.2.3 Especificidade e maior Integração dos Aspectos Sociais do País	34
3.2.4 Assistencialismo	34
3.2.5 Redução da Pobreza	35
4 ESTRUTURA FÍSICA E SOCIOECÔNOMICO DA GUINÉ-BISSAU.....	36
4.1 CONTEXTO SOCIOECÔNOMICO E POLÍTICO.....	36
4.1.1 Contexto socioeconômico	36
4.1.2 Contexto econômico.....	38
4.1.3 Contexto Político	39
4.1.4 O conflito político-militar	40
4.2 ASPECTOS FÍSICOS.....	41
4.2.1 Caracterização da posição geográfica e a divisão administrativa.....	42
4.2.2 Levantamentos dos fatores físicos	43
4.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	44
4.3.1 Povoamento e Colonização da Guiné-Bissau	44
4.3.2 A Guiné-Bissau como Colônia	45
4.3.3 A Infra-estrutura Econômica da Guiné-Bissau.....	47
4.3.3.1 Conclusões	56

5 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECO-SOCIOECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU.....	57
5.1 INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO ECO-SOCIOECONÔMICO	57
5.2 ASPECTOS POPULACIONAIS.....	59
5.2.1 <i>Evolução Populacional</i>	59
5.2.2 <i>Distribuição da População por zonas e Fluxos Migratórios</i>	62
5.2.3 <i>Análise do Mercado de Trabalho</i>	65
5.3 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	69
5.3.1 <i>Indicadores do Desempenho Econômico</i>	69
5.3.2 <i>Estrutura produtiva</i>	73
5.4 ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS	76
5.4.1 <i>Indicador de renda (Gini)</i>	77
5.4.2 <i>Indicadores de Saúde</i>	79
5.4.3 <i>Indicadores da Educação</i>	81
5.4.4 <i>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	86
5.4.5 <i>Indicadores da Sustentabilidade Ambiental</i>	88
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	91
6.1 CONCLUSÕES.....	91
6.2 RECOMENDAÇÕES	94
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100

1 PROBLEMÁTICA

1.1 Introdução

O esforço pela melhoria do bem-estar da população da Guiné-Bissau tem sido a preocupação dos filhos desta humilde nação desde os períodos anteriores à independência. A criação do Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), por Amílcar Lopes Cabral e cinco (5) colegas, com o objetivo de conquistar a independência, progresso econômico, desenvolvimento social e cultural, e democratizar a Guiné e Cabo-Verde, constitui uma verdadeira prova disso.

Com a conquista da independência em 1974, após um longo período de luta armada, as primeiras iniciativas econômicas foram feitas sem plano. Na verdade o país carecia dos quadros com as qualificações suficientes para criação de um plano econômico. Mas, será que precisava um plano para saber das necessidades de formação dos quadros, de abertura dos centros de saúde ou das organizações ministeriais?

Tais iniciativas na Guiné-Bissau foram baseadas nas pressões das necessidades prementes. Apenas em 1980/81 foi elaborado o primeiro programa nacional de desenvolvimento, através de um amplo estudo envolvendo os diferentes setores da economia.

Em 1983, o Ministério de Coordenação Econômica e Plano sentiu-se em condições de lançar o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1º PND), aprofundado em 1986. Esse Plano levou às importantes reformas cujas ramificações atingiram o conjunto da vida econômica, política e social do país. Tinha por objetivo as seguintes metas:

- desengajamento do estado nos setores produtivos;
- desenvolvimento do setor Privado;
- redução dos desequilíbrios internos e externos.

O cumprimento dessas metas esboçou alguns acontecimentos, tais como a liberalização dos mercados e preços, a melhoria do ambiente jurídico dos negócios, o estímulo do desenvolvimento de setor privado, a reorientação do papel do Estado em direção às missões essenciais de regulação, a locação de recursos e o desenvolvimento dos serviços sociais fundamentais.

Na década de 1990, a Guiné-Bissau seguiu as tendências das grandes mudanças verificadas mundialmente na prática e no pensamento do desenvolvimento. Em 1991, foi decretada a abertura democrática no país e realizado o primeiro **Inquérito sobre o consumo e orçamento das famílias** (ICOF) com o objetivo de avaliar o nível de vida da população e, conseqüentemente, o nível dos constrangimentos de ordem econômica que afetam o bem-estar da população. Os resultados foram publicados em 1994, apresentando graves preocupações relativas ao nível de pobreza tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Ainda em 1994, foi realizada a primeira eleição multipartidária democrática no país.

Objetivando descobrir os pontos fortes e fracos, visando à definição de estratégias conducentes ao desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza na Guiné-Bissau, foi desenvolvido, de 1994 a 1996, um estudo com as perspectivas de longo prazo denominadas “**Guiné-Bissau 2025, Djitu tem**”¹. Tal estratégia representa o II Plano Nacional do Desenvolvimento (2º PND) do País. A sua abordagem participativa permitiu a identificação da aspiração das populações, dos obstáculos do desenvolvimento e a definição das estratégias apropriadas para enfrentá-las. Seus resultados levaram a percepção de que o alcance do desenvolvimento com a redução de pobreza na Guiné-Bissau requer uma abordagem mais ampla. Ou seja, envolve não apenas as melhorias dos aspectos econômicos, mas também as dimensões sociais, ambientais e institucionais. Isto significa que o desenvolvimento com a redução da pobreza na Guiné-Bissau depende do cumprimento dos “objetivos e as metas do desenvolvimento do Milênio”², criados pelas Nações Unidas.

¹ “Djitu tem” – significa que existe a possibilidade (em crioulo – língua nacional da Guiné-Bissau).

² Os objetivos e as metas de desenvolvimento do milênio: acordo de longo prazo em que os 191 Estados-membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de, até 2015, cumprir os seguintes objetivos e metas para o desenvolvimento do milênio: **Erradicar a extrema pobreza e fome**, cuja meta é reduzir pela metade a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC por dia e a proporção da população que sofre de fome; **alcançar o ensino básico universal**, com a meta de garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico; **promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**, cuja meta é eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005; **reduzir a mortalidade infantil**, com a meta de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de cinco (5) anos; **melhorar a saúde materna**, cuja meta é reduzir em ¾ a taxa de mortalidade materna; **combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças**, com a meta de deter a propagação do HIV/AIDS, a incidência da malária e de outras doenças importantes e começar a inverter a tendência atual; **garantir a sustentabilidade ambiental**, cuja meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais, reduzir pela metade a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura; e, por fim, **estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento**, com a meta de desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatório. Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos e tratar globalmente dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais, de modo a tornar a sua dívida sustentável em longo prazo.

A Guiné-Bissau aderiu à **União Econômica e Monetária Oeste Africano** (UEMOA), em 1997, com o objetivo de estabilizar os problemas inflacionários e os desequilíbrios no balanço de pagamento. Um ano depois (1998), o país foi atingido com a explosão de um conflito político-militar, originada pelas vendas ilegais de armas, que durou onze (11) meses. Tal conflito teve como consequência uma profunda desarticulação econômica que levou à retração de cerca de 28% no PIB real, aumentando assim as incidências da pobreza e conseqüentemente as preocupações com os níveis de bem-estar da sociedade.

Os estragos causados pelo conflito de 1998 levaram à realização, em 2001 e 2002, de um **Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza** (ILAP), cujo objetivo era atualizar o conhecimento sobre os indicadores de base do bem-estar das populações e definir melhor o perfil da pobreza na Guiné-Bissau. Seus resultados indicaram a necessidade de uma intervenção mais vigorosa, baseada na nova abordagem que visa à redução da pobreza pela metade até 2015, e ainda abriram caminho para a elaboração do **Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza** (DENARP), publicado em Maio de 2004. O **DENARP** representa o III Plano Nacional do Desenvolvimento (3º PND) do país, é um instrumento cujos objetivos e metas foram baseadas nas exigências das Nações Unidas para o desenvolvimento do Milênio. Representa um avanço qualitativo em relação às abordagens anteriores, pois inscreve a luta contra a pobreza numa perspectiva de longo prazo e a sua elaboração atribui uma larga importância à participação das populações.

Após esses diversos acontecimentos acima destacados, não apenas aumentaram as pressões sobre o desenvolvimento do país, mas também a sua importância nos debates políticos, econômicos, sociais e ambientais. Porém, vale analisar o nível do desenvolvimento eco-socioeconômico alcançado por esse país durante esse longo período em debate.

Sabe-se que o tema desenvolvimento sempre foi um assunto polêmico e ainda carece de um conceito universalmente aceito. O Relatório do Banco Mundial (2004) confirmou esse fato ao afirmar que o conceito do desenvolvimento evoluiu ao longo do tempo e que, durante o processo dessa evolução, adquiriu várias definições: chegou a ser entendido como sinônimo do crescimento agregado, depois se destacou como o processo de mudanças sociais e econômicas e finalmente envolveu a noção de crescimento econômico, distribuição de renda, redução da pobreza e proteção ao meio-ambiente.

A proposta do presente trabalho é, com base nas visões do desenvolvimento econômico, analisar o Desenvolvimento ECO-SOCIOECONÔMICO (Ecológico, Social e

Econômico) da Guiné-Bissau. Esta avaliação será baseada no conceito de qualidade de crescimento de Thomas (2000), do desenvolvimento com redução de pobreza do Banco Mundial (2004), entre outros.

Para a análise dos fins propostos nesse trabalho, os indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), a Renda *Per Capita*, o Crescimento Populacional e o Índice do Desenvolvimento Ambiental (IDA) terão importância fundamental. Outros indicadores, tais como alguns destacados nos objetivos do desenvolvimento do milênio, também serão analisados.

Situada na costa ocidental da África, tendo a República do Senegal ao norte e a República da Guiné-Conakry ao sul e leste, a **República da Guiné-Bissau** se caracteriza por um contexto socioeconômico atual de baixa dos rendimentos e degradação dos serviços sociais. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de PNUD (2001), o país se encontra na 156ª posição entre os 162 países recenseados na ONU. Ou seja, a Guiné-Bissau é o oitavo (8º) país menos desenvolvido do mundo entre os países recenseados.

O país dispõe de uma população total de 1,682 milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto-PIB de US\$1,284 bilhões e um PIB Per Capita de US\$ 763,75, de acordo com as estimativas do FMI para 2007 divulgadas em Julho de 2006. O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,348 em 2003, segundo o relatório do Desenvolvimento Humano de PNUD, publicado em 2005.

A amplitude do trabalho terá como marco inicial o ano de 1980 (ano da separação oficial entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde) e estender-se-á até o ano de 2005. Com isso, pretende-se contribuir para o país, fornecendo uma nova fonte de consulta aos futuros pesquisadores interessados nesta temática.

O trabalho será estruturado da seguinte forma: neste 1º capítulo, apresentam-se os problemas que motivaram a realização do estudo. Para evitar a perda do foco por parte do leitor, o capítulo da discussão teórica será dividido em dois (2º e 3º capítulos), sendo que, no 2º capítulo, será feita a exposição da evolução no conceito de desenvolvimento ao longo do tempo, com o objetivo de facilitar a compreensão da aceção atual do desenvolvimento ao público da Guiné-Bissau. No 3º capítulo, serão apresentadas as duas principais teorias que embasarão o trabalho. No 4º capítulo, será analisada a estrutura física e socioeconômica da Guiné-Bissau e, no 5º capítulo, será feita a análise geral dos indicadores do desenvolvimento eco-socioeconômico da Guiné-Bissau. Finalmente, no 6º e último capítulo, tem-se as

conclusões finais e as recomendações sobre algumas estratégias consideradas importantes neste estudo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar a qualidade do desenvolvimento eco - socioeconômico da Guiné-Bissau no período de 1980 a 2005, com base nos indicadores disponíveis.

1.2.2 Específicos

- Reunir, apresentar e definir as categorias teóricas do desenvolvimento com a redução da pobreza e qualidade de crescimento;
- Analisar a evolução dos indicadores a serem avaliados no trabalho;
- Realizar um estudo comparativo do desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau, considerando sua situação em épocas distintas e o paralelo entre suas regiões.

1.3 Metodologia

Etimologicamente, *método* significa caminho para chegar a um fim, o que leva ao entendimento de *método científico* como caminho para chegar à verdade em ciência (GIL, 2002). Na investigação econômica, os métodos mais utilizados são o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico. Sendo assim, para a realização desta pesquisa, serão combinados dois desses métodos: O *método observacional*, devido à sua utilidade na exploração de toda sorte de documentos já produzidos e o *método comparativo*, pois

possibilita a análise do desenvolvimento econômico de uma região considerando sua situação em épocas distintas.

A pesquisa enquadrar-se-á no âmbito de Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), uma cooperação estabelecida entre o governo Brasileiro e os governos de alguns países em desenvolvimento.

Para a realização dos objetivos propostos neste trabalho, serão realizadas: revisão teórica das principais teorias do desenvolvimento e pesquisa documental para obtenção de dados em diversas fontes, tais como livros, relatórios, jornais, revistas, etc..

Serão também consultados alguns sites especializados para obtenção dos dados estatísticos, tais como o do Instituto Nacional de Estatística e Censos – Guiné-Bissau, Ministério de Economia e Finanças (INEC); Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Fundo Monetário Internacional (FMI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco Mundial e outros.

As análises dos indicadores terão por amplitude o início do ano de 1980 (ano da separação oficial entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde) e estender-se-á até o ano de 2005. No entanto, devido à insuficiência de dados e informações para alguns indicadores, a análise terá uma menor amplitude, ou seja, começará em 1990.

Para facilitar a compreensão do comportamento evolutivo dos indicadores a serem analisados, serão utilizados os programas de **Excel e Eviews** para auxiliar na construção de gráficos analíticos e comparativos.

O cálculo do PIB real terá como ano base da deflação 2000 e a fórmula usada para o deflacionamento será: $V_r = (V_t / I_t) * 100$, onde:

V_r = valor real (PIB real);

V_t = valor atual (PIB atual);

I_t = índice de deflação.

Para o cálculo da variação percentual simples dos indicadores será usada a seguinte fórmula: $V_p = ((V_t - V_{t-1}) / V_{t-1}) * 100$, onde:

V_p = variação percentual;

V_t = valor do tempo atual;

V_{t-1} = valor do tempo passado.

Para o cálculo da taxa média geométrica, será usada a seguinte fórmula:

$$X = \sqrt[n]{\frac{Y_i}{Y_o} - 1}$$

Onde:

X = a taxa média de crescimento geométrica;

Y_i = valor do último período;

Y_o = valor do primeiro período;

N = número de períodos.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS

Este capítulo tem como principal objetivo realizar a exposição sobre a evolução ocorrida no conceito do desenvolvimento econômico ao longo do tempo e a sua aceção atual, envolvendo abordagens tais como a do crescimento qualitativo e desenvolvimento sustentável.

2.1 Considerações Gerais

O desenvolvimento é um fenômeno que se realiza em longo prazo e implica no fortalecimento das bases de uma economia local, regional e até mundial. As teorias do desenvolvimento econômico procuram analisar de que forma se dá o processo do desenvolvimento, o que o provoca e qual a sua tendência com relação ao futuro.

O capítulo terá por objetivo a exposição dos diferentes conceitos relacionados ao estudo do desenvolvimento econômico. Assim, será analisada sua evolução ao longo do tempo e suas percepções na atualidade. Tal exposição deverá auxiliar a análise do desenvolvimento do país em estudo.

2.2 Aspectos Conceituais

O termo desenvolvimento não é uma novidade na literatura econômica. Ele veio de longo período histórico, sendo enfatizado nas diferentes abordagens por diversos autores. Inicialmente, o tema foi abordado de maneira mais sistemática pelos economistas do pensamento clássico liberal, dentre os quais vale destacar:

- **Adam Smith**, em 1776, na sua investigação sobre a “Natureza e as causas da riqueza nas nações”, definiu as etapas do desenvolvimento pela qual qualquer sociedade tende a passar (caça, pecuária, agricultura, comércio e indústria). Segundo ele, isso se justifica pela evolução da mente humana, pois

está inscrita na natureza humana a “tendência à barganha”, fundamento da divisão do trabalho.

- **Thomas Robert Malthus**, em 1798, no seu “Ensaio sobre o princípio da população”, revelou-se o primeiro teórico a se preocupar com o crescimento demográfico ao afirmar que o crescimento populacional (geométrico ou exponencial) segue num ritmo superior ao da produção alimentar (aritmético ou linear). De acordo com ele, isso poderia resultar, futuramente, no aumento da pobreza e da miséria e, conseqüentemente, no subdesenvolvimento constante, caso não seja adotada a política de controle da natalidade.

- **David Ricardo**, na sua obra sobre “Princípios da economia política e tributação” de 1817, destacou três fatores (terra, trabalho e capital) como os principais elementos da produção e afirmou que os capitalistas exercem o papel fundamental no dinamismo do processo de crescimento econômico através do reinvestimento de seus lucros. Assim como Malthus, também preocupou-se com o crescimento populacional, alegando que este, acompanhado da acúmulo de capital, pode provocar o problema da escassez de terras férteis. É a lei dos rendimentos decrescentes.

2.2.1 Crescimento Econômico

Qualquer teoria do crescimento econômico deve adotar como base uma “função do produto agregado” e especificar a relação entre o produto e os insumos utilizados na sua produção, diz Blanchard (2004). Ele concluiu que o crescimento é o aumento do produto agregado ao longo do tempo.

O conceito de crescimento econômico como o aumento do produto agregado não é recente, mas ainda prevalece sua validade. Porém, em consideração aos diferentes processos e políticas envolvidos para o alcance do crescimento e seus diferenciados impactos socioeconômicos, PNUP (1996) e Thomas (2000) vêm mais recentemente chamando atenção sobre a importância da “qualidade de crescimento” e separaram o crescimento em dois tipos: crescimento sustentável (bom ou de alta qualidade) e crescimento insustentável (mau ou errado). Lembraram que, “se não se derem atenção à qualidade de crescimento”, com os

governos exercendo uma ação corretiva, o *crescimento de alta qualidade* (bom) pode ser substituído pelo *mau crescimento* (errado).

Para Thomas (2000), o crescimento de alta qualidade é aquele que acarreta as ações consideradas indispensáveis no processo de crescimento, tais como *a melhoria na distribuição de oportunidades, sustentabilidade do capital natural, controle dos riscos globais e a melhoria do Governo e Controle da Corrupção*. Já para o relatório do PNUD (1996), o crescimento errado (mau crescimento) é aquele que pode ser distinto em cinco (5) categorias:

- } **Crescimento sem emprego:** aquele em que a economia em geral cresce, mas falha na expansão das oportunidades de emprego;
- } **Crescimento desumano:** aquele em que os ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres não obtêm nada;
- } **Crescimento sem direito de opinião:** aquele em que a economia cresce, mas a democracia participativa da população não é respeitada;
- } **Crescimento desenraizado:** aquele em que a identidade cultural é submergida ou deliberadamente anulada pelo governo central, como em alguns países, a exemplo da antiga Iugoslávia ou das áreas curdas da Turquia e do Iraque;
- } **Crescimento sem futuro:** aquele em que as gerações atuais desperdiçam os recursos que seriam necessários às futuras gerações.

Em suma, o que se pode perceber dos argumentos que imperam nessas duas teorias é o seguinte: o que interessa para o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico de alta qualidade. Por isso, é com ele que todos os países devem se preocupar no processo de desenvolvimento.

2.2.2 Desenvolvimento Econômico

O tema desenvolvimento econômico como quaisquer outros passíveis de controvérsia, se caracteriza pela falta de consenso ao redor de um conceito universalmente aceito. A controvérsia entre os teóricos desenvolvimentistas fez surgir duas correntes de conceituação:

Uma primeira corrente de economista de inspiração mais teórica considerava crescimento como o sinônimo do desenvolvimento. Já a segunda corrente voltada para a realidade empírica, entendia que o crescimento é uma condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. (SOUZA 2005, p.5).

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento e Redução da Pobreza do Banco Mundial - Reflexão e Perspectiva, apresentado em outubro de 2004, tais controvérsias conduziram à evolução na prática e no pensamento do desenvolvimento ao longo do tempo. Essa evolução pode ser classificada em três grandes décadas:

⊕ Década de 1950 – 1960/5: o desenvolvimento era entendido como o sinônimo do crescimento agregado. Essa foi a “década de ouro” no processo de desenvolvimento econômico, marcada por otimismo, ajudas internacionais, transferências tecnológicas, etc.. Nela, verificou-se o fracasso do liberalismo clássico, que há séculos dominava o mercado, e o progresso do dogma de planejamento com ênfase nas necessidades dos Estados altamente intervencionistas na maioria dos países em desenvolvimento. Também nela tiveram início os questionamentos dos modelos ocidentais de desenvolvimento (fim do eurocentrismo) e procura do desenvolvimento que atende às necessidades básicas do país (aumento das preocupações endógenas). Duas importantes teorias marcaram essa década: *As Teorias da Modernização e a Teoria Cepalina de Desenvolvimento*.

As teorias da modernização eram produtos do segundo pós-guerra, formuladas em resposta à emergente divisão da sociedade humana em mundos distintos. De acordo com Rostow (1974), existe um caminho de esforço da sociedade para o desenvolvimento, ou seja, a evolução de qualquer sociedade passa por cinco estágios do desenvolvimento, que são³: (1) a sociedade tradicional (pré-industrial) - maior dedicação às atividades agrícolas; (2) as condições para o arranco - sociedade em transição; (3) o arranco - as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento são superadas e cerca de 5% a 10% da renda nacional é investido na economia; (4) a marcha para a maturidade - cerca de 10% a 20% da renda nacional se reinveste na economia e o crescimento econômico supera o demográfico; e (5) a era do consumo - renda per capita além das necessidades básicas mínimas, ou seja, a era da luxúria.

A teoria *Cepalina de desenvolvimento* era basicamente uma reação à teoria *neoclássica das vantagens comparativas*⁴ de David Ricardo, cujo objetivo era explicar o

³ Para mais informação, ver: ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 16-30.

⁴ **Vantagens comparativas** – teoria enfatizada por David Ricardo, segundo a qual os países deveriam se especializar naquelas produções que apresentam vantagens comparativas dos custos.

atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo. Para Prebisch (1968), o centro não estaria transferindo seus aumentos de produtividade para a periferia atrasada, pelo contrário, estaria apenas se apropriando dos excedentes produtivos desta última. De acordo com ele, o problema residia basicamente na deterioração dos termos de intercâmbio para os países periféricos, ou seja, o poder de compra de bens industriais de uma unidade de bens primários de exportação se reduzia progressivamente. Sendo assim, a solução para este problema era a industrialização e, considerando as especificidades dos países periféricos, o *planejamento estatal* era inevitável. Com isso, os Estados podiam intervir como *agente econômico indireto* (criando infraestrutura para a expansão industrial e canalizando os recursos para as atividades prioritárias), ou até *direto* (criando empresas estatais em áreas estratégicas).

⊞ Década de 1965 a 1990: influenciada pelas contribuições de autores como Singer, Seers e outros, a idéia do desenvolvimento passou a ser entendida como o processo de mudanças sociais e econômicas. Essa década marca a nova ordem econômica internacional, iniciada com as conjunturas da segunda metade da década de 60 (turbulências político-sociais), que exigiam análises mais engajadas que os simples trabalhos tecnocráticos “economicistas” da defesa de determinação econômica da CEPAL.

Nela se destacou o *Estruturalismo Marxista* pouco após a abordagem Cepalina, diferenciando-se dela por maior radicalismo teórico e político e pela abertura sobre as outras ciências sociais, como sociologia, antropologia e história. Os intelectuais marxistas foram mais longe na construção teórica, buscaram não dissociar os problemas econômicos do contexto das forças sociais. E assim, por ser a primeira corrente a considerar as contradições estruturais, o *estruturalismo marxista* representou um momento forte das ciências sociais do desenvolvimento.

Com o declínio do *Estruturalismo Marxista* no final da década de 60 e início da década de 70, o destaque foi para a *Teoria da Dependência*, que era basicamente uma crítica às *Teorias da Modernização, Cepalina e ao Estruturalismo Marxista*. O ponto de partida da *Teoria da Dependência* foi a categoria analítica de seus antecessores, pois reconhece a validade dos conceitos Cepalinos, mas os supera. As noções de *centro e periferia* destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais; a noção de *subdesenvolvimento* assinala as características das economias, sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo

internamente e externamente; e a noção de *dependência* refere-se diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo.

Ainda nessa mesma década, verificou-se a contra-revolução neoliberal (briga entre os Planejadores - defensores de estados intervencionistas e Neoliberais - defensores de livre funcionamento de mercado). Também nela, expandiram-se as preocupações com as crises ambientais, levando ao surgimento do conceito do ecodesenvolvimento⁵ (Conferência de Estocolmo – 1972), que posteriormente conduziu ao surgimento do conceito do Desenvolvimento Sustentável⁶.

∞ Década de 1990 em diante: o desenvolvimento se vinculou à noção do crescimento econômico, distribuição de renda e redução da pobreza. Essa década foi marcada pela superação das contradições entre os Planejadores e Neoclássicos, após a percepção da complementaridade entre o Estado e mercado. Além da expansão da globalização, também foi marcada pela institucionalização do conceito do Desenvolvimento Sustentável (conferência de Rio de Janeiro 1992 - agenda 21), levando ao surgimento de novas correntes, tais como o pós – desenvolvimentista⁷.

O desenvolvimento econômico também pode ser definido, segundo Souza (2005, p.7), como “existência do crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g*), envolvendo mudanças de estruturas e melhorias de indicadores econômicos, sociais e ambientais”. Ele acrescenta ainda que uma definição mais correta envolveria mais que a melhoria dos indicadores econômicos e sociais, mas também a questão da preservação do meio ambiente, pois, com o tempo, o crescimento econômico tende a

⁵ O termo Ecodesenvolvimento surgiu na conferência de Estocolmo (72) por Mauricio Strong. Refere-se a uma forma de desenvolvimento que se traduz na integração da dimensão ecológica na problemática do desenvolvimento.

⁶ O conceito do “desenvolvimento sustentável e equitativo” foi destacado na literatura acadêmica pela UICN (União Mundial pela Natureza), na sua conferência mundial sobre a conservação e o meio ambiente realizado em Ottawa, Canadá – 1986. De acordo com o Montibeller (2004), tinha como princípios: a integração da conservação da natureza e desenvolvimento; a satisfação das necessidades humanas fundamentais; a perseguição da equidade e justiça social; a busca da autodeterminação social e respeito à diversidade cultural; e o mantimento da integridade ecológica.

⁷ A corrente Pós-Desenvolvimentista (PD) surgiu com a integração dos problemas ambientais nos projetos de desenvolvimento (auxiliada pela conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, 1992 – conhecido como agenda 21). Essa corrente não quer mais um “Desenvolvimento alternativo”, mas busca construir, desde baixo, as “Alternativas do Desenvolvimento” (LISBOA, 2007).

esgotar os recursos produtivos escassos se utilizados de forma indiscriminada (SOUZA, 2005).

Para Montibeller (1999), o *desenvolvimento* é sinônimo de melhoria na condição de vida do homem. Porém, tanto nos países ditos desenvolvidos quanto nos considerados subdesenvolvidos, haverá sempre a necessidade do desenvolvimento, já que sempre existirão problemas a serem superados, de modo a melhorar a condição de vida da população.

O tema desenvolvimento não passa de uma metáfora cujo domínio continua permanente num momento em que a sua validade histórica foi encerrada e no qual não existe mais a possibilidade de sua realização, afirma Lisboa (2007), em contraste com os demais teóricos do assunto:

Os dilemáticos problemas sociais e ecológicos não serão solucionados através de crescimento econômico, pelo contrário, origina-se do mesmo, a constatação dessa [...] realidade fez surgir o corrente Pós-Desenvolvimentista (PD), a qual não quer mais um “Desenvolvimento alternativo”, mas busca construir desde baixo, as “Alternativas do Desenvolvimento”. [...] Não buscar o desenvolvimento, não significa renunciar a melhoria de vida humana, estancar o bem-estar econômico e social. Pelo contrário: a construção das alternativas do desenvolvimento, ou seja, do novo paradigma (desenvolvimento sustentável, isto é o desenvolvimento na sua acepção mais ampla como atualmente é percebido pelos pós-desenvolvimentistas) é a única forma de tornar o desenvolvimento possível (LISBOA, 2007, p.1).

O casamento entre o conceito de desenvolvimento postulado por Montibeller (1999) e o significado etimológico do termo *econômico* como *barato* incita uma nova definição para o *desenvolvimento econômico*, ou seja, leva a entender o *desenvolvimento econômico* como a melhoria na condição de vida do homem de uma forma barata (não-caro para a humanidade ou sustentável). A consideração desse conceito, por sua vez, leva à seguinte conclusão: o termo “sustentabilidade” já vinha implícito na versão original do tema “desenvolvimento econômico”. O problema é que o ideal da sustentabilidade não estava sendo respeitado pelos teóricos desenvolvimentistas antes da percepção das crises e das ameaças dos fenômenos ambientais. Porém, o recente pânico causado pelas revoltas ambientais fez com que os novos teóricos, preocupados com esse assunto, destacassem-se como os *pós – desenvolvimentistas* e as preocupações com a sustentabilidade ambiental no processo do desenvolvimento se consagrou como um *novo paradigma*.

2.2.3 Desenvolvimento Sustentável

O conceito da sustentabilidade provém de uma origem puramente ecológica, mas a sua característica bastante “ampla” permitiu a sua apropriação pelos mais diversos segmentos sociais de interesse.

Para Sachs (2007), a tomada de consciência da crise ambiental provocada pelas fúrias ambientais nas últimas décadas é a principal responsável pela mobilização de uma atenção crescente da comunidade científica e da opinião pública em todo o mundo sobre a importância da sustentabilidade ambiental. Segundo ele, o conceito do desenvolvimento sustentável:

Foi veiculado pelo relatório nosso futuro comum, elaborada pela Comissão Brundtland no período -1983 a 1987, [...] a qual designa: o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (WCED, 1987 apud SACHS, 2007, p.10).

Montibeller (2004) faz uma exposição da evolução na preocupação e conceituação da “sustentabilidade” ao longo do tempo. De acordo com ele, essa evolução pode ser classificada nas seguintes décadas:

→ **Década de 60:** a sustentabilidade tinha uma postura puramente ecológica (ambiental). A preocupação com o meio ambiente constituía tarefa apenas das organizações não-governamentais;

→ **Década de 70:** a preocupação com o meio-ambiente foi institucionalizada na conferência de Estocolmo – 1972, sobre o meio ambiente (conferência da qual provêm o termo “ecodesenvolvimento”), e passou a constituir também as preocupações das entidades políticas (governos e partidos);

→ **Década de 80:** surge o conceito de “desenvolvimento sustentável e eqüitativo” introduzido na conferência mundial sobre conservação e desenvolvimento realizada pela União Mundial pela Natureza (UICN) em Ottawa, Canadá (1986). Também foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio-Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como **Comissão Brundtland** – responsável pelo famoso relatório que conceituou o desenvolvimento sustentável como aquele que responde às necessidades presentes, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades). O relatório Brundtland foi fundamental para a integração da preocupação com a sustentabilidade ambiental à esfera econômica e social;

— **Final da década de 80 - 90:** o conceito do desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland se consolidou e o ideal da sustentabilidade ambiental foi integrado à problemática do desenvolvimento com o auxílio da conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, realizado no Rio – 1992 (conhecida como Agenda 21).

“Um dos princípios que está por trás de qualquer política que promova o desenvolvimento sustentável é que o desenvolvimento implica, em menor ou maior grau, alguma forma de degradação do meio ambiente” (CAVALCANTE, 1997 apud VON BELLER, 2005, p.33).

O conceito do “desenvolvimento sustentável” como um novo paradigma, desenvolvido pelos pós-desenvolvimentistas após a percepção da crise ambiental para o modelo urbano-industrial do desenvolvimento, não passa de uma nova maneira de fazer a sociedade se relacionar com o ambiente de uma forma a garantir sua própria continuidade. Essa deve ser a razão pela qual esse conceito se expandiu rapidamente para as mais diversificadas áreas da ciência. A sua rápida expansão, porém, não representa nada mais que o medo causado aos seres humanos pelas fúrias ambientais dos últimos anos.

2.2.4 Subdesenvolvimento

O termo “subdesenvolvimento” se configurou na literatura acadêmica após a segunda guerra mundial, com a emergência política de alguns países colonizados da África, Ásia e América Latina. Esse termo era usado para classificar os países com os sistemas econômicos e sociais comparativamente inferiores às nações ditas “desenvolvidas” (FAUSTA, 2000).

O grau do subdesenvolvimento de um país ou de uma região depende de uma série de fatores determinantes do seu processo, o que implica que a sua avaliação pode ser feita de várias formas, através de diversos critérios que podem ser considerados no julgamento.

Para os teóricos Cepalinos, o processo de *subdesenvolvimento* depende da *estrutura interna* dos países periféricos (primário-exportadora, baixa integração inter-setorial, desemprego estrutural, fraca organização da força de trabalho) e das *relações comerciais* com o centro (queda constante do poder de compra de bens industriais por parte dos bens primários).

Os Estruturalistas marxistas acreditam que o *subdesenvolvimento* é um processo social criado pelo desenvolvimento capitalista e resulta da expropriação sistemática do excedente dos países periféricos para alimentar o desenvolvimento dos países avançados. Com base na teoria marxista do valor, *Arghiri Emmanuel* mostra que a verdadeira causa da exploração reside no fato de que, com produtividade igual, a remuneração do trabalho é mais baixa nas economias periféricas. Os países de baixos salários (subdesenvolvidos) vendem suas mercadorias com preço inferior ao valor e compram as mercadorias dos países de altos salários (desenvolvidos) a um preço superior ao valor, mecanismo que impede qualquer acumulação na periferia. Ele conclui ainda que não se é pobre porque vende barato, mas vende barato porque é pobre; o processo é cumulativo (RUD, 2007).

De acordo com Leff (1998), tanto as *teorias da dependência*, quanto as *Cepalinas de desenvolvimento e do intercâmbio desigual*, estavam certas em suas caracterizações das causas do subdesenvolvimento. Contudo, os efeitos da deficiente difusão das tecnologias, das diferenças nos salários reais e dos níveis de produtividade na deterioração dos preços de troca enfatizados por essas correntes não explicam o efeito fundamental do processo de subdesenvolvimento. De acordo com ele, o principal vilão do processo de subdesenvolvimento é a degradação ambiental (degradação dos ecossistemas, erosão dos solos e esgotamento de recursos) gerada no processo de mundialização do capital. Tentando esclarecer de que forma decorre o processo do subdesenvolvimento, ele afirma:

O “desenvolvimento do subdesenvolvimento” não se produz só pela transferência permanente do excedente econômico dos países periféricos (subdesenvolvidos) para os países centrais (desenvolvidos), impedindo seu reinvestimento para o desenvolvimento autônomo dos primeiros. Também implica o efeito acumulativo de custos ecológicos e o desaproveitamento de um “potencial ambiental” que seria produzido por meio da revalorização e do uso integrado dos recursos reais e virtuais de uma formação social e de cada região geográfica particular, harmonizando suas condições ecológicas, culturais e econômicas (LEFF, 1998, p.21).

Segundo Furtado, a baixa produtividade de um país leva à necessidade de uma alta porcentagem (até 80 por cento nas economias mais atrasadas) da população ativa trabalhando no setor de subsistência para satisfazer as necessidades básicas da coletividade. Com a produtividade reduzida, o excedente geralmente fica extremamente baixo ou nulo para satisfação das diferentes formas de consumo o que para ele implica o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961 apud FAUSTA, 2000).

Já para Montibeller, uma sociedade pode ser considerada Subdesenvolvida quando apresenta:

Baixa renda per capita; alto grau de concentração das rendas; elevado índice de mortalidade infantil; elevado percentual de analfabetismo; existência de exclusão

social, favelização; existência de miserização, fome e desnutrição; alto índice de violência; doenças epidêmicas e degradação do ambiente físico (MONTIBELLER, 1999, p.4).

O conceito de subdesenvolvimento é realmente de difícil compreensão. Ele se usa para classificar um grande conjunto de países cujas estruturas ecosocioeconômicas são totalmente diferentes. Grande parte de países ainda considerados subdesenvolvidos ou classificados como em via de desenvolvimento, já atingiram os níveis de desenvolvimento muito superiores a de alguns países ditos desenvolvidos a quinze (15) ou vinte (20) anos atrás, mas, nem por isso chegam a ser considerados desenvolvidos. Sendo assim, o que se dá a perceber, é que: Enquanto os países considerados desenvolvidos continuam a crescer e a se desenvolver, os ditos subdesenvolvidos continuarão sempre a sê-los, não importa quanto se desenvolvem, haverá sempre à diferença nos seus níveis de desenvolvimento. Porém, haverá sempre uns desenvolvidos e outros subdesenvolvidos.

2.2.5 Relações entre o Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Subdesenvolvimento.

Uma definição mais completa do desenvolvimento econômico envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente, segundo Souza (2005). Sabe-se também que o desenvolvimento econômico de qualquer país ou região requer o crescimento econômico como base. A questão é: de que forma um desenvolvimento econômico auxiliado pelo crescimento econômico poderia preservar o meio ambiente e evitar o subdesenvolvimento?

“Um dos princípios que está por trás de qualquer política que promova o desenvolvimento sustentável é que o desenvolvimento [...] auxiliado pelo crescimento implica, em menor ou maior grau, alguma forma de destruição do meio ambiente” diz Cavalcante (1997 apud VON BELLER, 2005, p. 33). E a destruição do meio ambiente, segundo Leff (1998), é o principal motor do processo de subdesenvolvimento.

Somando esses fundamentos com os postulados de PNUD (1996) e Thomas (2000), pode-se decifrar essa questão. Esses dois últimos autores fizeram alertas sobre a importância da qualidade de crescimento para o desenvolvimento e deixaram pistas preciosas sobre as relações entre o *crescimento econômico*, *desenvolvimento econômico*,

desenvolvimento sustentável e o subdesenvolvimento. De acordo com eles, a resposta estaria no *crescimento*: se divididas em dois tipos, há de um lado o crescimento de alta qualidade (bom) e de outro o crescimento de baixa qualidade (mau).

O *crescimento de alta qualidade (bom)* é segundo Thomas (2000), aquele que acarreta as ações consideradas indispensáveis no processo de crescimento⁸. Esse tipo de crescimento leva a um estilo de desenvolvimento que preserva o meio ambiente, promove o bem-estar social, político, cultural e mais, evitando assim o subdesenvolvimento. Sendo assim, pode-se concluir que o crescimento econômico de alta qualidade possui uma relação positiva com o desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e negativo com o subdesenvolvimento.

O *crescimento de baixa qualidade (mau)* é, segundo PNUD (1996), aquele que pode ser classificado em cinco (5) categorias⁹. Considerando os argumentos acima destacados, pode-se afirmar que esse tipo de crescimento leva ao subdesenvolvimento. Porém, conclui-se que o crescimento econômico de baixa qualidade relaciona negativamente com desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e positivamente com o subdesenvolvimento.

⁸ Ações citadas na subseção 2.2.1 Crescimento Econômico (Melhoria na Distribuição de Oportunidades; Sustentabilidade do Capital Natural; Controle dos Riscos Globais; e Melhoria do Governo e Controle da Corrupção).

⁹ Categorias já citadas na subseção 2.2.1 Crescimento Econômico (Crescimento sem emprego; Crescimento desumano; Crescimento sem direito de opinião; Crescimento desenraizado e Crescimento sem futuro).

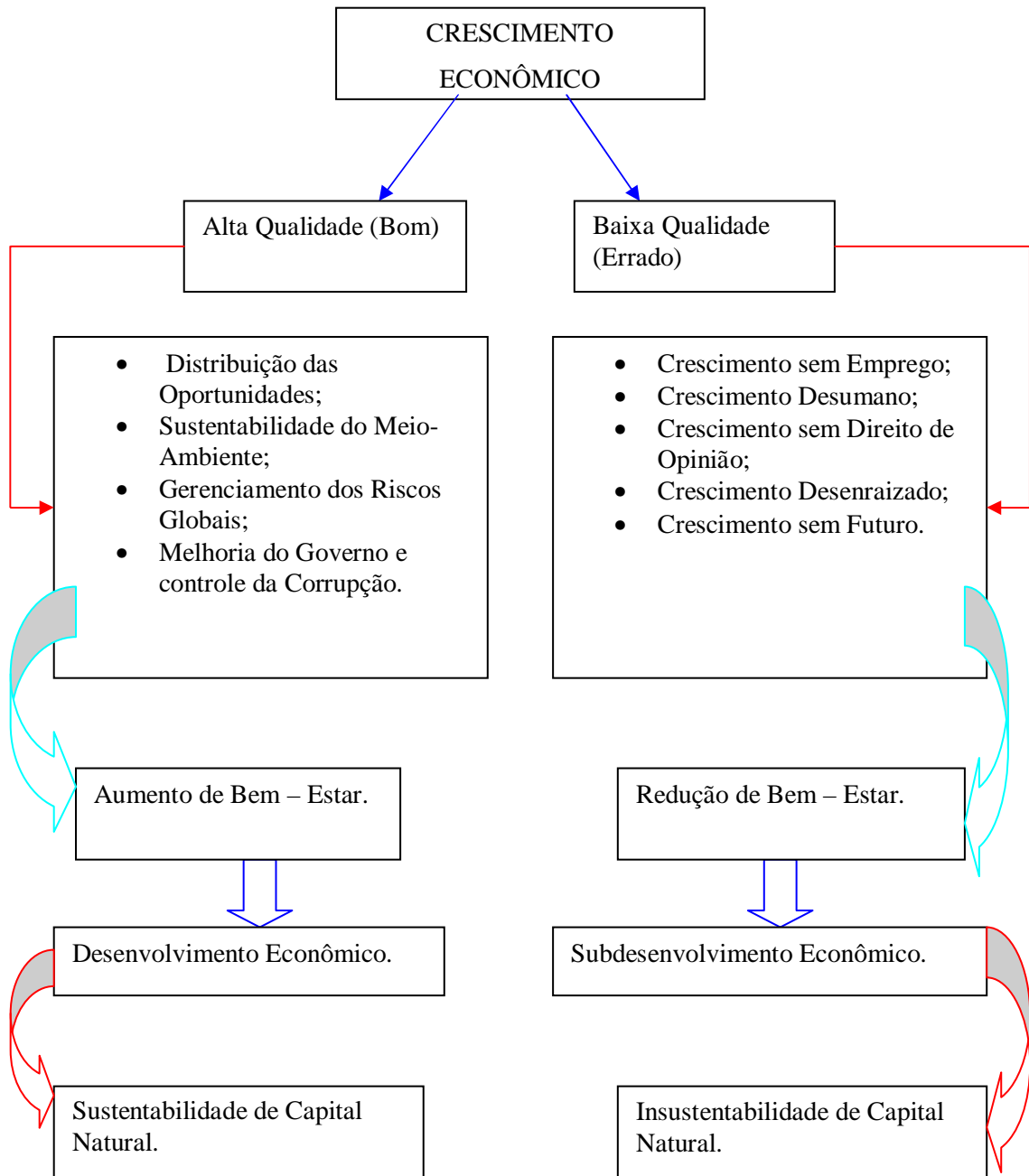


Figura 1 - Síntese da relação entre Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Subdesenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria do autor.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

Após a exposição da evolução ocorrida nos conceitos de desenvolvimento econômico no capítulo anterior, este será voltado para duas visões de desenvolvimento atuais que embasarão o trabalho. A primeira é a de Thomas (2000), intitulada “A Qualidade do Crescimento”. Sua principal preocupação é com a qualidade do crescimento medida pela melhoria na qualidade de vida das pessoas. A segunda é a do Banco Mundial (2004), intitulada “Reflexão e Perspectivas”, que diz respeito à redução da pobreza.

O capítulo servirá de base para mostrar até que ponto essas duas teorias, auxiliadas pelas demais destacadas no capítulo anterior serão capazes de explicar o desenvolvimento da Guiné-Bissau durante o período em análise.

3.1 A Qualidade de Crescimento

As preocupações com as ameaças ambientais dos últimos anos colocaram em debate, dentre vários assuntos, o modelo de crescimento ideal para alcance do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, Thomas (2000) vem dando a sua contribuição, seguindo as recomendações do relatório do PNUD (1996), que apontava a qualidade do crescimento como principal alternativa a essa situação.

3.1.1 Visão Geral

Quando se fala no crescimento de alta qualidade, torna-se necessário esclarecer em que consiste tal crescimento. No preâmbulo do livro referente a este capítulo, o Presidente do Banco Mundial afirma que é o investimento no povo, acompanhado de sustentabilidade de recursos naturais, administração dos riscos globais e a melhora do governo e controle da corrupção. Evidentemente, são dimensões que sustentam o crescimento qualitativo – crescimento capaz de “promover maior redução da pobreza, desenvolvimento sustentável,

ambiental, social, e uma melhor qualidade de vida compartilhada por todos” (THOMAS, 2000, p. XV).

Para Thomas (2000), o desenvolvimento está próximo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, expandindo suas capacidades de delinear seus próprios futuros. Mas, para isso, alguns itens merecem a priorização:

- Maior renda *per capita*;
- Educação mais equitativa e oportunidades de emprego;
- Maior igualdade de gênero;
- Melhor saúde e nutrição;
- Meio ambiente mais sustentável;
- Sistema judicial e legal imparcial;
- Liberdades civis e políticas mais amplas; e
- Vida cultural mais rica.

Segundo ele, estes valores qualitativos são importantes e merecem atenções especiais, pois o crescimento contribui para melhoria do bem-estar de forma amplamente diferenciadora. Tanto a qualidade do processo de crescimento como o seu andamento afeta os resultados do desenvolvimento e a qualidade de vida do povo.

O crescimento temporário apoiado nas políticas distorcidas, como subsídios ao capital, desprezo às externalidades ambientais e outras, podem diminuir prospectos para um crescimento mais sustentado (THOMAS, 2000, p.XXV). Ainda de acordo com ele, mais difíceis de corrigir são as situações em que o crescimento se conflita com a sustentabilidade ambiental e social, já que ambos contribuem diretamente para o desenvolvimento. Sendo assim, o gerenciamento desses aspectos qualitativos é indispensável para atingir as melhorias sustentáveis do bem-estar e alcançar o crescimento de alta qualidade (crescimento dependente de aspectos-chave, tais como: distribuição das oportunidades, sustentabilidade do meio-ambiente, gerenciamento dos riscos globais e o governo).

3.1.2 Os princípios do Desenvolvimento

Para Thomas (2000), o processo de desenvolvimento qualitativo de qualquer região ou país, tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos, depende de três princípios-chave:

a) *Foco sobre os valores (capitais físicos, humano e natural)*: os principais pilares do desenvolvimento são esses três valores, mas, como o progresso tecnológico afeta seus usos, merece igual importância. As políticas também podem contribuir para o aumento desses bens. Exemplo: o investimento na educação em geral ajuda a gerar o crescimento e ainda contribui para a acumulação de capital humano e aumento de bem-estar. Investir no capital natural é importante para a saúde humana e para a grande maioria dos pobres que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e segurança econômica. Outro valor tão importante quanto à acumulação desses bens é o seu uso de forma eficiente, e finalmente para uma maior produtividade desses valores, um bom governo é indispensável (THOMAS, 2000, p. XXVI-XXVII).

b) *Aspectos distributivos no decorrer do tempo*: uma distribuição mais equitativa do capital humano, da terra e de outros bens produtivos implica uma distribuição mais equitativa de remuneração, acentuando a capacidade das pessoas tirarem proveito das tecnologias e gerarem resultados. Um crescimento estável com os benefícios amplamente distribuídos ajuda a reduzir a pobreza de forma mais eficaz, evitando os casos em que milhões de quase pobres voltam à pobreza por causa de choques externos. (THOMAS, 2000).

c) *Enfatizar a estrutura institucional para o bom governo*: Os efeitos dos governos pobres, os entraves burocráticos e a corrupção são regressivos e danosos para o crescimento sustentado. A captação de políticas estatais, leis e recursos pelos interesses da elite reduzem os benefícios que iriam para a sociedade como um todo e, conseqüentemente, reduz o impacto sobre o bem-estar. Por isso, investir na capacidade para um melhor governo é a principal prioridade para um melhor desempenho econômico. Uma sociedade civil vibrante é indispensável na luta contra a corrupção e outras formas de mau governo. As liberdades civis não são apenas ligadas positivamente ao governo melhorado, corrupção reduzida e produtividade aumentada dos investimentos públicos, mas também contribuem diretamente para o bem-estar (THOMAS, 2000, p. XXIX).

3.1.3 Ações que não devem ser negligenciadas

Por serem fundamentais para os pobres, especialmente nas crises, as ações-chave do processo de crescimento com qualidade nunca devem ser negligenciadas. De acordo com Thomas (2000), tais ações precisam ser equilibradas para que possam contribuir para a acumulação de bens, progresso tecnológico e produtividade total. São elas:

A) Melhoria na distribuição de oportunidades

O capital humano constitui o principal bem dos pobres. Por isso, investir apenas nos serviços da educação e saúde não é o bastante. É preciso atenção com a amplitude e profundidade do capital humano - sua qualidade e sua equidade-, medida pela educação feminina, acesso para os pobres e grau de escolaridade. O governo precisa realocar os gastos públicos para a educação básica para garantir sua distribuição qualitativa e igualitária.

B) Sustento de capital natural

Sabe-se que os pobres são os que sofrem mais com a degradação do meio ambiente, devido às suas relação com o capital natural, como terra, florestas, minerais e biodiversidade. Fala-se na possibilidade do crescimento da renda promover a melhoria ambiental através de aumento da demanda por um ambiente de melhor qualidade. Mas isso requer uma forte combinação de incentivos baseada no mercado, tanto doméstico quanto global.

C) Lidar com os riscos globais

A integração financeira global possui vantagens, como também possui desvantagens, sobretudo na medida em que deixa um país mais vulnerável a riscos ocultos de desequilíbrios repentinos no sentido do investidor. Sabe-se que são os pobres que sofrem mais numa situação dessas, por serem os mais carecidos de recursos para suportar uma tempestade econômica. Sendo assim, para enfrentar os riscos globais, os países devem manter suas macro-políticas sólidas e aprofundarem seus mercados financeiros domésticos. Isso, por sua vez, exige instituições sólidas e capacitações fortes que levam tempo para serem cultivadas.

D) Melhoria do Governo e Controle da Corrupção

Quando um país dispõe de estruturas legais e judiciais fracas, e o capital investido ultrapassar a atuação política do estado e os parâmetros de alocação de recursos, o custo social pode ser enorme. Nesse caso, o governo precisa mover para o centro do palco em estratégia, o que requer melhor análise e uma compreensão mais clara do capital investido de grupos poderosos. A participação e a voz seriam vitais para aumentar a transparência, fornecer as checagens e os balanços necessários, opondo-se à tomada do Estado pela elite.

Para isso, é necessário: A construção das instituições transparentes e efetivas para orçar os programas de investimentos públicos, o estabelecimento de uma administração pública baseada no mérito e em costumes honestos e eficientes, nas agências de licitação e na promoção de liberdades civis e da participação popular.

3.1.4 Investimento no Povo

Nenhum país no mundo conseguiu se desenvolver de forma sustentada sem investir substancialmente de forma eficaz na educação e na saúde de seu povo. Os gastos públicos nem sempre produzem bons resultados. Os bons resultados dependem da distribuição dos gastos públicos, da sua qualidade e dos incentivos para maiores gastos privados, pois esses últimos também são importantes nos fundos de serviços sociais.

3.1.5 Administração do Meio–Ambiente

As políticas governamentais negligenciam o meio ambiente de formas variadas e não existe medida-padrão para avaliar políticas ambientais em um país. Os progressos alcançados envolvendo questões ambientais têm sido obtidos apenas através do comprometimento dos governos com o perfil ambiental, formulando estratégias de preservação da biodiversidade e participação nos tratados globais. Essas medidas se relacionam fragilmente com os resultados ambientais, é preciso meios mais eficazes nas captações de políticas nacionais para um desenvolvimento ambiental sustentado.

3.2 Reflexão e Perspectivas

Depois de uma longa caminhada no processo do desenvolvimento vivido pela humanidade, vale considerar as experiências passadas quando se planeja o futuro. Nesse sentido, o relatório do Banco Mundial de 2004 traz essa questão para o debate, alegando a

existência de verdadeiras oportunidades para melhorar os mecanismos da governança global. Mas, para isso, é necessário que os países desenvolvidos cumpram com os compromissos assumidos nas conversações de Genebra (dar aos países em desenvolvimento um maior acesso aos seus mercados). Intensificar a assistência de forma coerente com as metas do desenvolvimento do milênio e que os governos dos países em desenvolvimento continuem a caminhar na direção da responsabilidade, transparência e eficiência. Por fim, é preciso que as preocupações com os desastres, como HIV/AIDS e mudanças climáticas, sejam universais (preocupação de todos os países).

3.2.1 Mudanças na prática e no pensamento do desenvolvimento

O relatório do Banco Mundial (2004) define a década de 90 como a de grandes mudanças na prática e no pensamento do desenvolvimento e classifica essas mudanças em três grandes décadas¹⁰. Ainda de acordo com o mesmo relatório, as mudanças não se limitaram apenas aos ideais do desenvolvimento, a compreensão da pobreza também foi ampliada. *Pobres* que antes eram entendidos como pessoas de baixa renda e consumo, agora se entendem por pessoas que carecem de educação, saúde, participação social e política, segurança pessoal e liberdade e qualidade ambiental. Já a *pobreza absoluta* é reconhecida como a incapacidade de alcançar os padrões básicos de nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas tomadas de decisões que afetam a vida das pessoas de baixa renda (BANCO MUNDIAL, 2004).

¹⁰ Décadas citadas na subseção 2.2.2 Desenvolvimento Econômico:

Década de 1950 – 1960/5, o desenvolvimento como o sinônimo do crescimento agregado (na prática considerada um processo de acumulação de capital físico e humano, com a meta de aumentar a renda nacional);

Década de 1965 – 1990, influenciada pelas contribuições de autores como Singer, Seers e outros, a idéia do desenvolvimento evoluiu para o processo de mudanças sociais e econômicas;

Década de 1990 em diante, o desenvolvimento se vinculou às noções de crescimento econômico, distribuição da renda e redução da pobreza. A redução da pobreza se destacou como a principal meta do desenvolvimento e da assistência ao desenvolvimento.

3.2.2 Papel de Instituições e Governança

As instituições e governança são determinantes fundamentais para o alcance do crescimento sustentável e redução da pobreza. Os países com instituições precárias e governança deficiente são prejudicados pelas políticas mal planejadas e implementadas, infra-estruturas e serviços públicos de baixa qualidade e abuso do Estado a cidadãos e empresas. Sendo assim, as instituições frágeis não são apenas um ônus injusto para os cidadãos - também agem como freio para o crescimento econômico, minando os incentivos do setor privado.

3.2.3 Especificidade e maior Integração dos Aspectos Sociais do País

O reconhecimento da importância das instituições e da governança foi crucial para o reconhecimento do contexto do país nos resultados das políticas. Sabe-se que uma única abordagem dificilmente teria o mesmo impacto em todos os lugares, uma vez que as restrições inerentes ao desenvolvimento certamente não são as mesmas em todos os lugares.

A especificidade do país significa que a solução para os problemas de qualquer país está em enfrentar as restrições que emperram o crescimento, no momento certo e de maneira correta, e não na adaptação de alguns pacotes padronizados de políticas, o que não quer dizer que as lições apreendidas em outros países sejam irrelevantes, pois existem os princípios básicos consistentes, tais como a macroeconomia sólida.

3.2.4 Assistencialismo

Geralmente as assistências ao desenvolvimento são dadas com o intuito de estimular o crescimento e o combate à pobreza, mas, para o relatório do Banco Mundial (2004), a ajuda ao desenvolvimento nem sempre consegue esse efeito.

Em seu estudo sobre avaliação de ajuda realizada em 1998, o Banco Mundial revela que a ajuda teria um maior impacto sobre a redução da pobreza se fosse focada apenas nos países pobres com instituições e políticas econômicas mais fortes. De acordo com o mesmo,

os recursos usados na assistência ao desenvolvimento dos países com as políticas, instituições e governança precárias deviam ser transferidos para os países com melhores ambientes para o crescimento. Apesar de serem fortes as justificativas, esse estudo recebeu várias contestações de outras pesquisas. O principal argumento dos críticos desse estudo foi o seguinte: qual seria a situação de centenas de milhões de pessoas que vivem nos países com piores ambientes para ajuda, se as ajudas antes concedidas aos seus países fossem transferidas para outros?

3.2.5 Redução da Pobreza

O principal indicador do desenvolvimento em qualquer lugar é o percentual das pessoas que vivem na extrema pobreza. Sabe-se que a redução da pobreza no longo prazo só se sustenta com o crescimento econômico sustentável, e que não existe um critério único utilizado universalmente para avaliação de níveis de pobreza entre diferentes países. Mas, para fins de comparação, a extrema pobreza é geralmente definida como a subsistência com um consumo inferior a US\$ 1,00 por dia. Sendo assim, todos os países preocupados com o desenvolvimento deviam se esforçar no sentido de garantir a seus habitantes um consumo diário superior a US\$ 1,00.

4 ESTRUTURA FÍSICA E SOCIOECÔNOMICO DA GUINÉ-BISSAU

Terminada a discussão teórica do desenvolvimento, o presente capítulo será dedicado à apresentação das estruturas físicas e socioeconômicas-políticas da Guiné-Bissau com o objetivo de avaliar a situação atual do país, os recursos de que dispõe e o seu potencial para o alcance do desenvolvimento. Para tal, será dividido em três grandes seções: na primeira, será analisado o contexto socioeconômico e político do país; na segunda, serão feitos os levantamentos dos aspectos físicos e na terceira e última, será analisada a organização do espaço.

4.1 Contexto Socioeconômico e Político

Esta primeira parte está subdividida para melhor analisar os diversos aspectos que caracterizam o país.

4.1.1 Contexto socioeconômico

O contexto socioeconômico atual da Guiné-Bissau se caracteriza pelos baixos rendimentos e degradação dos serviços sociais. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD (2001), o país se encontra na 156ª posição entre os 162 países recenseados na ONU. Ou seja, a Guiné-Bissau era o oitavo (8º) país menos desenvolvido do Mundo. O país dispõe de uma população total de 1,682 milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto-PIB de US\$1,284 bilhões e um PIB Per Capita de US\$ 763,75 de acordo com as estimativas do FMI para 2007 divulgadas em Julho de 2006. O Índice do Desenvolvimento Humano – IDH era de 0,348 em 2003, segundo o relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, publicado em 2005.

A maioria da população economicamente ativa (PEA) do país, não dispõe das qualificações nem de um emprego que lhe permita assegurar rendimentos suficientes e regulares. A insuficiência de equipamentos sociais contribuiu fortemente para a degradação das condições de vida: mais de dois terços dos adultos são analfabetos, apenas 13,6% da população tem acesso à água potável e a esperança média de vida ao nascer é de aproximadamente 45 anos. Uma grande proporção da população vive na situação de pobreza e a análise do perfil da pobreza mostra que este é um fenómeno majoritariamente rural. Cerca de 64,70% da população do país vive com menos de 2 dólares por dia (DENARP, 2004) e 94% vive a mais de uma hora de distância das escolas primárias, dos centros de saúde e dos mercados de aprovisionamento. O país dispõe de uma população muito jovem, com as mulheres representando 52% do total e apenas 48% de homens. Os habitantes com menos de 15 anos constituem mais de 43% da população. Em 2005, de acordo com o BAD (2007), 64,5% da população do país vivia nas zonas Rurais e 35,5% nas zonas Urbanas. As figuras abaixo nos oferecem uma visão parcial do principal centro Urbano e das aldeias Rurais.



Figura 2 - Visão parcial do principal centro urbano.
Fonte: Imagem Google.

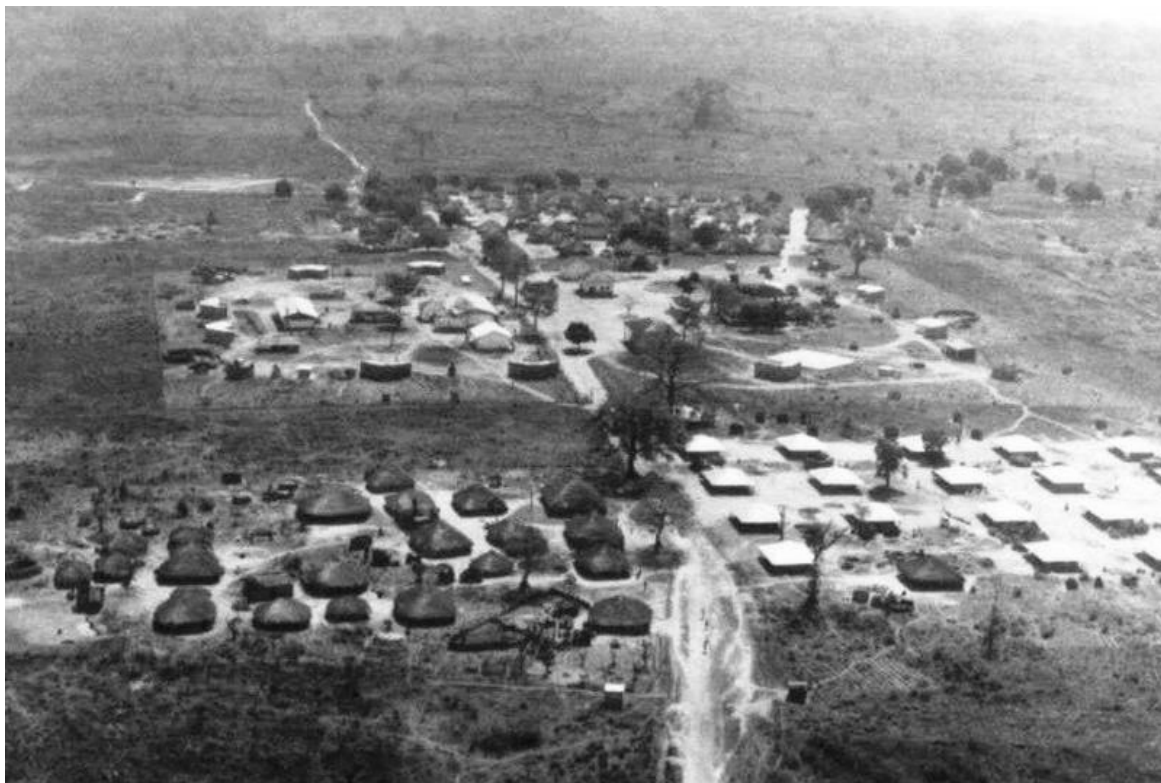


Figura 3 - Visão parcial das aldeias rurais.
Fonte: Imagem Google.

Rica em diversidade cultural e étnica, o país conta com aproximadamente 30 **Grupos étnicos**, dentre os quais seis são quantitativamente mais importantes, representando cerca de 84,7% do total da população (fula 25,4%, balanta 23,8%, mandinga 13,7%, manjaco 9,3%, papel 9,0% e mancanha 3,5%), restando 15,3% para as minorias culturais como Beafadas, Bijagós, Felupes, Baiotes, Cassangas, Djacancas, Nalús, Sossos, Tandas, Padjadincas, Saracolés, Landumas, europeus e outros. Em termos Religiosos, o país está dividido em três **grupos**: muçulmanos (46%), animistas (crenças indígenas 36%) e cristãos (15%).

4.1.2 Contexto econômico

A Guiné-Bissau é um país essencialmente agrícola. A participação do setor primário no PIB do país foi em média 58% de 2000 a 2004, restando apenas 13% e 29% para o setor secundário e terciário, respectivamente, durante o mesmo período. A economia do país se depara com uma balança comercial e financeira marcadamente deficitária. O nível de exportação é muito baixo e continua pouco diversificada, uma vez que a castanha de caju contribui com mais de 90% das exportações.

O déficit da balança de pagamentos é crônico, situa-se em cerca de 30 milhões de dólares em média por ano e resulta fundamentalmente do déficit da balança comercial. As despesas anuais do governo são geralmente superiores à sua receita, o que o leva a recorrer à dívida externa e, conseqüentemente, afunda o país numa inadimplência cada vez maior, levando-o assim a integrar a lista dos países mais endividados do mundo, com uma dívida pública em níveis extremamente elevados. Inviabilizando assim todos os esforços do desenvolvimento. Segundo os dados disponibilizados pelo FMI (2004), a dívida externa estava contabilizada em 922,782 milhões de dólares, sendo 441,882 milhões de dívidas multilaterais e 480,900 milhões de dívidas bilaterais.

4.1.3 Contexto Político

O sistema Político adotado pelo país logo após a independência foi o **Semi-Presidencialismo** (é eleito um Presidente da República e um Primeiro Ministro-Chefe do Governo), e continua até hoje. Em termos burocráticos, o país está estruturado da seguinte forma:

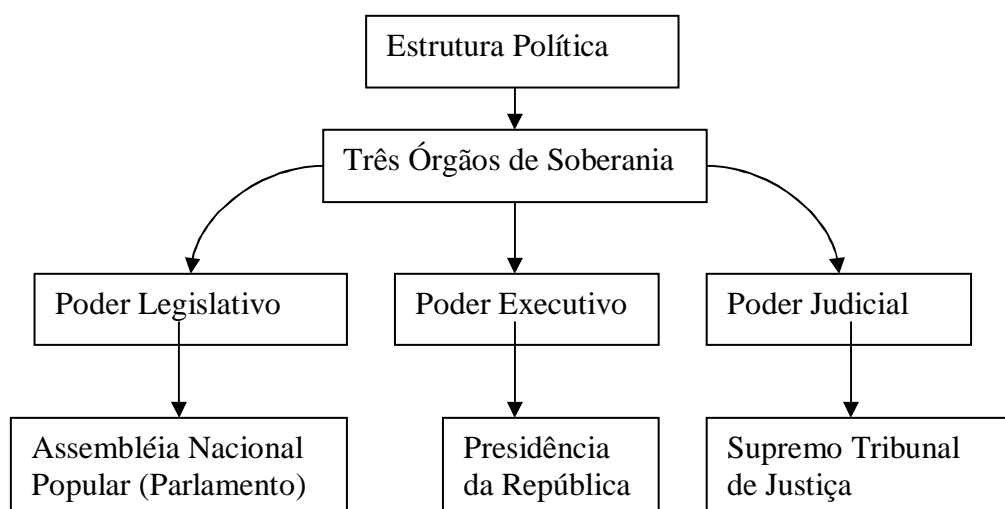


Figura 4 – Cronograma da organização política da Guiné-Bissau

Fonte: Elaboração própria do autor

Decretada a abertura democrática no país em 1991, em 1994 foi realizada a primeira eleição multipartidária vencida pelo presidente General João Bernardo Vieira (Nino) e o partido africano para independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Em 1998, o país foi atingido por um conflito político-militar iniciado em 7 de junho (véspera da segunda eleição),

que durou onze (11) meses, terminando com a vitória do Brigadeiro Ansumane Mané (líder da revolta militar) e o afastamento do então presidente (Nino).

Passado o conflito, em 2000 foi realizada a segunda eleição multipartidária vencida por *Kumba Yalá* na liderança do partido da Renovação Social (PRS). Em 2003, o presidente *Yalá* foi deposto por uma revolta militar liderado pelo *Coronel Veríssimo Seabra*.

Em 2004, foi realizada a terceira eleição legislativa multipartidária, pela primeira vez separada da eleição presidencial, e terminou com o regresso do partido PAIGC ao poder, na liderança de Carlos Gomes Júnior. Um ano depois (em 2005), foi realizada a terceira eleição presidencial, também terminada com o regresso do *General João Bernardo Vieira* (Nino) à presidência da República (o então presidente em exercício). Apesar do calar das armas e do regresso à normalidade constitucional, a instabilidade política continua persistente na Guiné-Bissau. As instituições continuam precárias, a governança deficiente, infra-estrutura e serviços públicos de baixa qualidade. Os sistemas judiciais são ineficazes e imprevisíveis, os crimes são frequentes (os funcionários públicos roubam os cofres da nação em vez de fornecerem bens públicos), causando assim obstáculos ao processo do desenvolvimento.

4.1.4 O conflito político-militar

No dia 7 de junho de 1998, a Guiné-Bissau foi atingida por um conflito político-militar que assolou o país durante 11 meses. Por trás do conflito estavam as pressões políticas no parlamento para o esclarecimento e julgamento dos principais responsáveis pelas vendas ilegais de armas aos rebeldes de *Casamansa*¹¹.

No topo das acusações encontrava-se o *Brigadeiro Ansumane Mané* (o então chefe de estado maior - general das forças armadas), acusado de ser o principal responsável pelas vendas ilegais dos armamentos. Este, por sua vez, recusou as acusações, exigindo uma investigação mais profunda sobre o caso. No impasse sobre as acusações, o então presidente da república, *General João Bernardo Vieira* (*vulgo Nino Vieira*), decidiu decretar o

¹¹ *Casamansa* - região fronteiriça da república de Senegal com a Guiné-Bissau, cujos nativos lutam pela separação com o Senegal.

afastamento do Brigadeiro *Mané* de suas funções, colocando o *Brigadeiro Humberto Gomes* como seu substituto.

O fato provocou a reação do *Brigadeiro Mané*, que, contando com o apoio dos políticos (fartos de manobras ditatoriais cinematográficas do presidente Nino e sedentos por poder), decidiu desafiar o decreto presidencial. Permaneceu no seu posto, alegando que quem devia responder pelas acusações sobre as vendas de armas era o presidente da república (Nino), e não ele. A tentativa de forçar seu afastamento constituiu um grave erro por parte do presidente, pois provocou a sua reação apoiada por alguns militantes das forças armadas fiéis a ele.

As revoltas tiveram início na madrugada de 7 de junho e pareciam um episódio passageiro, mas, logo depois, começaram a assumir dimensões inesperadas com o apoio das massas populares, que aproveitaram a situação para revelar sua indignação com as corrupções do presidente Nino e seu governo. Assim, ao final de 11 meses, houve a vitória do *Brigadeiro Ansumane Mané* (o líder da junta revolucionária do povo) e o afastamento do *presidente João Bernardo Vieira (Nino)*. Tal conflito causou graves prejuízos socioeconômicos ao país (como uma retração de 27% no PIB real, redução de 17% na produção agrícola, perdas de 90 milhões de dólares no setor privado, aumento de 16% no crescimento populacional, além de várias perdas humanas de acordo com os dados do FMI, 2007 e DENARP, 2004).

Em suma, pode-se dizer que o conflito político militar da Guiné-Bissau foi, antes de tudo, causado pelas insuportáveis ondas de corrupções que afligiam o país. A venda de armas apenas constituiu um suporte auxiliar na realização daquilo que cedo ou tarde teria acontecido.

4.2 Aspectos Físicos

Serão analisados, neste momento, os aspectos da geografia física do país.

4.2.1 Caracterização da posição geográfica e a divisão administrativa

A República da Guiné-Bissau está situada na costa ocidental da África, tendo a República de Senegal ao norte e a República da Guiné-Conakry ao sul e leste, como mostra a figura 5. Além do território continental, também integra o país uma parte insular composta por cerca de 40 ilhas, que constituem o arquipélago dos Bijagós no sul, separado do continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque, para além das ilhas de Jeta e Pexice ao norte. A superfície total do país é de 36.125 km².

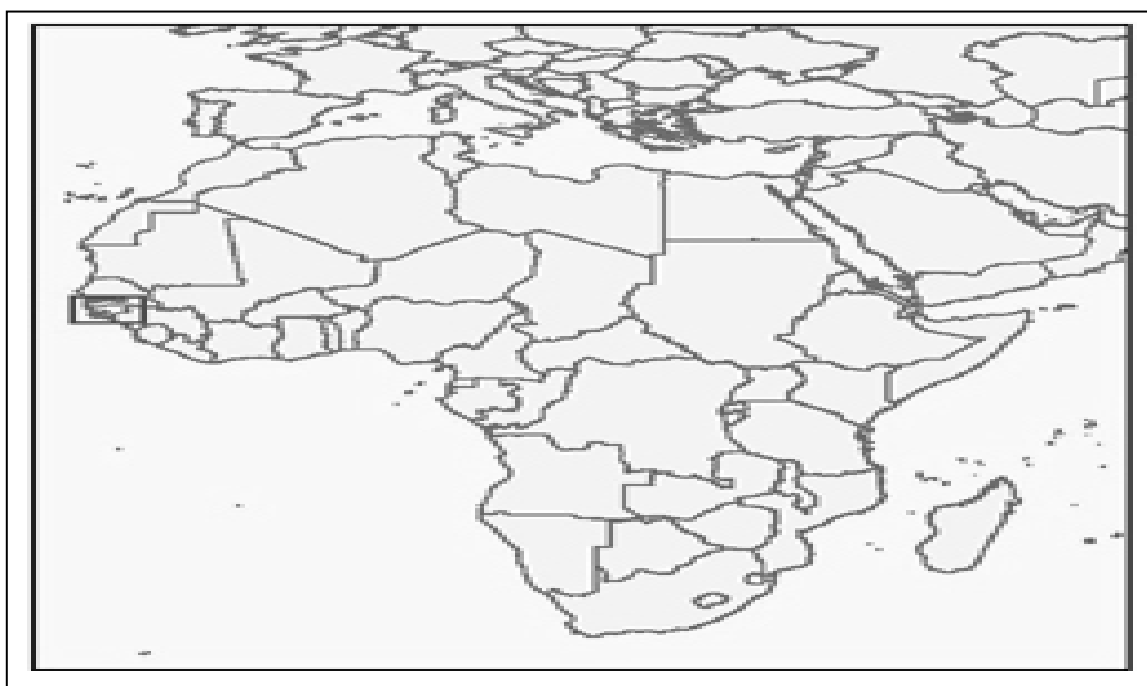


Figura 5 – Localização geográfica da Guiné-Bissau
Fonte: FAO

Já na figura 6, pode-se ver que Guiné-Bissau está dividida em três (3) **Províncias**¹² (Norte, Sul e Leste) e subdividida em oito (8) regiões (Bafata, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara e Tombali) e um setor autônomo (Bissau - Capital). As oito regiões estão subdivididas em trinta e seis (36) **Setores**, que por sua vez são divididos em diversas **Seções**, sendo estas últimas divididas em **Tabancas** ou **Aldeias**.

¹² A província Norte compreende as regiões de Biombo, Cacheu e Oio; a província Sul abrange as regiões de Bolama, Quínara e Tombali e a província Leste abrange as regiões de Bafata e Gabú.

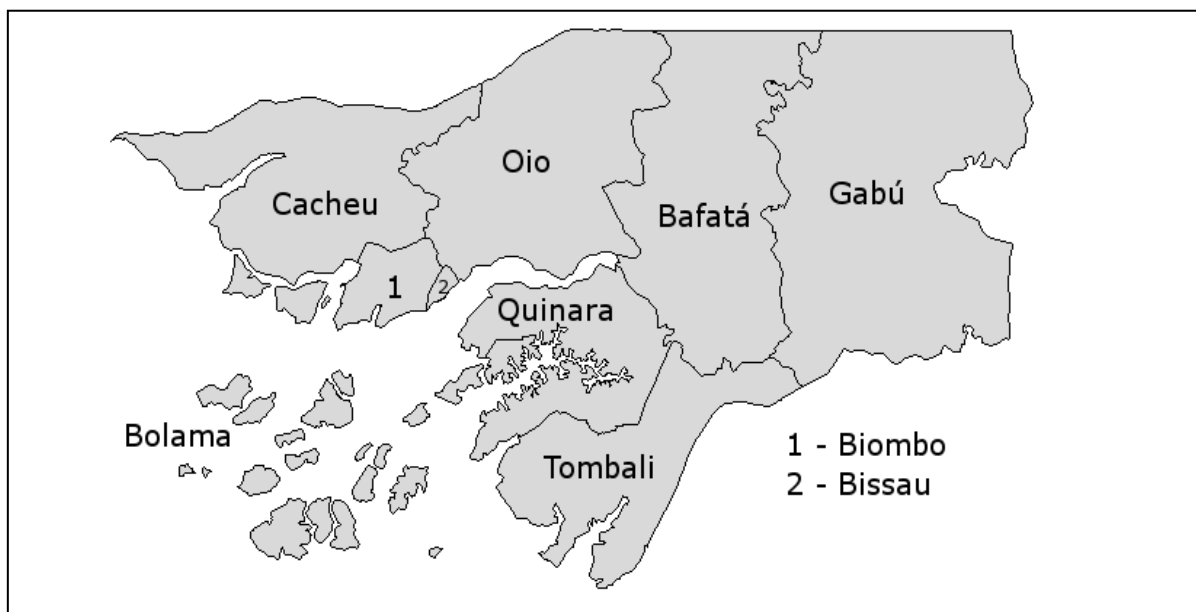


Figura 6 – Divisão Administrativa da Guiné-Bissau (Regiões).

Fonte: FAO.

4.2.2 Levantamentos dos fatores físicos

A) Clima

O clima da Guiné-Bissau é, em geral, tropical úmido com duas estações: a das chuvas, que vai de junho a novembro, e a seca, que vai de dezembro a maio. A temperatura anual sob a influência dos ventos alísios varia entre 24 e 27 °C. A umidade relativa média é bastante acentuada (cerca de 70 %) e essencialmente influenciada pelo regime dos ventos, a pluviosidade e a proximidade da costa.

B) Relevo

O relevo compreende zonas de altitudes pouco acentuadas, sendo os valores máximos atingidos de cerca de 300 m. Podem distinguir-se cinco zonas principais: 1) Planície Litoral; 2) Peneplanície de Gabú; 3) Planalto de Bafata; 4) Colinas de Boé e 5) Zona de transição de Oio e de Forrea.

C) Recursos Hídricos

Águas superficiais e subterrâneas: O território da Guiné-Bissau é atravessado por vários rios. Os principais são: Cacheu, Mansoa, Geba, Corubal, Cumbijã, rio Grande de Buba e Cacine. Todos eles carecem de estudos hidrológicos atuais e bem aprofundados. Todos os rios da Guiné-Bissau apresentam uma bacia hidrográfica muito importante. Os estudos

confirmam o potencial do rio Corubal para a produção hidrelétrica em dois pontos do seu percurso: em Saltinho e Cussilinha.

Os mananciais de água subterrânea são limitados e influenciados pelas formações hidrogeológicas da Guiné-Bissau, isto é, os sócos paleozóicos situados na zona leste e as formações sedimentares mesocenozóicas.

D) Solos

De uma forma geral, distinguem-se os seguintes tipos de solo na Guiné-Bissau: os solos hidromórficos, que se dividem em hidromórficos marinhos (halohidromórficos) e continentais, os solos de planaltos ou ferralíticos e ferruginosos tropicais, os solos líticos (litosolos) e os regossolos.

4.3 Organização do Espaço

4.3.1 Povoamento e Colonização da Guiné-Bissau

A compreensão da economia de qualquer região ou país requer as considerações do seu passado histórico. No que refere ao povoamento, ainda que os administradores coloniais descrevessem os povos africanos como indiferentes culturalmente e homogêneos, a Guiné-Bissau sempre foi habitada por diferentes tribos indígenas puramente Africanas, mas de culturas diferentes até a colonização portuguesa. Tais tribos:

[...] Eram constituídos de quatro diferentes grandes grupos etnoculturais no litoral e dois no interior. Os de litoral eram: diulas e balantas; manjacos (incluindo papéis) e banhus; beafadas e nalus; e os bejagós, cocolis e padjadincas (habitantes dos arquipélagos dos bejagós). Esses povos no seu conjunto tinham a família como sua unidade política e econômica, caracterizando assim a sociedade como horizontalizadas. Já no interior ficavam os fulas e maninkés (mandingas). Esses últimos eram guerreiros, comerciantes e agricultores convertidos ao islamismo desde o século XII. Tinham uma organização política centralizada e a estratificação social caracterizava sociedade vertical (HERNANDEZ, 2005, p. 537).

A história da colonização universalmente se relaciona com a expansão comercial e as descobertas das novas terras. De acordo com Furtado (1995), o pioneirismo dos portugueses nas conquistas, descobertas e expansão marítima se explica pela sua posição geográfica que, segundo ele, permitia aos portugueses obedecer ao chamado do oceano para criar uma grande

vocação marítima. Tal vocação impulsionou-lhes a seus primeiros atos expansionistas, fruto de uma operação diretamente ligada aos interesses da poderosa burguesia comercial lusitana.

As suas primeiras expedições expansionistas foram para o norte Africano, Marrocos, Ceuta (1415), Tanger, Arzilia, Alcacer, Ceguer, Safim, Azamar, etc.. À medida que as descobertas avançavam, criavam novas praças fortes ao longo da costa Africana e assim todo o século XV foi marcado pelas descobertas. Em 1446, Nuno Tristão chegou a Cabo Branco e a Arguim, ponto de partida para a exploração dos rios da Guiné-Bissau, descoberta no mesmo ano (1446) por **Álvaro Fernandes**.

Após a descoberta, durante muitos anos, a relação entre os nativos da Guiné-Bissau e os portugueses não passava de um simples intercâmbio comercial. Foi somente no começo do século XX que os portugueses determinaram uma relativa submissão dos nativos desse país, após as assinaturas de acordos com alguns chefes feudais. Porém alguns deles, tal como o Infali Sonco, pegaram em armas em 1907-8, mas foram derrotados. Apesar das contínuas expedições punitivas, os povos das regiões rurais permaneceram independentes até 1912. A verdadeira conquista do território foi marcada pela guerra de “Pacificação” ou “Domesticação”, sobretudo contra Papeis¹³, a preço de destruições e massacres sem precedentes perpetrados pelo feroz *Teixeira Pinto*, o que permitiu aos portugueses confiscar as armas das populações, estabelecer postos no interior do país e submeter seus chefes às suas regras exploratórias abusivas (trabalhos forçados e cobranças dos impostos).

4.3.2 A Guiné-Bissau como Colônia

Até 1879, Guiné-Bissau era administrativamente ligada a Cabo-Verde. Terminadas as “guerras de pacificação”, passou à categoria de província autônoma de Portugal, com poderes concentrados nas mãos do governador escolhido pela metrópole, tendo como principais municípios Boláma, Cacheu e Bissau.

A política da colonização portuguesa, em quase todos os países africanos, foi baseada no atraso econômico e na pouca instrução aos nativos. Durante muito tempo, os portugueses haviam especulado sobre o atraso econômico e ausência de qualquer educação de massas para evitar que suas colônias fossem contaminadas pelos movimentos de libertação nacional, que

¹³ Papeis – nome dado a um grupo étnico da Guiné-Bissau pelos portugueses.

então se desenvolviam em outros países africanos. Porém, sempre souberam aproveitar o ideal de que, quanto mais miseráveis e menos informados fossem os nativos, mais duradoura e melhor seria sua permanência na África.

Sendo assim, vale lembrar que manter, reforçar e dar continuidade à dominação colonial são apenas alguns verbos que rimam com o principal objetivo dos portugueses, tanto nas áreas educacionais quanto nas áreas culturais e econômicas do regime português na Guiné-Bissau.

Logo no início do processo de colonização, os portugueses já haviam enfrentado várias revoltas étnicas, como a do chefe dos *Beafadas*¹⁴ (*Rei Infali Sonco*), que cortou o pescoço de um soldado português na frente de seu comandante porque o comandante tinha humilhado um dos seus súditos. Deparando com essa situação na fase inicial da colonização, os portugueses perceberam que o investimento no progresso econômico da Guiné-Bissau não seria benéfico, assim como a instrução educacional de seus habitantes apenas representaria obstáculo à sua dominação. Por isso, o pouco investimento na instrução aos nativos foi mais uma tentativa de preparar um reduzido número de pessoas para os auxiliarem no processo de dominação. Os portugueses usavam ainda uma política entreguista, colocando na cabeça dos habitantes de um determinado grupo étnico – **fulas**¹⁵, a maluca idéia de que eram superiores e diferentes dos demais grupos étnicos existentes no país e, portanto, deviam ajudá-los a controlar os demais, obrigando-os a se submeterem à sua dominação por serem selvagens.

A tentativa de desunião dos povos da Guiné-Bissau constituiu o pior erro dos portugueses nesse país: fez aumentar as revoltas étnicas e deu lugar à criação do *Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC - 1956)* por *Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Eliséu Turpin* com o seguinte objetivo: conquistar a independência, o progresso econômico, o desenvolvimento social e cultural e a democratização da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (HERNANDES, 2005).

Sob a liderança de Amílcar Cabral, o partido (PAIGC) promovia manifestações e protestos, de modo que uma delas, realizada em 13 de Agosto de 1959, próxima ao “Cais de Pindjiguiti”¹⁶, terminou com o massacre de 150 pessoas, levando o partido a decretar a luta contra os colonialistas portugueses no mesmo ano. Catorze (14) anos após o início da luta,

¹⁴ Beafadas – nome de um grupo étnico da Guiné-Bissau.

¹⁵ Fula – nome de um grupo étnico (auxiliares dos portugueses no processo da dominação colonial).

¹⁶ “Cais de Pindjiguiti” – nome do porto onde começou a revolta que deu início à luta de libertação nacional contra os colonialistas portugueses.

Amílcar Cabral (líder da revolução) foi assassinado, em 21 de Janeiro de 1973, e oito (8) meses depois, em 24 de Setembro do mesmo ano, o partido PAIGC proclamou a independência da República da Guiné-Bissau. A independência foi reconhecida pelo Governo português apenas em 24 de Agosto de 1974.

4.3.3 A Infra-estrutura Econômica da Guiné-Bissau

A ideologia colonial de clara eficácia política, descrita nas subseções anteriores, não só ajuda a compreender a situação de completa precariedade da economia da Guiné-Bissau, centrada na exportação de produtos primários como castanha de caju e amendoim etc., como também ajuda a entender a falta de empenho por parte da burocracia colonial em relação à infra-estrutura econômica, como por exemplo a pavimentação bastante limitada das estradas e a construção de apenas um conjunto portuário e aeroportuário. Além disso, permite ainda entender a resumidíssima assistência sanitária e o número restrito de alfabetizados, que eram na maioria descendentes dos portugueses.

Apesar das instruções e experiências herdadas dos portugueses pelos seus colonos, em geral, não serem das melhores, quando se trata da análise comparativa de seus níveis de desenvolvimento eco-socioeconômico, tais heranças se sobressaem como um dos elementos cruciais para a compreensão de sua situação.

4.3.3.1 *Heranças da Colonização Portuguesa*

O aparelho produtivo herdado da colonização portuguesa na Guiné-Bissau é um aparelho adequado apenas para a elite colonial, e não para o poder popular: uma fábrica de cerveja para quem tem geladeira e os estaleiros navais para manter os barcos de guerra coloniais; uma fábrica de óleo de amendoim para exportação, contribuindo para orientar o agricultor no sentido da monocultura exportadora; um estabelecimento portuário para escoar os produtos de exportação e um aeroporto internacional; várias pequenas unidades de produção de cachaça (exigência das tropas e funcionários urbanos); pequenas unidades de produção de cerâmica e um pequeno comércio de bens e serviços pessoais, todos na cidade, vinculados à capacidade de compra monetária das elites; pequenas serrarias e outras infra-estruturas de exploração de madeira mal localizadas.

O único esforço de urbanização se deu na capital, Bissau, onde os portugueses, com ajuda dos cabo-verdianos (seus auxiliares no processo de colonização), instalaram-se para manter o sistema colonial. Ali, há luz elétrica, cinemas, clubes, hotéis, restaurantes e esplanadas. Há também água canalizada, escolas, hospitais e médicos.

4.3.3.2 Mudanças pós-Independência

Com a Independência, os representantes do "povo no poder" ocuparam os estabelecimentos herdados (casas, hotéis, esplanadas, clubes etc.). A distância ficou grande entre os representantes do povo de origem revolucionária e os camponeses que os ajudaram a combater os colonizadores. Ocupando uma estrutura de vida e de trabalho elitista, criada para a elite colonial, os representantes do povo no poder pareciam novas elites. Conscientes desse perigo, os novos dirigentes adotaram uma série de medidas contraditórias. Pressões vinham de toda parte: era preciso mostrar que o povo no poder sabe produzir, recuperar e pôr em funcionamento tudo que funcionava no país durante a colonização. Esse fato constituiu um grande erro, pois o aparelho produtivo herdado da colonização não foi organizado para o abastecimento equilibrado das populações, senão parcialmente. Pelo contrário, a recuperação da produção colonial apenas aprofundaria o estilo de vida colonial (produção para a pequena elite urbana).

Em suma, após a independência, em 1974, pouco ou quase nada foi feito para modificar a estrutura do aparelho produtivo herdado da colonização. A política de investimento adotada após a independência, cujo objetivo era de corrigir os erros da organização produtiva colonial, não foi eficaz, pois não conseguiu os resultados desejados. Em vez de reduzir o desequilíbrio entre a cidade e o campo, apenas o aprofundou.

4.3.3.3 Política de Investimentos pós-Independência

O investimento é o pilar com o qual se constrói uma economia. São todos os recursos (interno e externo) utilizados não para satisfazer as necessidades imediatas, mas para instalar máquinas, construir estradas, enfim, desenvolver a capacidade de produção (DOWBOR, 1983, p. 27).

Na Guiné-Bissau, a política de investimento adotada após a independência caracteriza-se, antes de tudo, pela concentração dos recursos na capital, sendo que a cada 100 Pesos de investimentos que se faziam no país, 50% ficavam na cidade de Bissau – cidade com apenas 14% da população do país (DOWBOR, 1983). A concentração dos recursos na capital se

explica pela maior capacidade de pressão da mesma, pois ali residiam os melhores quadros populacionais do país. Mas isso não se justifica, pois o principal erro da organização colonial, e que deverá ser corrigido, é justamente o desequilíbrio entre capital e interior.

A desigualdade na distribuição regional dos recursos de investimento refletia-se na principal base produtiva do país, a agricultura. O setor agrícola foi muito prejudicado pela insuficiência de investimento. Por trás desse erro na política de investimento, estava a seguinte ideologia: o país é agrícola, então é preciso concentrar as forças no desenvolvimento industrial por ser o setor mais atrasado.

O problema é que a indústria não funciona sem o produto para transformar ou sem divisas para matéria-prima e assistência técnica. Segundo Dowbor (1983), o funcionamento de uma indústria requer o desenvolvimento da sua base, e a base no país é a agricultura. De acordo com ele, a concentração de recursos na cidade de Bissau não refletia as prioridades de investimento e constata-se hoje que a indústria pode tanto dinamizar o desenvolvimento como atrasá-lo. É o caso da EGA, fábrica de montagem da Citroën com peças importadas da França, que criava uma fonte permanente de evasão de divisas, prejudicando o país.

4.3.3.4 O Setor Industrial Urbano (secundário)

A concentração dos investimentos em Bissau em empreendimentos superdimensionados de tecnologia avançada, em desacordo com as necessidades básicas da população, causou a constituição de um setor moderno muito mais amplo do que a capacidade de geri-lo adequadamente ou mesmo de financiar o seu andamento, como pode-se ver em Dowbor (1983, p. 32):

Dispõe-se hoje o país de uma grande capacidade de transformação de óleo vegetais, mas não há técnicos para geri-la nem matéria-prima para alimentá-la adequadamente. De fabrica de montagem de automóveis, mas não há divisas para importar os seus componentes. Foi adquirido geradores de transformação de petróleo em eletricidade no valor de milhões de dólares, mas não foram instalados motobombas de irrigação, e não existe a possibilidade de manter o funcionamento dessa infra-estrutura energética que só de petróleo exigia cerca de 12 milhões de dólares por ano. Adquiriu-se uma fabrica de plásticos e de produção de colchões, mas não há divisas para financiar a matéria-prima. Adquiriram-se vários barcos de pesca, mas não se criaram condições de fazer funcionar uma unidade de manutenção como os estaleiros navais etc..

Como resultado, hoje o setor moderno da economia funciona com menos de 25% da sua capacidade, contribuindo com apenas 13% para o PIB do país em termos médios, de 2000 a 2004 (INEC, 2007), mas os juros são pagos sobre 100% de seu custo. A tabela abaixo mostra a situação de maioria desses empreendimentos industriais hoje.

COMPANHIAS LIQUIDADAS OU EXTINTAS	
ESTABELECIMENTOS	SITUAÇÃO
DICOL (distribuidora de produto petrolífero)	Liq. 1995
EGA (montadora de automóvel)	Liq. 1994
FARMEDI (importação e distribuição de medicamentos)	Liq. 1996
GUINAVE (portuária)	Liq. 1995
GUINEGAZ (distribuidora de gás)	Liq. 1995
GUINEMAR (transporte marítimo)	Liq. 1995
JAPG (autoridade portuária)	Liq. 1995
SILODIATA (transporte urbano)	Liq. 1995
TAGB (transporte aéreo)	Liq. 1995
TITINA SILA (processadora de frutas)	Fora de negócio em 1988
COMPANHIAS INTEIRAMENTE PRIVATIZADAS	
ESTABELECIMENTOS	SITUAÇÃO
LEITE BLUFO (fábrica de leite)	Priv. 1992
CICER (fábrica de cerveja)	Priv. 1996
CMV (manutenção de automóveis)	Priv. 1995
FÁBRICA DE ESPUMA	Priv. 1993
FOLBI (produtos de madeiras)	Priv. 1992
SOCOTRAM/Bafata (processadora de madeiras)	Priv. 1996
SUINAVE (carne de porco e aves domésticas)	Priv. 1996

Tabela 1 - Status de Reformas das Empresas Públicas da Guiné-Bissau

Fonte: FMI

Apesar do mau investimento, conseguiu-se um salto que, hoje, pode-se ver que foi maior do que as forças, levando os seus principais empreendimentos à liquidação, extinção, privatização, etc.. Foi desenvolvido um moderno setor industrial sem a sua base produtiva no país (agricultura), o que gerou impasse.

4.3.3.5 O Setor Agrícola Rural (primário)

A agricultura, base da economia Guineense, contribui com 50% no PIB, emprega aproximadamente 80% da população ativa e representa 93% das exportações do país. Ela é praticada por duas categorias de agricultores: 1) os pequenos produtores das tabancas que constituem 80% da população rural, com um tamanho médio de 2 a 3 hectares, que garantem mais de 90% da produção; 2) os ponteiros, que estão principalmente orientados para as culturas de renda; o tamanho médio das suas explorações é de 136 hectares e estas cobrem 27% das terras agricultáveis e ocupam as melhores terras agrícolas¹⁷. O sub-setor da pecuária

¹⁷ **Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - (DENARP)**. Versão-3 maio 2004. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>> acesso em 20/07/2007

desempenha um papel importante na economia do país, contribuindo com 32% no PIB do sector agrário (DENARP, 2004).

A vulnerabilidade e impotência frente às variações climáticas mostram a fraqueza ou insuficiência da política agrícola na Guiné-Bissau e não existem condições propícias para o investimento privado. Há uma ineficácia e má utilização dos fundos públicos, os recursos do Programa de Investimento Público (PIP) do setor agrário diminuíram de 20% para 13% entre 1993 e 1997 e continuam a baixar drasticamente todos os anos (DENARP, 2004).

A produção agrícola sofre muito pela falta de chuvas, ocasionando algumas safras praticamente desastrosas. As grandes redes de infra-estrutura nacionais se concentram em ligar as capitais regionais e não estas com os lugares de produção. Assim, as melhorias nos principais eixos rodoviários, das telecomunicações e da produção energética fazem-se nas cidades, e não nas vilas dos produtores agrícolas.

A indústria local se preocupa bastante em organizar a transformação e exportação do produto agrícola, mas nunca se preocupou em produzir os bens que possibilitarão ao agricultor o aumento de sua produção. Como consequência, a produção agrícola se afeta negativamente por um fator-chave: a falta de abastecimento em bens de primeira necessidade.

A agricultura não sofre apenas da fraca produtividade e fraca extensão das áreas cultivadas: sofre também da falta de estímulos para produzir além das necessidades. A rede comercial do país foi concebida para escoar amendoim, produto de exportação, no quadro dos interesses coloniais, e após a independência praticamente nada foi feito para a reversão da situação. Os entraves à comercialização dos produtos locais continuaram existindo e o acesso às zonas de produção (sobretudo no sul do país) é muito difícil, agravando os custos de transporte e de comercialização. Existem também diversos entraves à livre circulação interna dos produtos agrícolas (taxas, barreiras ilegais, falta de liquidez no período da colheita da castanha de caju, troca desigual de arroz e caju, importações concorrentes que se beneficiam de facilidades de crédito não acessíveis à produção local, etc.).

O resultado é duplamente negativo para o agricultor e o país: 1) na falta de contrapartida para o seu produto, na falta da infra-estrutura, apoio técnico e meio de produção necessários, manteve uma produção fraca e estagnada; e 2) reforçou-se a tendência particularmente grave de escoar o produto diretamente ao exterior, aos países vizinhos, para poder comprar, com as divisas obtidas, os bens necessários (DOWBOR, 1983).

Agora se percebe que os vastos recursos externos de que o país se beneficiou na primeira fase pós-independência não serviram para desenvolver a base produtiva, senão

marginalmente. Serviram para abastecer a cidade e para criar um setor moderno urbano cuja existência só se poderia justificar depois de um grande aumento da produção rural. Hoje, na dificuldade de obter os recursos externos e na ausência de um aumento regular da produção interna, o país passou a enfrentar uma situação cada vez mais difícil. O gráfico abaixo mostra a participação dos diferentes setores econômicos no PIB da Guiné-Bissau de 2000 a 2004:

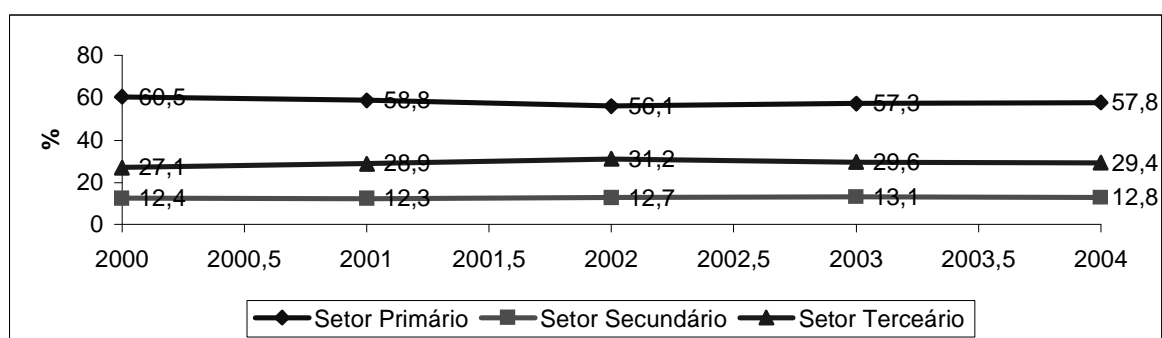


Gráfico 1 – Guiné-Bissau: Taxa de contribuição dos setores econômicos no PIB de 2000 a 2004 (em %).
Fonte: INEC/FMI, elaboração própria do autor.

Os dados do gráfico acima revelam uma larga vantagem do setor primário na contribuição dos setores econômicos no PIB da Guiné-Bissau, representando 58% do PIB em termos médios de 2000 a 2004, restando apenas 13% e 29% para o setor secundário e terciário, respectivamente, durante o mesmo período. Ou seja, o setor primário possui uma contribuição muito superior que o setor secundário e terciário somados.

4.3.3.6 Setor de Turismo

A Guiné-Bissau dispõe de excelentes condições e recursos para proporcionar ao turismo um desenvolvimento dinâmico, harmonioso e sustentável. Tratam-se, nomeadamente, de: 1) Condições climáticas favoráveis à prática do turismo durante a época da seca, que coincide com as festas do Natal e da Páscoa da maior parte dos países europeus; 2) uma costa marítima com praias de grande valor turístico e com excelentes condições naturais, não só do ponto de vista dos balneários, mas também desportivos; 3) uma rede hidrográfica constituída por rios de queda rápida e lagos navegáveis; 4) um sistema de parques nacionais, reservas naturais internacionalmente reconhecidas, ótimos para a prática do ecoturismo; 5) uma grande diversidade de valores culturais bem preservados que constitui um patrimônio histórico.

Apesar destas ricas potencialidades, o desenvolvimento do turismo se defronta com dificuldades decorrentes da ausência de uma política turística, a falta de infra-estrutura correspondente às normas internacionais, a fraca capacidade de investimento do setor privado,

a baixa qualificação do pessoal de hotelaria, etc.. Assim, o turismo, que não só podia proporcionar muitos empregos e contribuir substancialmente na arrecadação de receitas do Estado, debate-se com enormes problemas de desenvolvimento.

4.3.3.7 Setores de energia e água

O setor de energia e água tem se deparado com sérios problemas de ordem estrutural, tanto em relação aos meios de produção de energia como em relação aos meios de distribuição e comercialização. Todas as regiões do país, inclusive o setor autônomo de Bissau (capital do país), sofrem com os problemas da falta de energia que, além de escassa é muito mal distribuída. Como foi citado anteriormente, foram adquiridos geradores de transformação de petróleo em eletricidade (a única fonte de produção elétrica do país) no valor de milhões de dólares, mas não foram instaladas motobombas de irrigação. Não existe a possibilidade de manter o funcionamento dessa infra-estrutura energética que, só de petróleo, exige cerca de 12 milhões de dólares por ano, além das manutenções. A tabela abaixo revela a produção, distribuição e consumo de eletricidade na Guiné-Bissau.

Anos	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%
Consumo de Energia Elétrica (total do País –Mwh)	28.538	100	14.330	100	8.500	100	8.971	100	11.272	100	12.749	100	9.234	100
SAB (capital – Mwh)	22.725	80	10.330	72	5.000	59	5.471	61	7.742	69	9.249	73	5.734	62
Regiões do País (Mwh)	5.813	20	4.000	28	3.500	41	3.500	39	3.500	31	3.500	27	3.500	38

Tabela 2 – Produção e Consumo de Eletricidade em milhões de kilowatts (1996 a 2003).

Fonte: INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos).

Percebe-se claramente, analisando a tabela 2, que a desigualdade regional na distribuição da energia é muito grande no país. O setor autônomo de Bissau (capital) foi responsável por 68% da produção e consumo da eletricidade do país, em termos médios, de 1997 a 2003, restando apenas 32% para as demais regiões do país. Analisando os valores da tabela em termos absolutos, percebe-se a precariedade total ou o retrocesso desse setor no país, pois, em 1997, o país contava com uma população total de 1,129 milhões de habitantes que era alimentada com uma produção total de eletricidade de 28.538 Mwh e, em 2003, quando a população aumentou para 1,494 milhões de habitantes, a produção da eletricidade reduziu-se para apenas 9.234 Mwh. Ou seja, durante esses sete anos a população cresceu em

32% e a produção de eletricidade se reduziu em 68% no país. Os mesmos problemas são válidos para o setor da água, onde apenas 13,6% da população têm acesso à água potável e, desse total, 85% do consumo fica na capital (Bissau) e as demais regiões do país consomem apenas 15% da água potável.

4.3.3.8 Setor de Telecomunicações

A Guiné-Bissau dispõe um sistema de telecomunicação muito deficiente, o que contribui fortemente para o isolamento do país. O nível de cobertura e acesso é extremamente baixo e constitui um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento. O país dispunha de 7000 linhas operacionais, num total de apenas 10.500 linhas principais instaladas, para uma população estimada em 1,406 milhões de pessoas no final de 2001. Em 1990, a cada 100 habitantes residentes na Guiné-Bissau, apenas 0,62 tinha uma linha telefônica e, em 2003, apesar da elevação do valor, era ainda menos de uma pessoa (0,92) em cada 100 habitantes que dispunha de linha telefônica¹⁸. Prevalece um monopólio no setor, ligado à exclusividade concedida à Guinételecom através de um contrato de concessão assinado em 1989, com uma duração de 20 anos, para a totalidade dos serviços de telecomunicações (DENARP, 2004). A fraqueza do setor tem como consequência, longas listas de espera, elevada tarifas de chamadas internacionais, baixa capacidade de acesso à Internet, etc..

O governo da Guiné-Bissau sempre optou por abordagens dinâmicas e procura de soluções envolvendo todos os atores do processo, mas, ainda assim, os serviços de telecomunicações se encontram num estado de precariedade total se comparados aos dos países da costa ocidental africana.

4.3.3.9 Setor de transportes

Este setor está estruturado da seguinte maneira:

a) transportes Marítimos

As infra-estruturas portuárias (as atividades, os serviços e as condições do Porto de Bissau) são fracas e encontram-se num estado de deterioração total. Assim, ao porto internacional de Bissau, principal porta de entrada das importações, tem acesso apenas os navios de tonelage máxima de 10.000 tpl /dwt. Todo o sistema de transporte marítimo do

¹⁸ PUND, United Nations Statistics Division: disponível em <http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_8/index.php>. Acesso em: 20 de março de 2007.

país sofre com os seguintes problemas: falta de dragagem dos canais e de equipamentos de segurança à navegação marítima (balizagem e sinalização); gestão e equipamentos para a prestação do pacote global de serviços portuários e de armazenamento de mercadorias.

Em relação ao resto do país, foram construídos ou renovados, entre 1988 e 1998, oito terminais fluviais devidamente protegidos dos efeitos da maré, numa amplitude de 3 a 4 metros. No entanto, todos eles carecem de instrumentos de apoio à navegação (dificuldades de acesso) e equipamentos portuários básicos (armazéns de estocagem, câmaras frigoríficas, etc.). Em suma, todo o sistema de transporte marítimo carece de condições para o desempenho catalisador do desenvolvimento socioeconômico do país.

Pretende-se encontrar, o mais rapidamente possível, uma solução viável ao Governo de Guiné-Bissau para esse impasse, a fim de poder iniciar as ações necessárias ao funcionamento adequado e eficaz do Porto de Bissau (Pindjiguiti).

b) transportes Aéreos e Aeronáuticos

Para o transporte aéreo, a Guiné-Bissau dispõe de um único aeroporto internacional (aeroporto Osvaldo Vieira), situado na capital (Bissau), com uma pista de 3.200 metros de comprimento e 45 metros de largura, em estado ainda aceitável. Os equipamentos de apoio à aterrissagem por instrumento (ILS) estão fora de serviço e os equipamentos e materiais de salvamento e luta contra os incêndios são insuficientes. Mais recentemente, foi completada com sucesso a instalação da balizagem e reabilitação da iluminação noturna da pista 3-21, o que permite a aterrissagem e decolagem de aeronaves a qualquer hora do dia e da noite.

No interior do país, existem três aeródromos ainda recuperáveis em Gabú, Cufar e Bubaque, não dispondo nenhum deles de equipamentos de apoio à navegação nem infra-estruturas de acolhimento de passageiros (DENARP, 2004).

As receitas provenientes do tráfego aeroportuário são fracas e as iniciativas privadas foram desencorajadas pelo conflito de 1998/99, o que dificulta ainda mais os investimentos para adequar o aeroporto às normas internacionais de segurança.

c) transportes Rodoviários

A situação das infra-estruturas rodoviárias da Guiné-Bissau é muito preocupante. Ao longo de 30 anos de independência, foram investidos mais de 80 bilhões de FCFA¹⁹ na expansão das infra-estruturas rodoviárias, mas os dados do INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos) mostram que, até 2003, de um total de 2.755 km de estradas do país, apenas 770 km eram betonados. As estradas betonadas geralmente concentram-se em ligar as

¹⁹ FCFA – Franco da Comunidade Francófona Africana.

principais cidades do país, e não essas com as vilas dos produtores rurais, e nem sempre encontraram o devido sustento nas ações necessárias de manutenção e conservação, cenário evidente nos últimos anos.

4.3.3.10 Setor Comercial e Bancário

Devido ao fraco desempenho do setor industrial no país, o setor comercial se destaca como a principal fonte de acréscimo de valor da produção primária do país. Em termos médios, o comércio contribui com um total de 24% para o PIB do país. Assim como acontece em quase todos os países africanos, na Guiné-Bissau coexistem empresas comerciais formais e informais.

Houve um período de fortes aberturas das instituições bancárias comerciais na Guiné-Bissau, mas tais instituições não viveram boas experiências e acabaram fechadas, algumas por falência e outras por razões de outras categorias. Atualmente, o setor bancário Guineense compreende apenas algumas instituições que podem ser consideradas sólidas: a direção nacional do BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental), o banco comercial BAO (Banco da África Ocidental) e uma instituição de financiamento de micro créditos denominada FUNDEI. Mais recentemente, foram abertas três instituições que se encontram na fase de iniciação.

4.3.3.11 Conclusões

Os levantamentos sobre a infra-estrutura socioeconômica da Guiné-Bissau apontam que a economia permanece com uma base muito precária e subdesenvolvida durante o período em análise. As heranças infra-estruturais da colonização portuguesa, além de serem irrelevantes em termos econômicos, contribuíram muito para a manutenção do aparelho produtivo colonial, ocasionando assim o aprofundamento do estilo de vida da elite colonial após a independência. As políticas de investimentos adotadas na pós-independência foram mal implementadas e não conseguiram os resultados eficazes, pois apenas ajudaram a aprofundar o desequilíbrio entre campo e cidade, impedindo assim o desenvolvimento do setor agrícola e, conseqüentemente, do setor industrial. O setor de turismo oferece excelentes condições para o desenvolvimento, mas é pouco explorado. Os setores de energia e água, telecomunicações, transporte, serviços bancários e comércio estão totalmente precários.

5 ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO ECO-SOCIOECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU

De acordo com o relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD (2001), a Guiné-Bissau se encontra entre os 10 (dez) países mais pobres do Mundo, o que implica ser um país extremamente deficiente. Mas, ainda assim, levando em consideração os diversos esforços já empenhados na tentativa de combate à pobreza e melhoria no nível de bem-estar da população desse país, o presente capítulo será dedicado ao estudo do grau de desenvolvimento do mesmo. Tal estudo será feito através de uma análise evolutiva e comparativa dos indicadores em épocas distintas ou em diferentes regiões que compõem o país.

Assim, o capítulo será dividido em quatro (4) seções: Na primeira, serão feitas as descrições dos principais indicadores a serem utilizados; na segunda, serão analisados os diferentes indicadores dos aspectos populacionais; a terceira analisará os indicadores dos aspectos econômicos e a quarta, e última, terá por objetivo a análise dos indicadores dos aspectos sociais e ambientais.

5.1 Indicadores do Desenvolvimento Eco-socioeconômico

A análise da qualidade de crescimento e do desenvolvimento econômico, social e ambiental de qualquer região requer a apresentação de indicadores. Para a realização dos objetivos propostos nesse trabalho, serão analisados os seguintes indicadores:

- a) os que medem o rendimento econômico da população e suas variações;
- b) os que detectam a ocorrência ou não de alterações na estrutura de distribuição de renda;
- c) os que avaliam as condições na área social;
- d) os que medem qualidade ou situação do ambiente físico ou natural.

No primeiro caso (a), serão avaliados os seguintes indicadores:

} ***Produto Interno Bruto (PIB)***, cujo objetivo é mensurar a atividade econômica exercida em determinado país ou região durante um determinado período. Representa a soma, em valores monetários, da produção de bens e serviços em determinado período.

} ***Renda Per Capita***, que mostra, em termos médios, quanto do total produzido no período de um ano numa determinada sociedade caberia a cada um dos seus integrantes. Geralmente, é considerada como razão entre o produto interno bruto e o total da população - PIB/POP (MONTIBELLER, 1999). Além desses, serão também analisados outros indicadores do desempenho econômico.

No segundo caso (b), será analisado o ***Coefficiente de Gini***, que é o indicador do grau de concentração de estrutura de renda.

No terceiro caso (c), será analisado o **Índice do Desenvolvimento Humano (IDH/IDS)**, no qual serão avaliados os seguintes indicadores:

} ***Os Indicadores de Saúde*** – mortalidade infantil, esperança de vida, mortalidade materna e outros;

} ***Os Indicadores de Educação*** – taxa bruta e líquida de escolarização, evasão escolar e outros;

} ***Os Indicadores de Trabalho*** – Evolução da população, desemprego em relação ao total da população economicamente ativa (PEA) e mais.

O IDS é uma variante do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), mas, devido à abrangência do IDH, na medida em que se propõe considerar o maior número possível de variáveis, o IDS é mais adequado para a realidade dos países subdesenvolvidos, pois leva em consideração apenas as três dimensões básicas para o desenvolvimento: 1) ter uma vida longa e saudável (Saúde); 2) adquirir conhecimento (Educação) e 3) ter acesso aos recursos para possibilitar um padrão de vida digno (Renda), (MONTIBELLER, 1999). Vale ressaltar que no caso da Guiné-Bissau, o IDS que geralmente é considerado como o IDH.

No quarto caso (D), será avaliado o **Índice de Desenvolvimento Ambiental (IDA)**, onde serão analisados os seguintes indicadores:

} o indicador de consumo doméstico de água canalizada (tratada);

} áreas florestais protegidas em escala nacional.

A mensuração desses indicadores oferece as bases para a análise do **Índice do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (IDSA)**.

5.2 Aspectos Populacionais

Esta seção tem como objetivo, analisar o comportamento dos aspectos populacionais na Guiné-Bissau ao longo do período em estudo. Para tal, será dividida em três (3) subseções: Na primeira, será analisada a evolução da população da Guiné-Bissau como um todo e a variação no seu crescimento, através de um paralelo com a taxa de crescimento do PIB real durante esses anos; na segunda, será analisada a distribuição da população por sexo, idade, regiões e zonas; na terceira, será analisado o comportamento do mercado de trabalho (População Economicamente Ativa - PEA, desemprego por sexo, candidatos a emprego, emprego por setor de atividade e mais).

5.2.1 Evolução Populacional

A análise da evolução da população de um país tem como principal importância o dimensionamento e a quantificação da força de trabalho que movimenta a economia do país. Além disso, também auxilia na adoção das políticas necessárias para atender as crescentes demandas dos serviços públicos no médio e longo prazo.

De acordo com Singer (1976), o avanço no processo de desenvolvimento de uma economia subdesenvolvida requer o crescimento populacional como alternativa às barreiras da dependência à demanda externa dos seus produtos primários, através do crescimento de mercado interno e do aumento da mão-de-obra na economia.

A Guiné-Bissau é um país em que não existe nenhuma política ligada ao planejamento populacional. O crescimento da população foi extremamente rápido de 1980 a 2005, ou seja, em 25 anos a população da Guiné-Bissau cresceu aproximadamente 100%, passando de 796.000 habitantes em 1980 para 1.586.000 habitantes em 2005, de acordo com as estimativas do FMI. O gráfico 2 ilustra essa evolução ao longo dos anos em estudo:

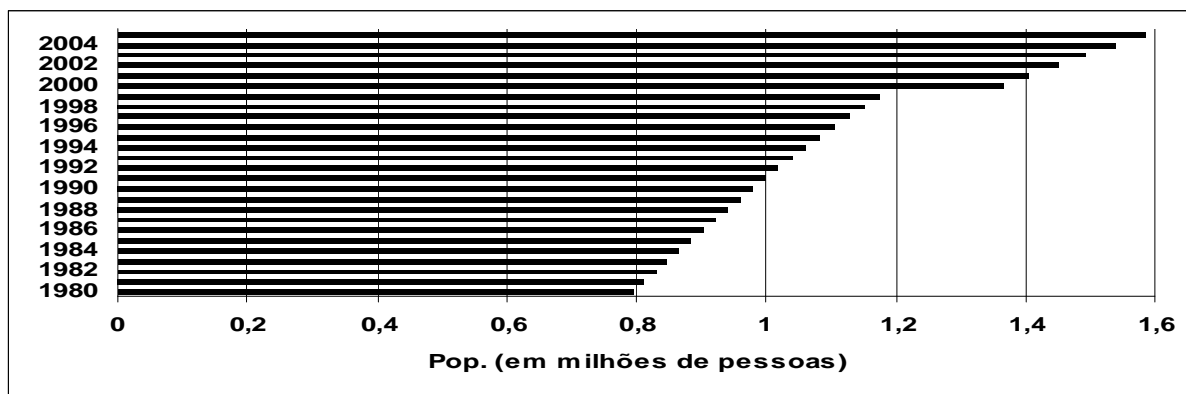


Gráfico 2 – Evolução da População em Milhões de Pessoas (1980 a 2005).

Fonte: FMI, elaboração própria do autor.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que apesar de vários problemas enfrentados por esse país, a exemplo de graves incidências de pobreza, conflito civil e mais, o crescimento populacional sempre manteve ritmos constantes ao longo do período em análise. A taxa média geométrica de crescimento anual foi de 1,97% de 1980 a 1999. Em 2000, entretanto, houve um aumento extraordinário de 16,26%²⁰ na taxa de crescimento populacional em relação ao ano anterior. Depois desse ano, o crescimento voltou ao seu ritmo normal, mas, com um ligeiro aumento na sua taxa média geométrica anual, variando em torno de 2,44% de 2001 a 2005.

Na visão de Souza (2005), para que um país se desenvolva, o crescimento do seu PIB precisa ser contínuo e em ritmo superior ao crescimento populacional, envolvendo ainda as mudanças de estruturas e as melhorias de outros indicadores do desenvolvimento. Caso contrário, o aumento da população em ritmo superior ao aumento da produção interna pode levar ao aumento das pressões populares sobre os serviços sociais públicos, nomeadamente educação e saúde, o que, conseqüentemente, pode aumentar a pobreza e levar ao subdesenvolvimento. No gráfico a seguir, será analisada na prática a validade da visão de Souza sobre o desenvolvimento para Guiné-Bissau. A avaliação será feita através de um paralelo entre a taxa do crescimento real do PIB e a taxa de crescimento populacional ao longo do período em análise.

²⁰ O aumento de 16,26% na taxa de crescimento populacional de 1999 para 2000 é realmente um caso que merece um estudo mais aprofundado, pois, considerando o ano 1999 como o fim do conflito político - militar (o conflito que resultou em várias perdas humanas), a tendência devia ser contrária. Ou seja, devia haver uma queda no crescimento populacional, em razão de refugiamientos, perdas humanas e abandono do país pelos estrangeiros.

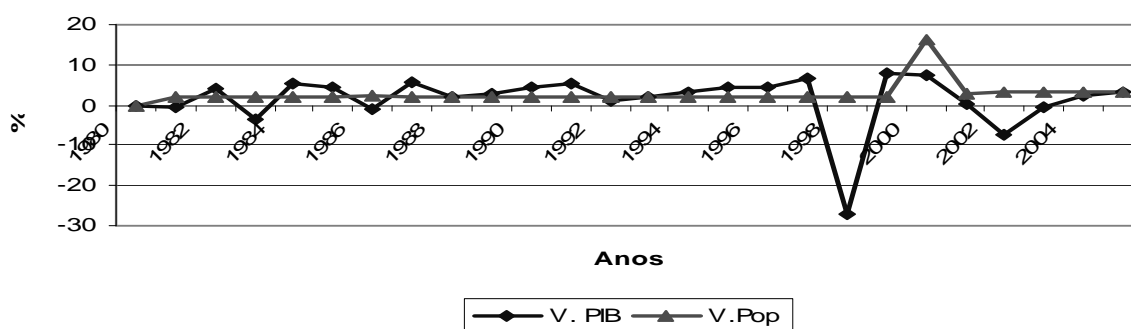


Gráfico 3 – Paralelo entre as Taxas de crescimento de PIB real e da População²¹ (1980 a 2005).

Fonte: FMI, elaboração do autor.

Observando o movimento da taxa de crescimento do PIB em relação ao da população na Guiné-Bissau (gráfico 3), percebe-se que o PIB sempre teve um movimento volátil ao longo desses anos, ao contrário do crescimento populacional que manteve seu movimento constante. É possível dividir em três (3) fases o período em estudo para uma melhor análise do comportamento desses indicadores na visão de Souza (2005):

► De 1980 a 1986, percebe-se uma tendência claramente volátil no crescimento do PIB real (crescimentos positivos e negativos intercalados), ao contrário do crescimento populacional (constantemente positivo). A taxa média geométrica de crescimento anual do PIB foi de 1,25% contra 1,80% da população durante esses sete (7) anos, o que implica aumento da pobreza no país.

► De 1987 a 1997, percebe-se também que, durante esses onze (11) anos, tanto o crescimento do PIB real quanto o da população manteve o seu ritmo constante. Entretanto, a taxa média geométrica de crescimento do PIB real foi superior ao do crescimento populacional (3,28% e 1,86% respectivamente), o que significa que o país evoluía positivamente no combate a pobreza. Esse foi o melhor período no processo de crescimento do país.

► De 1998 a 2005, o conflito político-militar no país (1998) não só levou a uma extraordinária queda na taxa de crescimento do PIB real de 27,15% em relação ao ano anterior (1997), como também a um forte aumento na taxa de crescimento populacional de 16,26% (de 1999 para 2000). O impacto desse conflito na Guiné-Bissau teve como consequência o crescimento populacional em ritmo muito superior ao crescimento do PIB.

²¹ Os cálculos das taxas de crescimento do PIB real e da população foram baseadas na fórmula da taxa de crescimento simples ($V_p = ((V_t - V_{t-1}) / V_{t-1}) * 100$), destacada na Metodologia.

A taxa média geométrica de crescimento do PIB real foi de 1,53% contra 4,07% da população durante esse último período, o que implica o regresso total à pobreza.

5.2.2 Distribuição da População por zonas e Fluxos Migratórios

A população de qualquer região, país ou estado pode ser distribuída em duas zonas (*rural e urbana*). O termo *rural* refere-se ao predomínio da agricultura (campo) em relação à indústria (cidade urbanas), e o contrário vale para o termo urbano. No gráfico 4 tem-se a distribuição da população da Guiné-Bissau residente nas áreas rurais e urbanas de 1998-2005:

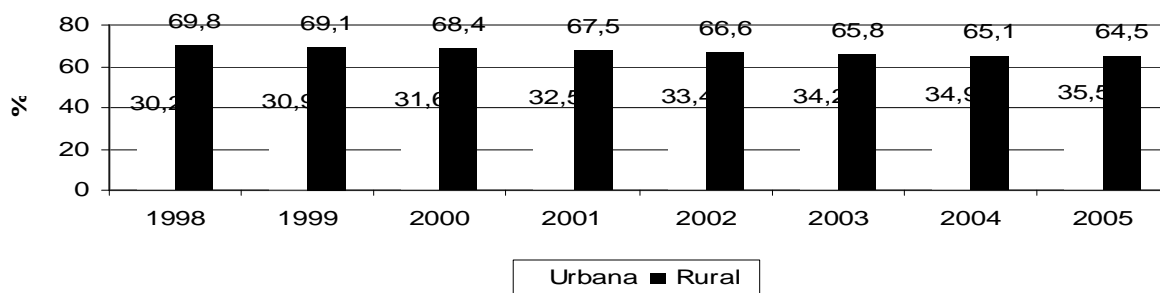


Gráfico 4 - Guiné-Bissau: Distribuição da População rural e urbana de 1998 a 2005 (%).

Fonte: BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), elaboração própria do autor.

A Guiné-Bissau é um país com a população predominantemente rural, mas, como se vê no gráfico 4, o percentual da população urbana vem aumentando de forma constante, contrastando com uma redução contínua no percentual da população rural. Apesar da falta de dados evolutivos para uma análise mais detalhada desse indicador, a experiência empírica vivida nesse país aponta a tendência como histórica durante o período em análise.

A zona rural do país se caracteriza, sobretudo com a produção primária de baixo rendimento econômico (agricultura tradicional e pecuária), diferente da zona urbana, onde prevalece a atuação industrial e de serviços diversificados de maiores rendimentos monetários.

O aumento constante no percentual da população urbana na Guiné-Bissau pode ser explicado em parte com a política do investimento que até então caracteriza o país (concentração dos recursos na capital). Essa política contribuiu muito para o êxodo rural-urbano (abandono contínuo do campo para cidade à procura de melhores condições de vida). A seguir será analisada a distribuição da população por diferentes regiões do país.

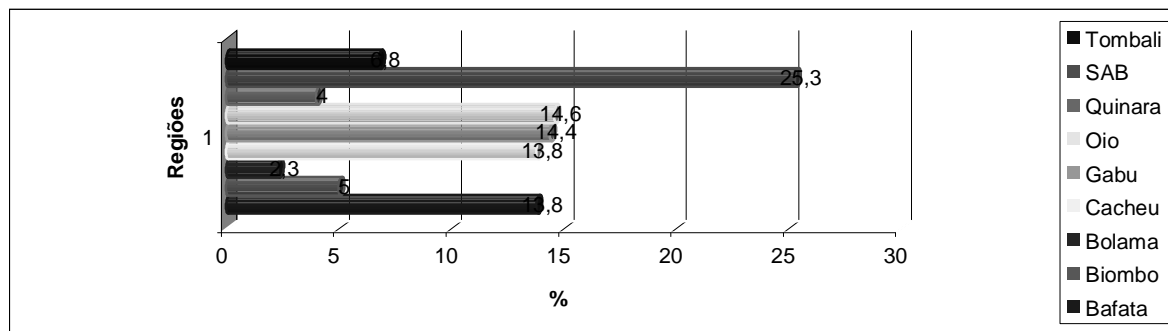


Gráfico 5 – Guiné-Bissau: Distribuição da População Por Regiões (2000).

Fonte: MICS, Bissau (2000). Elaboração própria do autor.

Analisando o gráfico 5, percebe-se uma forte concentração da população no setor autônomo de Bissau (SAB), o principal centro urbano. Esse fenômeno não se explica com o simples aumento da taxa de natalidade dos residentes desse setor, mas sim deste acompanhado de uma elevada taxa de emigração desconhecida (dados inexistentes). Assim como os residentes das diferentes regiões que compõem o país emigram para a cidade de Bissau, também os residentes dos pequenos *Setores e Seções* que compõem tais regiões estão a emigrar constantemente para as capitais de suas próprias regiões ou de outras à procura de melhores condições.

A forte transferência da população rural para zonas urbanas se explica antes de tudo pela forte incidência da pobreza no mundo rural. De acordo com os dados do ILAP, apresentados pelo DENARP (2004), a contribuição destas duas zonas no conjunto da pobreza do país é de 20,6% (urbana) e 79,4% (rural), fato que explica o aumento da taxa de crescimento da população urbana e a queda na taxa de crescimento da população rural da Guiné-Bissau. O gráfico 6 mostra como a população do país esta dividida por zonas nas diferentes regiões.

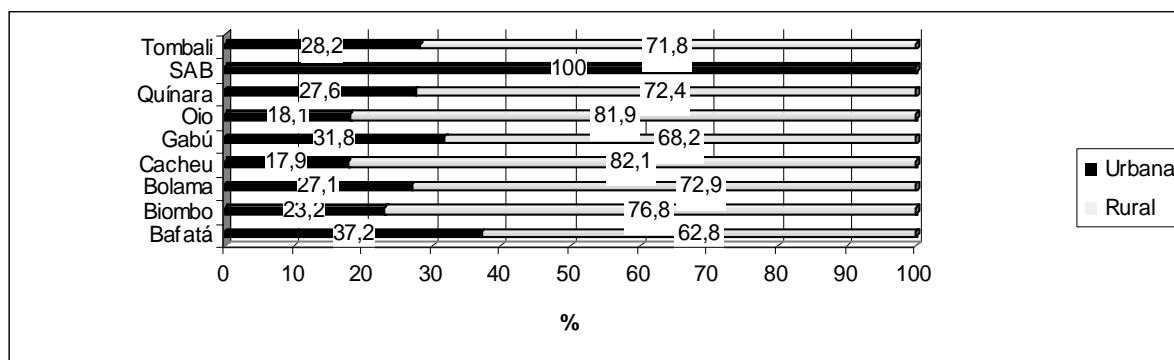


Gráfico 6 – Guiné-Bissau: Taxa de distribuição da população por regiões e zonas (2000).

Fonte: MICS, Bissau (2000), elaboração própria do autor.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que, apesar do êxodo rural, o país ainda conta com a maior parte da sua população nas zonas rurais. Em todas as regiões do país prevalece a população rural, exceto no setor autônomo de Bissau – SAB, o único setor com a população 100% urbana. Esse fato incita a percepção de que os recursos são realmente concentrados na capital, pois, num país onde a segunda região mais urbana dispõe de apenas 37,2% da população urbana, a existência de uma região com a população 100% urbana só se justifica com a concentração dos recursos. O gráfico abaixo mostra a distribuição da população da Guiné-Bissau por sexo:

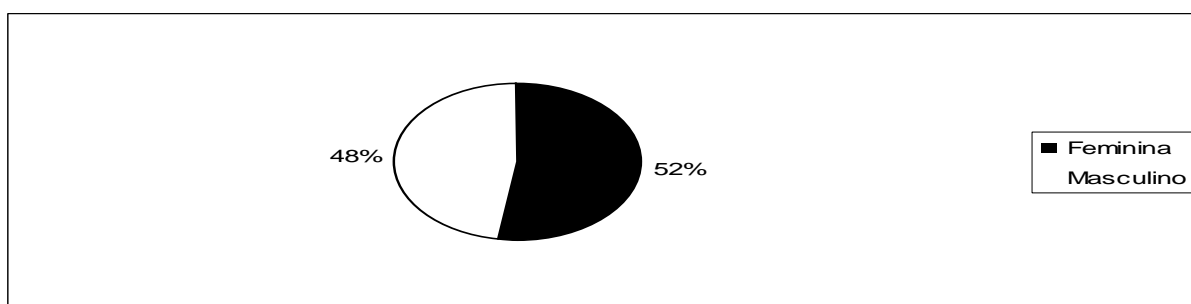


Gráfico 7 – Guiné-Bissau: Distribuição da População por Sexo (2000).

Fonte: MICS, Bissau (2000), elaboração própria do autor.

O gráfico acima revela a predominância da população feminina na Guiné-Bissau. Esse fato não se explica apenas com a maior expectativa de vida das mulheres ou maior taxa de natalidade feminina. O conflito político militar que assolou o país entre 1998/99, também contribuiu muito por esse resultado, através de várias perdas masculinas durante o mesmo. O gráfico abaixo ilustra a predominância da população jovem na Guiné-Bissau (fruto conflito).

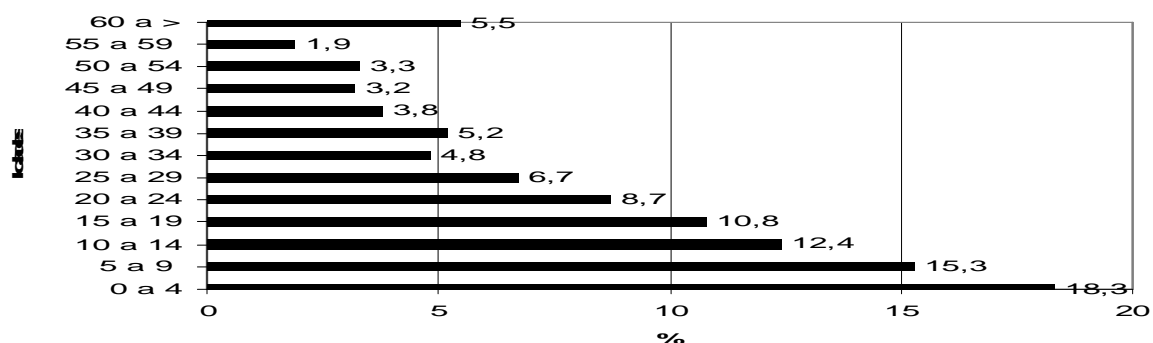


Gráfico 8 – Guiné-Bissau: Distribuição da População por Idade (2000).

Fonte: MICS, Bissau (2000), elaboração própria do autor.

Como se pode ver no gráfico acima, a Guiné-Bissau dispõe de uma grande quantidade de população jovem, ou seja, 72,2% da população do país são pessoas com idades menores de 30 anos. Essa forte concentração da população nas idades entre 0 e 29 anos é reflexo das

guerras, que provocaram várias perdas adultas. Por outro lado, a elevada proporção da população na faixa etária entre 0 e 10 anos (33,6% da população total), revela a tendência ao agravamento de problema do desemprego no mercado de trabalho em médio prazo, já que, em poucos anos, essas crianças integrarão a lista da PEA.

5.2.3 Análise do Mercado de Trabalho

Assim como a evolução da população e sua distribuição por zonas, a população economicamente ativa (PEA) é também um importante indicador na avaliação dos aspectos populacionais. Entende-se por *População Economicamente Ativa* (PEA) toda a população de 10 anos para frente que no período da pesquisa estava a exercer algum trabalho, remunerado ou não. Também se inclui nessa categoria todas as pessoas das mesmas faixas que não trabalham, mas estão a procurar trabalho. O inverso vale para a *População Economicamente não Ativa*. Incluem-se nela todas as pessoas que na época da pesquisa (da PEA) exerciam afazeres domésticos, os estudantes, os aposentados e pensionistas, as pessoas que viviam de rendas, os detentos, os doentes e as pessoas sem ocupação (IBGE apud FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007).

Na Guiné-Bissau, o conceito da PEA não é diferente. De acordo com a Secretaria de Estado de Solidariedade Social e Emprego (2002), o desenvolvimento do emprego produtivo do país não acompanhou o aumento da oferta de mão-de-obra (o rápido aumento dos efetivos que integram o grupo etário de 10-59 anos), ilustrado no gráfico acima. Uma outra preocupação é com as taxas de desemprego e de subemprego que progrediram rapidamente e quase duplicaram nos últimos quinze (15) anos, chegando a 12%²². O gráfico abaixo ilustra a evolução da população economicamente ativa (PEA) e a sua distribuição por sexo na Guiné-Bissau de 1998 a 2003.

²² Guiné-Bissau: **Secretaria de estado da solidariedade social e emprego. Instituições: OIT E PNUD. Documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau.** Volume-I --Documento principal, versão preliminar-2, março de 2002.

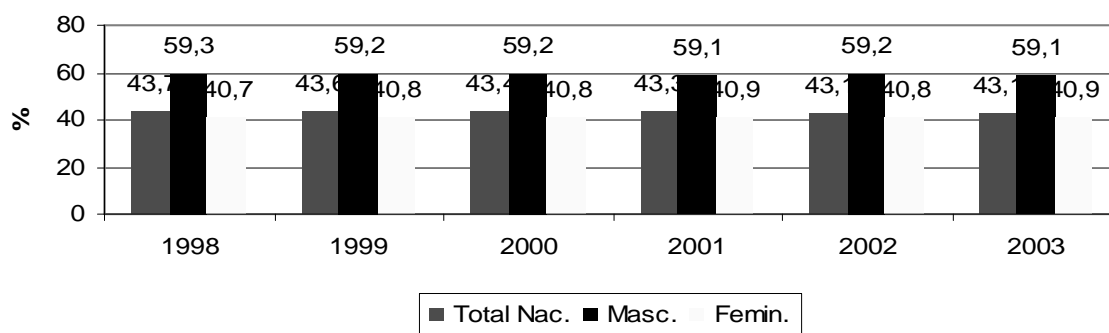


Gráfico 9 – Guiné-Bissau: PEA - Total nacional, Feminina e Masculina de 1998 a 2003 (%)

Fonte: BAD, elaboração própria do autor.

Analisando o gráfico acima, percebe-se uma predominância masculina na PEA do país de 1998 a 2003. Apesar da predominância feminina na população total (52%), revelada no gráfico 8, a PEA da Guiné-Bissau sempre foi dominado pelo sexo masculino, fato que pode ser explicado com a exclusão feminina. Na sociedade Guineense, historicamente as tarefas domésticas representam os trabalhos das mulheres. Esse fato é mais freqüente entre as famílias da religião islâmica, que em 2000 representavam 46% da população total do país. O comportamento também não é muito diferente entre os membros das crenças indígenas (animistas), representando 36% da população total. São as mulheres da religião cristã que freqüentemente são encontradas no mercado de trabalho exercendo alguma atividade ou procurando o emprego, e essa religião representa apenas 15% da população da Guiné-Bissau.

Mais recentemente, verifica-se a mudança no comportamento do mercado de trabalho guineense (maior integração das mulheres de ambas as religiões), mas, ainda assim, os homens continuaram a representar a maioria absoluta da PEA do país. Com relação ao desemprego por sexo, a tendência é a mesma (predominância masculina): são os homens²³ que representam 79% dos desempregados do país, restando apenas 21% para as mulheres. Isso porque também são eles que representam à maioria da PEA do país. A seguir será analisada a distribuição da PEA da Guiné-Bissau por setor de atividade em 1991.

²³ Ibidem

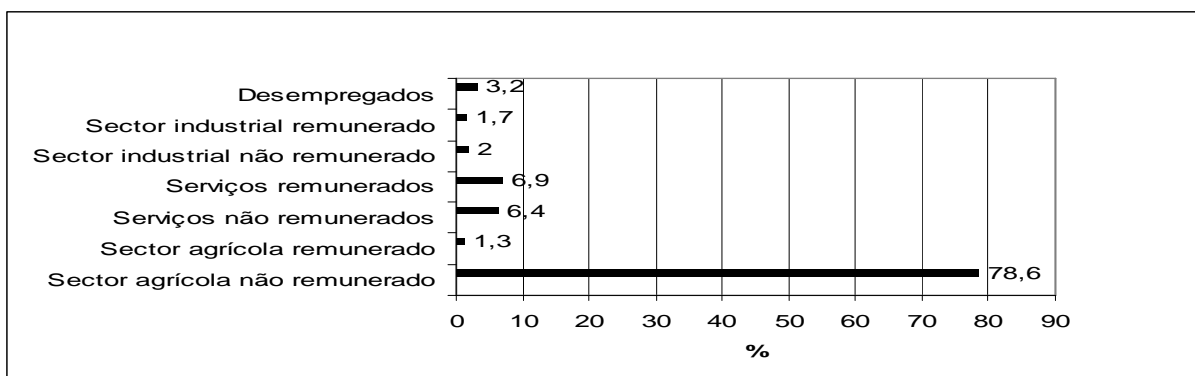


Gráfico 10 – Guiné-Bissau: Distribuição da PEA por setor de atividade (recenseamento-1991).

Fonte: Secretaria de estado da solidariedade social e emprego, elaboração própria do autor.

Devido à predominância da população Guineense na zona rural, a maior parte da população economicamente ativa (PEA) constitui um segmento que trabalha essencialmente na agricultura tradicional e, em menor grau, nas atividades pesqueira e pecuária. Os camponeses geralmente possuem baixa qualificação e utilizam na produção métodos tradicionais e tecnologias rudimentares. Este segmento caracteriza-se pela pouca existência de assalariamentos e dos contratos de trabalho. Dadas essas características, o rendimento pessoal depende do valor bruto da produção e das parcelas divididas pelo número de trabalhadores. O gráfico acima revela o peso avassalador da informalidade na economia da Guiné-Bissau. O setor agrícola não remunerado é responsável por 78,6% do emprego do país, restando ainda 6,4% para o serviço não remunerado e 2% para o setor da indústria não remunerado.

O setor formal é dependente dos serviços da administração pública (Ministérios, Secretarias, etc.) e das empresas públicas. A oferta do emprego no setor privado formal é muito baixa, mais de 90% do emprego do país provêm do setor informal urbano e rural. Entretanto, ainda assim, são os empregos do setor formal os mais importantes, pois esse setor oferece trabalhos de maior qualidade e melhor remuneração, tanto que raramente os trabalhadores deste setor integram as classes das populações consideradas pobres. Embora o setor formal tenha número bastante limitado de emprego (responsável por menos de 10% do emprego no país). No gráfico abaixo, será analisada a demanda de emprego por nível de formação (Escolar).

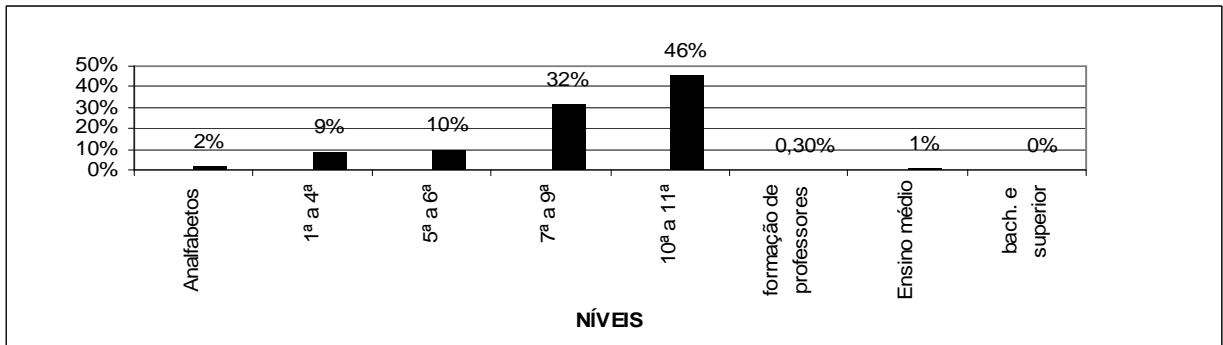


Gráfico 11 – Guiné-Bissau: Candidatos a emprego por nível escolar (2000).

Fonte: Secretaria de estado da solidariedade social e emprego, elaboração própria do autor.

O gráfico acima oferece uma visão sobre o nível escolar dos candidatos a emprego na Guiné-Bissau. Analisando-o, percebe-se uma forte concentração dos candidatos a empregos no ensino secundário geral (7ª - 9ª classe) e complementar (10ª - 11ª classe) de 32% e 46%, respectivamente, representando 78% do total. Restam apenas 9% e 10% para o ensino primário (geral e complementar, respectivamente), correspondente a 19% do total e 3% para os analfabetos, professores formados, formados dos cursos médios e dos cursos superiores. Esses resultados revelam que o nível de instrução escolar dos candidatos a emprego na Guiné-Bissau é muito baixo. No gráfico abaixo serão analisados os candidatos ao emprego por faixa etária:

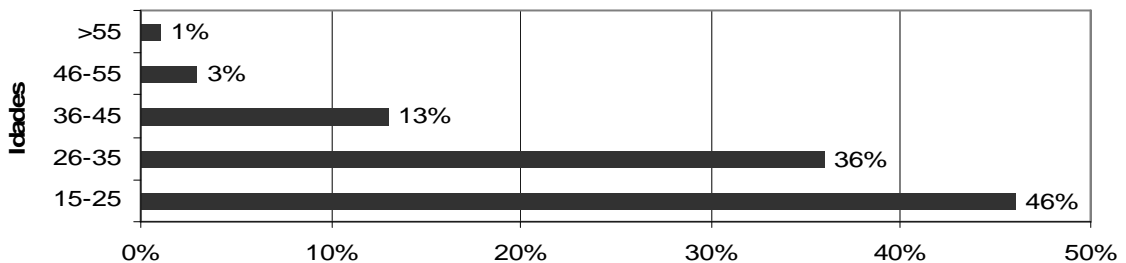


Gráfico 12 – Guiné-Bissau: Candidatos a emprego por Idade (2000).

Fonte: Secretaria de estado da solidariedade social e emprego, elaboração própria do autor.

No gráfico acima, verifica-se que a busca por oportunidade de emprego se concentra nas pessoas cujas idades variam entre 15 e 35 anos, representando 82% do total. De acordo com os dados do gráfico 8, 84,5% das pessoas dessa faixa etária são menores de 30 anos (jovens), o que significa que o desemprego é muito crítico entre a classe jovem. Tanto os jovens marginalizados do sistema escolar, por nunca terem nele entrado ou por abandoná-lo precocemente, quanto os que possuem qualificações acadêmicas não conseguem oportunidade de exercer atividades remuneradas. O mesmo acontece com as mulheres, que cada vez mais

estão sobre-representadas entre os desempregados e marginalizadas, ocupando as atividades pouco ou não remuneradas. Em 1991, estimava-se que, para o país modificar suas taxas de desemprego e subemprego, era necessário gerar 22.000 novas oportunidades de trabalho e dez anos mais tarde (2001) esse valor já teria evoluído para 30.000²⁴. Portanto, o emprego e sua geração são problemas profundamente estruturais de base econômica com resultados sociais incalculáveis.

5.3 Aspectos Econômicos

Essa seção tem por objetivo a análise da evolução das atividades econômicas na economia da Guiné-Bissau, durante o período em estudo. Para tal, será dividida em duas (2) subseções:

Na primeira, serão analisados os indicadores do desempenho econômico (a evolução do PIB em termos globais, per capita e a inflação). Na segunda, será analisada a estrutura produtiva (evolução da produção das principais colheitas e das principais indústrias operantes) na Guiné-Bissau.

5.3.1 Indicadores do Desempenho Econômico

O *Produto Interno Bruto (PIB)*, como já foi mencionado anteriormente, representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região (países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Seu valor per capita, ou seja, PIB per capita, (PIB dividido pela População) foi o primeiro indicador utilizado para analisar a qualidade de vida em um país.

O desempenho do desenvolvimento econômico é avaliado principalmente através de indicadores econômicos, sociais e ambientais. A seguir, será analisada a evolução do PIB a

²⁴ Ibidem.

preços Constantes e Correntes e do PIB *per capita* a preços Constantes e Correntes em termos comparativos durante o período em análise na Guiné-Bissau.

	Valores Correntes (Vt)	Deflator (It)	Valores Constantes (Vr)	Valores constantes
	Moeda - FCFA	Índice	Moeda - FCFA	Varição
Anos	Bilhões		Bilhões	%
1980	29.367	26,54	110.668	0,00
1981	48.302	43,86	110.118	-0,50
1982	66.438	57,90	114.742	4,20
1983	86.904	78,40	110.841	-3,40
1984	69.301	59,26	116.937	5,50
1985	104.675	85,82	121.966	4,30
1986	78.789	65,25	120.746	-1,00
1987	57.859	45,38	127.508	5,60
1988	53.373	41,05	130.005	1,96
1989	68.775	51,40	133.808	2,93
1990	71.354	50,99	139.936	4,58
1991	72.383	49,22	147.071	5,10
1992	60.045	40,40	148.617	1,05
1993	67.081	44,23	151.666	2,05
1994	130.819	83,62	156.448	3,15
1995	126.724	77,58	163.355	4,41
1996	138.383	80,99	170.863	4,60
1997	156.733	86,13	181.975	6,50
1998	121.315	91,52	132.560	-27,15
1999	138.208	96,86	142.682	7,64
2000	153.397	100,00	153.397	7,51
2001	145.883	94,92	153.695	0,19
2002	141.917	99,44	142.712	-7,15
2003	137.118	96,69	141.813	-0,63
2004	142.576	98,36	144.958	2,22
2005	158.827	106,13	149.661	3,24

Tabela 3 – Guiné-Bissau: Produto Interno Bruto²⁵ de 1980 a 2005

Fonte: FMI, elaboração própria do autor.

²⁵ Para a obtenção de valores reais do PIB, foi utilizada a fórmula destacada anteriormente na Metodologia ($Vr = (Vt / It) * 100$), onde: *Vr* representa os valores constantes do PIB na tabela acima; *Vt* representa os valores Correntes do PIB na mesma tabela e *It* representa o Índice da Deflação (Deflator).

O cálculo da variação percentual foi baseada na fórmula da taxa de crescimento simples ($Vp = ((Vt - Vt_1) / Vt_1) * 100$), também destacada na Metodologia.

Os gráficos abaixo revelam uma tendência bastante volátil no movimento do PIB Global e *per capita* a preços correntes, diferente do PIB Global e *per capita* a preços constantes, cujo movimento é mais estável. Essa volatilidade resulta das oscilações (aumentos e reduções) nos preços dos produtos primários de exportação (a exemplo da castanha de caju – principal produto de exportação da Guiné-Bissau) e de vulnerabilidade ou impotência da economia frente às variações climáticas ou crises ambientais.

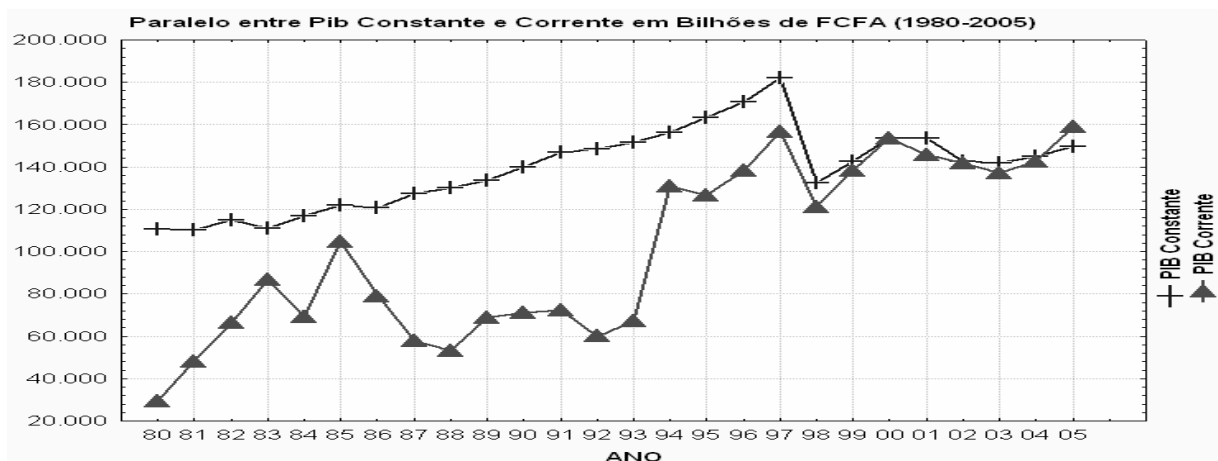


Gráfico 13 – Paralelo entre o PIB Global Constante e Corrente em bilhões de FCFA de 1980 a 2005 (2000=100)
Fonte: FMI, elaboração própria do autor.

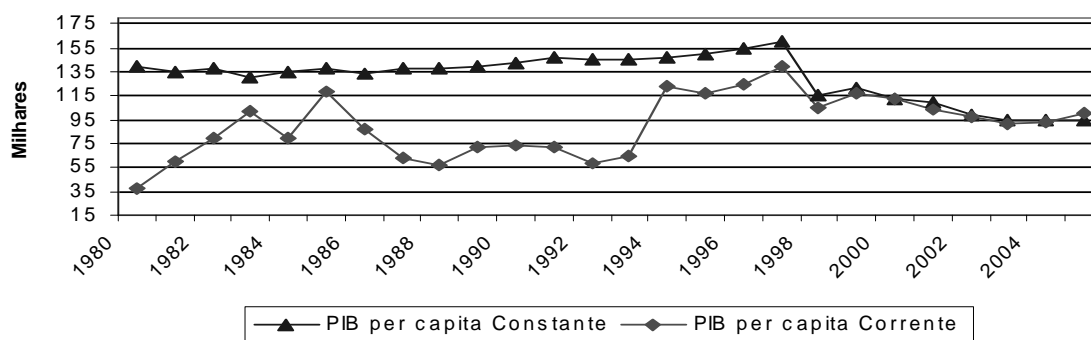


Gráfico 14 - PIB per capita Constante e Corrente em milhares de FCFA de 1980 a 2005 (2000=100).
Fonte: FMI, elaboração própria do autor.

Outro fato que merece atenção na análise desses gráficos é a estranha relação entre o PIB Global e *per capita* a preços constantes e o PIB Global e *per capita* a preços correntes de 2001 a 2004. Considerando 2000 como o ano base da deflação, pode-se admitir que os movimentos desses indicadores foram normais entre o período de 1980 a 2000 (PIB a preços constantes superior ao PIB a preços correntes de 1980 a 1999, em 2000 os dois deviam se igualar, tal como aconteceu). Entretanto, a estranha relação começa de 2001 a 2004 (anos em que o PIB a preços correntes devia ser superior ao PIB a preços constantes), mas, como se

verifica no gráfico acima, a tendência foi antagônica. Apenas em 2005 foi recuperada a tendência ideal (os PIB a preços correntes superam os constantes). Essa estranha relação verificada de 2001 a 2004 se deu em consequência do conflito civil de 1998/99, que anulou a maior parte dos avanços econômicos conseguidos no país durante o longo período em análise. (Causando uma queda de 27,15% no PIB real, redução de 17% na produção agrícola e perdas avaliadas em US\$ 90 milhões no setor privado), afetando assim o poder de compra da população (DENARP, 2004).

Analisando a evolução do PIB no gráfico acima, percebe-se também que o crescimento econômico foi muito fraco durante o período em estudo. Sua fraqueza resulta da implementação no passado de políticas macroeconômicas e setoriais inadequadas na Guiné-Bissau. A escolha das soluções tecnológicas constituiu um grave problema no passado do país. De acordo com Dowbor (1983), o estado Guineense não devia se preocupar com aquisição de tratores (símbolo da modernização agrícola) e abertura das indústrias de transformações e montagens antes de se preocupar com a instalação no país das Infra-estruturas como assistência técnica, peças e combustíveis que estas tecnologias exigem, ou antes de preparar os camponeses que apenas entendiam de arados e técnicas rudimentares para assimilar e dominar a nova tecnologia. Investiu-se muito em tecnologia sofisticada que hoje se encontra inútil à espera de conserto em vez de generalizar as tecnologias simples que permitem os avanços lentos e seguros no conjunto da capacidade produtiva. A consequência foi clara: hoje o setor moderno funciona com pouca capacidade produtiva devido ao fraco desenvolvimento da sua base produtiva no país (a agricultura).

As políticas econômicas executadas durante as décadas passadas no país não tiveram qualidade suficiente para inverter a tendência de fraco desempenho econômico. Como contrapartida, as despesas do governo aumentam rapidamente enquanto as suas receitas pouco aumentam (devido ao fraco crescimento da produção, fonte da receita do governo), o que o leva a usar seu poder de *senhoriagem* para emitir moedas em grandes quantidades e pagar seus funcionários. Em consequência disso, os impostos inflacionários elevam cada vez mais, como se verificou de 1980 a 1997 (ano em que o país aderiu à UEMOA - União Econômica e Monetária Oeste Africana, com o objetivo de estabilizar os problemas inflacionários e os desequilíbrios no balanço de pagamentos). O gráfico a seguir revela esse movimento inflacionário.

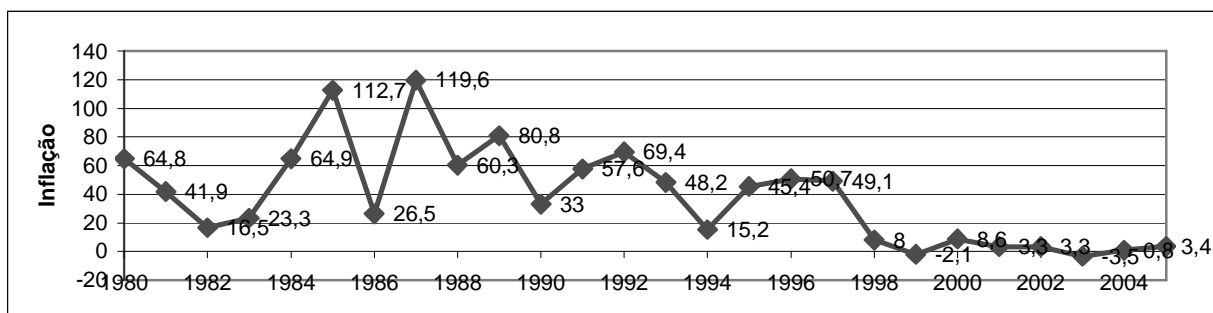


Gráfico 15 – Guiné-Bissau: Variação na Inflação de 1980 a 2005.

Fonte: FMI, elaboração própria do autor.

Como se pode ver no gráfico acima, o país chegou a passar por inflações extremamente elevadas, sendo as máximas de 112,7% em 1985 e 119,6% em 1987, resultado dos erros da política de investimento que caracteriza o país (concentração dos recursos na capital e dificuldade de acesso aos mesmos nas zonas produtivas rurais). O difícil acesso aos meios de produção nas zonas rurais elevava os problemas no abastecimento urbano, o que, conseqüentemente, aumentava a inflação. Apenas em 1997 foi estabilizado o problema inflacionário, após a entrada do país na UEMOA, passando assim a contar com inflações baixas e até negativas (-2,1 em 1999 e -3,5 em 2003).

5.3.2 Estrutura produtiva

Como qualquer economia subdesenvolvida na sua fase inicial, a economia da Guiné-Bissau ainda depende muito do setor de subsistência (agricultura de subsistência), tanto para o abastecimento do mercado interno como para exportação. Esse setor é constituído por minifúndios e latifúndios baseados na agricultura tradicional de subsistência e na monocultura de caju. Além da baixa produtividade, uma grande parte da produção é consumida pelos próprios produtores e o excedente é destinado ao mercado interno ou externo. Nas culturas associadas às habitações, as unidades que mais crescem são as dos cereais (arroz e milho), tubérculos, amendoim (“mancara”), feijão, fruticultura diversificada (sobretudo a monocultura de caju) e hortaliças. Na tabela abaixo, analisa-se a evolução das principais colheitas da Guiné-Bissau no período de 1999 a 2003.

(em %)													
Anos	Arroz	Mandioca	Batata doce	Coconete	Cana-de-açúcar	Vegetais	Frutas diversas	das quais Caju	Castanha de caju	Amendoim	Algodão	Outros Cereais	Total
1999	20,1	3,2	3,7	0,1	3,5	1,1	48,3	92,2	9,4	1,8	0,2	8,6	100,0
2000	16,6	3,6	4,3	0,2	4,0	1,2	45,2	40,3	12,3	2,6	0,3	9,9	100,0
2001	12,9	3,4	4,0	0,2	3,7	1,1	49,6	34,9	11,4	2,4	0,2	11,0	100,0
2002	14,2	4,0	4,7	0,2	4,3	1,3	46,7	42,7	10,9	2,8	0,3	10,8	100,0
2003	10,0	3,8	4,5	0,2	4,1	1,2	52,4	37,0	12,0	2,7	0,2	8,9	100,0

Tabela 4 - Evolução de produção das principais colheitas de 1999 a 2003 (em %)

Fonte: INEC/FMI, elaboração própria do autor.

Como se pode perceber observando a tabela acima, o caju é a principal fruta produzida no país e chegou a representar 92,2% das frutas diversas (1999). Sua castanha se destaca como o terceiro maior produto do país, representando 11,2% das colheitas em termos médios de 1999 a 2003, perdendo apenas para arroz, o segundo mais produzido (responsável por 14,76% das colheitas em termos médios durante o mesmo período). As frutas diversas foram responsáveis por 48,44% das colheitas do país em termos médios de 1999 a 2003, e o caju representou 49,42% desse total em termos médios durante o mesmo período.

Guiné-Bissau é o 5º maior produtor de caju em nível mundial e o maior do Oeste africano. Esse produto possui uma importância fundamental na economia do país, pois é o principal produto da exportação, chegando a 98% do total exportado. A maior parte da produção de caju do país se destina à exportação bruta (exportação primária), sobretudo para Índia, devido à pouca existência de estabelecimentos de transformação na Guiné-Bissau. Os principais produtores de caju (os ponteiros orientados para as culturas de renda) sofrem muito com a comercialização desse produto devido à oscilação do seu preço no mercado internacional. As perdas provêm da ausência da produção de *Commodities* (fechamentos de contratos antecipados para a entrega e pagamento no futuro), fato que deixa os agricultores inseguros sobre as variações futuras no preço e, conseqüentemente, sem estímulos para aumentar a produção, pois as vendas não são garantidas. A seguir, será analisada a evolução da produção animal e pesqueiro do país de 1997 a 2003.

<i>Evolução de número efetivo de Gado (em milhares de cabeças)</i>							
Descrição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Bovinos	1.430	1.465	1.502	1.539	1.578	1.617	1.658
Aves	897	920	943	966	990	1.015	1.041
Suínos	1.758	1.802	1.847	1.893	1.940	1.989	2.039
<i>Evolução do Produto de Pesca (em toneladas)</i>							
Descrição	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Produção Pesqueira: Total	5.683	4.983	4.927	4.693	4.856	4.955	5.100
Produção da Pesca Artesanal	4.032	3.615	3.795	3.985	4.337	4.554	4.782

Tabela 5 - Evolução de efetivos de Gado e produtos de pesca (1997 - 2003).

Fonte: INEC, elaboração própria do autor.

Observando a tabela acima, percebe-se a insuficiência total da produção de carne para o alimento da população. Apesar do aumento gradativo na produção de gado ao longo desse período analisado, como a tabela acima mostra, esses números ainda são muito reduzidos para o alimento de uma população de 1,586 milhões de pessoas que o país possui. A produção pesqueira é muito superior a do gado, razão pela qual, consome-se mais peixe que carne na Guiné-Bissau. A fraca produção de carne e a sua insuficiência para o alimento da população em geral, fez desse produto um bem de consumo de poucas famílias Guineenses. Em outras palavras, a carne é um produto presente no consumo diário das famílias de classe média ou elite, para os membros das classes populares, a carne representa um bem de luxo, consumido apenas nas grandes festas. No dia-a-dia desses últimos, eles consomem peixes, não por simples vontade, mas por ser mais econômico.

Produto de Indústria Agro - Alimentares							
Produção	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Óleo Palma	6.265	6.265	6.335	6.335	6.335	6.335	6.335
Óleo de Amendoim	1.809	2.343	2.473	2.473	2.473	2.473	2.473
Pão	3.398	3.468	3.539	3.611	3.685	3.761	3.838
Produto de Abate/Animal	5	5	5	5	5	5	5
Gelo	1	1	1	1	1	1	1
Bebida	523	533	544	555	567	578	590
Alcool destilado	1.069	1.069	1.069	1.069	1.069	1.069	1.069
Peixe Congelado	105	92	92	90	94	96	99
Peixe Seco ou Fumado	125	110	110	107	111	114	118
Outros	497	494	515	468	476	477	461
Produtos de outras Indústrias							
Madeira processada	ND	ND	10,7	11,2	11,8	11,4	11
Produtos de madeira	ND	ND	4,2	4,4	4,7	4,5	4,4
Sabão	ND	ND	2,4	2,5	2,6	2,5	2,4

Tabela 6 - Produção Manufatureira dos Principais produtos de 1997 a 2003 (em milhares de Toneladas)

Fonte: INEC/FMI, elaboração própria do autor.

Na Guiné-Bissau, o funcionamento do setor industrial é muito precário, e observando a tabela acima percebe-se uma fraqueza total desse setor na economia do país. Apenas os setores da indústria agro-alimentar e de madeiraria manufaturada tiveram uma razoável participação produtiva; os demais setores industriais ou não funcionam, ou a participação produtiva é irrelevante. Essa é a razão pela qual o setor secundário dispõe de uma fraca contribuição no PIB do país (13% em termos médios de 2000 a 2004).

5.4 Aspectos Sociais e Ambientais

O desenvolvimento não significa apenas maiores rendimentos para pessoas de baixa renda, mas a melhoria nos indicadores eco-socioeconômicos e aumento das competências individuais. Ou seja, o desenvolvimento diz respeito ao homem: ao seu nascimento, à sua saúde, à sua esperança de vida, à sua formação educacional. Em outras palavras, à sua qualidade de vida. Porém, em uma avaliação ideal do desenvolvimento, o progresso deveria ser medido pelos avanços humanos e ambientais, antes de considerar indicadores intermediários como o PIB e outros.

O objetivo dessa seção é analisar os aspectos sociais e ambientais da Guiné-Bissau, que associados às análises dos aspectos populacionais e econômicos, auxiliarão na análise do desenvolvimento eco-socioeconômico e na comparação do grau de desenvolvimento entre as regiões do país.

Para tal, a seção será dividida em cinco (5) subseções: na primeira, será analisado o indicador da concentração de renda (Gini); na segunda, serão analisados os indicadores de saúde; na terceira, serão analisados os indicadores da educação; na quarta, serão analisados os indicadores do desenvolvimento humano (IDH); e na quinta e última, serão analisados os indicadores ambientais.

5.4.1 Indicador de renda (Gini)

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, publicada no documento "Variabilità e mutabilità" (variabilidade e mutabilidade), em 1912. É frequentemente utilizada para calcular as desigualdades na distribuição de renda, mas também se usa noutras distribuições. O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo ou igual a zero (0), maior a igualdade na distribuição de renda, e quanto mais próximo ou igual a 1, maior ou completa desigualdade na distribuição de renda.

Um dos principais indicadores do avanço do desenvolvimento é o percentual e o número de pessoas que vivem na extrema pobreza. O limiar da pobreza, por sua vez, varia entre diferentes países. O índice de Gini possui uma importância fundamental na determinação do nível da extrema pobreza por ser uma medida utilizada para calcular as desigualdades na distribuição de renda (riqueza) em qualquer lugar.

Já foram realizados dois inquéritos (**ICOF** – Inquérito sobre consumo e orçamento das famílias e **ILAP** – Inquérito ligeiro para avaliação de pobreza) para analisar o grau de pobreza na Guiné-Bissau. Os resultados foram os seguintes: os dados do ICOF (1991) apontam para 49% e 26% do total da população que vive com menos de US\$2 e US\$1 por dia, respectivamente, em 1991, enquanto os dados do ILAP (2002) apontam para 64,7%, e 20,8% nas mesmas categorias. Os dados desses dois inquéritos divergem, pois as metodologias usadas nos seus cálculos também são diferentes.

O método utilizado pelo ILAP, em vez de proceder à diferenciação da população entre zona urbana e rural, limitou-se a dividi-la entre Bissau e outras regiões do país, dificultando uma análise mais detalhada sobre a pobreza no mundo rural. Mas, apesar disso, o ILAP se destaca como o mais eficaz, pois, forneceu os dados que ampliam o conhecimento do fenómeno da pobreza na Guiné-Bissau (DENARP, 2004).

Para calcular o índice de Gini, o ILAP fugiu da fórmula tradicional e levou em consideração a situação do mercado de trabalho no país (87% da população economicamente ativa - PEA, exercem atividades não remuneradas – gráfico 11). Porém, não se limitou a calcular as rendas em termos monetários acumulados pelas diferentes classes de pessoas, mas sim, as diferenças nos seus consumos em termos monetários.

De acordo com o ILAP (2002), o **índice de Gini** da Guiné-Bissau é de aproximadamente 0,36, demonstrando assim a pouca concentração das despesas num certo grupo da população e a pouca desigualdade na distribuição dos rendimentos no País, se comparada com os países da costa ocidental africana. A concentração da renda é maior na Capital do país (Bissau), onde o coeficiente de GINI é de 0,37, contra 0,33 nas regiões. Calcula-se que, em Bissau, aproximadamente 30% da população concentram 60% das despesas ou rendimento, enquanto que, nas demais regiões juntas, 40% da população concentram o mesmo nível de despesas (DENARP, 2004).

A prevalência da pobreza é muita elevada na Guiné-Bissau e a sua incidência é predominante na população feminina. 51% dos indivíduos que vivem na pobreza (com menos de US\$2 por dia) são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. A taxa é maior ainda para a pobreza extrema, onde 51,9% dos indivíduos são do sexo feminino e 48,1% do sexo masculino.

Em termos geográficos, a pobreza é maior nas zonas rurais do que nas urbanas. 69,1% dos pobres do país e 24,8% dos extremamente pobres (aqueles que vivem com menos de \$1 por dia) vivem nas regiões e a maioria deles nas zonas rurais (DENARP, 2004). A tabela 7 revela a distribuição da pobreza pelo país.

Regiões	Taxa de pobreza (menos de US\$ 2 por dia) %.	Contribuição por região na pobreza do país (%).
Bafatá	72,40	13,60
Biombo / Bolama	62,60	9,10
Cacheu	63,80	14,20
Gabú	65,80	12,30
Oio	79,60	18,00
Quinara / Tombalí	69,10	12,20
Bissau	51,60	20,60
Regiões sem Bissau	69,10	79,40
Total do País	64,70	100,00

Tabela 7 – Guiné-Bissau: Taxa de pobreza por região e contribuição de cada região na pobreza do país (2002)
Fonte: Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP).

Como se pode observar na tabela acima, Bissau conta com a menor taxa (51,6%) de pessoas que vivem com menos de US\$ 2,00 por dia e, em relação à extrema pobreza, ela afeta apenas 9,3% de pessoas em Bissau. A contribuição destas duas zonas no conjunto da pobreza do país é de 20,6% (Bissau) e 79,4% (demais Regiões)

5.4.2 Indicadores de Saúde

Diz-se que os indicadores da saúde geralmente são sensíveis ao crescimento do PIB. A mortalidade infantil e materna diminui e a esperança média de vida ao nascer aumenta quando o PIB cresce e vice-versa. Nessa subsecção, será analisada a validade desse conceito na Guiné-Bissau.

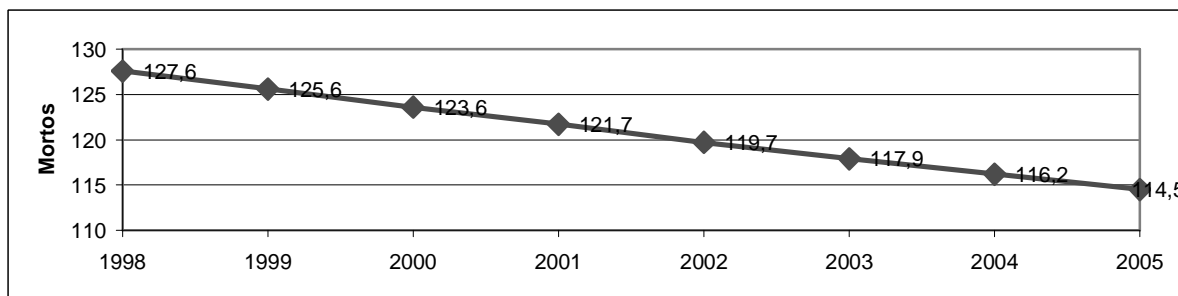


Gráfico 16 – Guiné-Bissau: Mortalidade Infantil de 1998 a 2005.

Fonte: BAD, elaboração própria do autor.

♣ Mortos/1000 nascidos vivos.

Observando o gráfico acima, percebe-se o seguinte: apesar do crescimento médio simples do PIB real ser de 1,77% negativo no período de 1998 a 2005, durante esse mesmo período houve uma redução na mortalidade infantil de 127,6 mortos/1000 nascidos vivos em 1998 para 114,5 mortos/1000 nascidos vivos em 2005. A tendência foi contrária para esse indicador na Guiné-Bissau, porém o fenômeno se explica com os apoios (medicamentais e alimentares) concedidos ao país pela comunidade internacional em geral, num momento da profunda crise (provocada pelo conflito político-militar de 1998). No gráfico abaixo será analisada a taxa da mortalidade infantil, através de um paralelo entre as regiões do país.

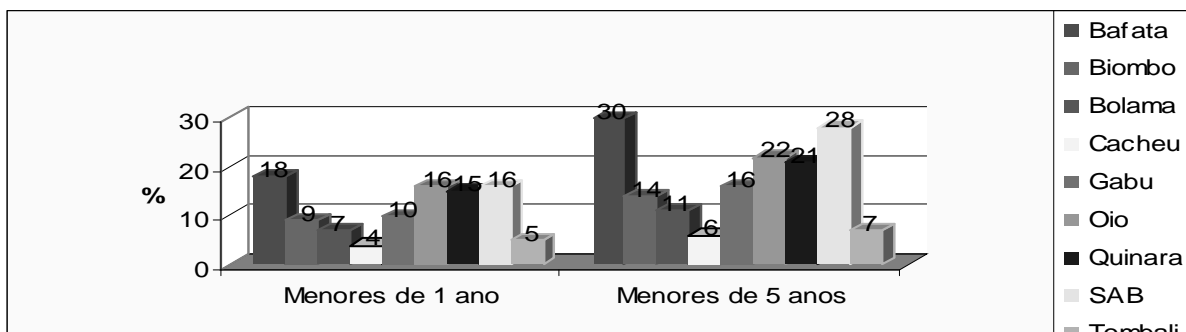


Gráfico 17 – Taxa de Mortalidade Infantil: Paralelo entre regiões (2000).

Fonte: MICS, Bissau (2000), elaboração própria do autor.

É importante destacar o setor autônomo de Bissau (capital), que se apresenta no gráfico acima como a região com a segunda maior taxa de mortalidade infantil na categoria

‘menores de 5 anos’, perdendo apenas para a região de Bafatá. Na categoria ‘menores de 1 ano’, iguala-se à região de Oio, perdendo de novo apenas para a região de Bafatá. O resultado é realmente surpreendente, pois, considerando a política de investimento que caracteriza o país (a concentração dos recursos na capital), a cidade de Bissau deveria apresentar melhores indicadores do desenvolvimento social. Contudo, vale destacar a importância das atuações de Cárritas missionárias e das organizações não governamentais (ONGs) nesse país.

A atuação de ONGs e, sobretudo, das Cárritas missionárias no país é fundamental para a compreensão desses resultados. Como se pode ver no gráfico acima, as regiões com as menores taxas de mortalidade infantil são as de Cacheu, Tombali, Bolama e Biombo, respectivamente. Esses resultados refletem simplesmente a importância das atuações de ONGs, e em especial das Cárritas missionárias. É muito comum encontrar uma mulher grávida residente em Bissau (capital) à procura de serviços médicos nessas regiões, devido às melhores condições de serviços de atendimento médico, melhor infra-estrutura hospitalar e maior facilidade de acesso a medicamentos (muitas vezes fornecidos gratuitamente pelas Cárritas Missionárias).

Apesar da concentração dos investimentos na capital, os serviços de atendimento médico são muito precários. A sua precariedade resulta, em parte, dos baixos salários pagos aos médicos e dos atrasos nos seus pagamentos, fato que deixa os médicos sem estímulo e motivação para a prestação de serviços normais nos hospitais públicos e, conseqüentemente, transformam os postos públicos em privados, oferecendo serviços apenas àqueles que dispõem de dinheiro para pagar, deixando os pobres ainda mais desprovidos. Os mesmos problemas se verificam também na educação. No gráfico a seguir, será analisada a mortalidade materna (mortos/100.000 nascidos).

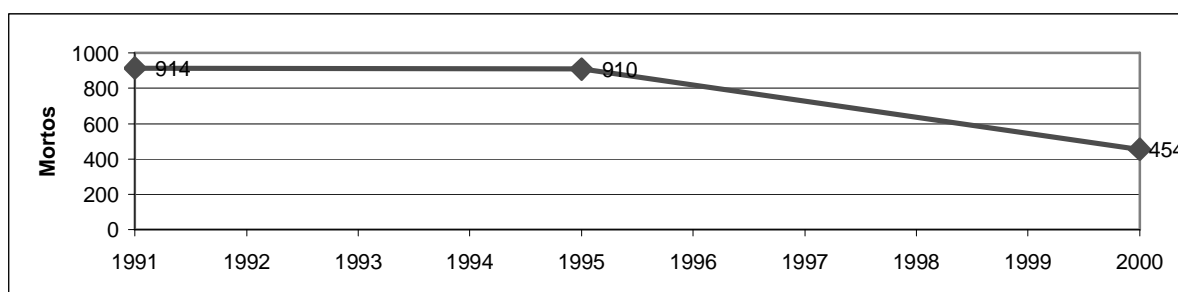


Gráfico 18 – Guiné-Bissau: Mortalidade Materna (1991; 1995 e 2000).

Fonte: PNUD e MICS, elaboração própria do autor.

♣ Mortos / 100.000 nascidos vivos.

Assim como a mortalidade infantil, a mortalidade materna também seguiu a tendência contrária: de 1991 a 1995, o crescimento do PIB real foi de 3,15%, em termos médios, e a

redução da mortalidade materna foi de apenas 0,44%, saindo de 914 mortos/100.000 nascidos para 910 mortos/100.000 nascidos durante o período. Já no período que vai de 1996 a 2000, apesar do crescimento do PIB real ser de 0,72% negativo, em termos médios, houve uma redução de 50,2% na mortalidade materna, saindo de 910 mortos/100.000 nascidos para 454 mortos/100.000 nascidos durante o período. Essa forte queda na mortalidade materna, acompanhada do péssimo desempenho econômico do país durante esse período, só se explica com os apoios internacionais já referidos no caso da mortalidade infantil. O mesmo aconteceu com a expectativa de vida ao nascer, como pode ser observado no gráfico abaixo.

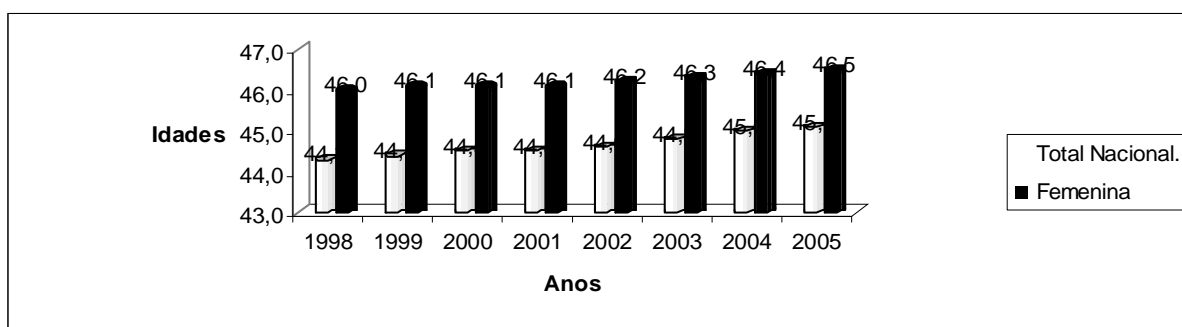


Gráfico 19 – Guiné-Bissau: Esperança Média de Vida ao Nascer (1998 a 2005).

Fonte: BAD, elaboração própria do autor.

Também houve uma melhora na expectativa de vida ao nascer de 1998 a 2005, mesmo sendo um período de máxima crise na história do país. Ou seja, apesar do crescimento negativo (-1,77%) no PIB real em termos médios durante o mesmo período, a esperança média de vida ao nascer cresceu constantemente.

5.4.3 Indicadores da Educação

Por serem dos mais importantes indicadores do desenvolvimento social, os indicadores de educação podem auxiliar na avaliação do nível de desenvolvimento social atingido pela Guiné-Bissau durante o período em questão. Para isso, será avaliada a evolução da taxa de escolarização por níveis escolares; a taxa bruta e líquida de escolarização por sexo e regiões; a idade ideal e média dos alunos por classes e regiões; a evasão escolar e qualificação dos professores.

Na Guiné-Bissau, a oferta escolar é administrativamente distribuída da seguinte forma, conforme a tabela abaixo²⁶.

Descrição	Estabelecimentos	Observação
Tabancas	Primário (EBE)	Completo e Incompleto
Secções	Primário (EBE)	Completo
Setores	EB (EBE+EBC)	Completo
	(ESG – Liceus)	Só em alguns Setores
Capitais Regionais	EB (EBE+EBC)	Completo
	ESG – Liceus	Completo
	ESC – Liceus	Só em algumas Regiões
Capital do País	EB (EBE+EBC)	Completo
	ESG – Liceus	Completo
	ESC – Liceus	Completo

Tabela 8 - Guiné-Bissau: Modelo de oferta escolar por nível administrativo das localidades

Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA.

Percebe-se claramente analisando a tabela 8, que o modelo da oferta escolar da Guiné-Bissau, representa entraves de acesso aos níveis mais avançados de ensino para os residentes de tabancas, secções e setores. Apenas algumas capitais regionais e do país (Bissau) possuem o ensino secundário complementar (ESC) completo, o que significa que o acesso a esse nível escolar constitui um grave problema para os residentes de outras localidades.

Nível	EBE (1ª a 4ª)	EBC (5ª a 6ª)	EBE + EBC	ESG (7ª a 9ª)	ESC (10ª a 11ª)	ESG + ESC
1991	53.1	28.7	46.3	9.3	2.3	6.7
1992	49.9	30.7	44.6	11.0	2.7	7.9
1993	55.6	33.7	49.5	12.0	3.1	8.7
1994	54.8	37.2	49.9	19.1	4.5	13.7
1995	61.4	35.4	54.2	17.9	5.3	13.2
1996	ND	ND	ND	ND	ND	ND
1997	67.0	34.0	57.8	17.8	6.3	13.5
1998	ND	ND	ND	ND	ND	ND
1999	78.9	46.1	69.8	25.6	10.9	20.2
2000	79.2	45.9	69.9	20.0	9.0	15.9
2001	71.8	39.0	62.7	19.9	13.2	19.9

Tabela 9 – Guiné-Bissau: Taxa Bruta de Escolarização Por Nível (1991 a 2001)

²⁶ Os significados das siglas: o **EB** – ensino básico (EBE+EBC - 1ª a 6ª classe); o **EBE** – ensino básico elementar (primário – 1ª a 4ª classe); e o **EBC** – ensino básico complementar (ciclo – 5ª a 6ª classe). O **ES** – ensino secundário dos Liceus (ESG+ESC – 7ª a 11ª classe); o **ESG** – ensino secundário geral dos liceus (7ª a 9ª classe); e o **ESC** – ensino secundário complementar dos liceus (10ª a 11ª classe).

Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA.

Observando-se a tabela 9, nota-se que, tanto no ensino básico – EBE + EBC (1ª a 6ª classe), como no ensino secundário – ESG + ESC (7ª a 11ª classe), a taxa bruta de escolarização por nível escolar aumentou em termos gerais de 1991 a 2001. A taxa média geométrica de crescimento anual da taxa bruta de escolarização por níveis escolares foi de 2,78% para o EBE; 2,58% para o EBC; 5,39% para EBE + EBC; 7,16% para o ESG; 17,22% para o ESC e 10,40% para ESG + ESC durante o período de 1991 a 2001. O melhor resultado foi obtido no ensino secundário, em especial o secundário complementar (ESC + 17,22% de 1991 a 2001). Ainda assim, é possível perceber os impactos negativos do conflito político militar de 1998 nos resultados de ambos os níveis, levando à retração de 7,2% na taxa de ensino básico de 2000 a 2001 e de 4,3% na taxa de ensino secundário de 1999 a 2000.

Sabe-se que o desenvolvimento da educação não depende apenas do aumento das taxas de escolarização, mas também da qualidade do ensino. A qualidade de ensino, por sua vez, depende muito da qualificação dos professores. A tabela a seguir revela as relações entre os professores formados e sem formação nas escolas das diferentes regiões do país, com o objetivo de analisar a qualidade de ensino na Guiné-Bissau.

Anos	2001					2003				
	Formados	%	Sem formação	%	Total	Formados	%	Sem formação	%	Total
SAB	454	55,5	364	44,5	818	540	48	586	52	1.126
Bafatá	101	40,7	147	59,3	248	114	36	203	64	317
Biombo	168	48	182	52	350	201	42	278	58	479
Bolama	87	46	102	54	189	111	43,7	143	56,3	254
Cacheu	242	41,2	346	58,8	588	263	35,5	478	64,5	741
Gabú	77	21,5	281	78,5	358	102	23	342	77	444
Oio	104	28,4	262	71,6	366	114	25,5	333	74,5	447
Quinara	88	59,5	60	40,5	148	101	48,3	108	51,7	209
Tombalí	87	42,6	117	57,4	204	92	36,5	160	63,5	252
Total	1.408	43,1	1.861	56,9	3.269	1.638	38,4	2.631	61,6	4.269

Tabela 10 - Guiné-Bissau: Qualificação dos professores por regiões (2001 e 2003)

Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA.

Analisando a tabela acima, percebe-se que, apesar do aumento na taxa bruta de escolarização por níveis escolares verificado na tabela 9, a qualidade do ensino caiu na Guiné-Bissau. Em quase todas as regiões do país, exceto Gabú, o percentual dos professores formados caiu e o percentual dos professores sem formação aumentou de 2001 para 2003.

Sabe-se que a determinação da taxa bruta e líquida de escolarização requer o conhecimento das idades ideais para cursar os diferentes níveis escolares. Porém, na tabela abaixo serão analisadas as idades ideais e médias para cada nível escolar na Guiné-Bissau.

Descrição	Graus Escolares em Classes										
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª
Idade ideal	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Média Nac.	8,66	10,2	12,2	11,94	13,81	14,7	15,9	16,83	17,94	18,57	19,2
Bissau	8,64	10,3	11,2	11,9	13,6	14,5	15,7	16,7	17,9	18,6	19,2
Bafatá	8,44	9,8	11,3	12,1	13,4	14,5	15,4	16,4	17,7-	-	-
Biombo	9,55	9,87	9,92	9,97	14,4	15,2	17,1	17,8	18-	-	-
Bolama	8,85	11	12,2	11,9	14,7	15,7	16,5	18,3	18,6-	-	-
Cacheu	8,66	10,7	12,2	11,9	14	15	15,3	17,4	18,3-	-	-
Gabú	7,91	9,74	11	12,7	13,6	14,4	16	16,9	17,4-	-	-
Oio	8,77	10,3	11,4	12,3	14,7	15,4	17,2	18	18,7-	-	-
Quinara	8,29	10,4	11,8	13,2	15,2	15,1	17,6	18,8	19-	-	-
Tombalí	8,66	10,1	11	11,8	14,5	14,5	17,7	18,2	19,2-	-	-

Tabela 11 - Guiné-Bissau: Idade média dos alunos por classes e regiões (1999 a 2000)

Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA, elaboração própria do autor.

Na tabela acima, percebe-se que, em todas as regiões do país, a idade ideal para os diferentes níveis escolares é inferior às médias, o que significa que as crianças demoram a entrar nas escolas. Esse comportamento influencia diretamente nas taxas bruta e líquida de escolarização, pois, de um lado, à medida que as crianças demoram a entrar nas escolas haverá sempre pessoas com idades teoricamente consideradas superiores a certos níveis cursando-os, e, por outro lado, haverá sempre pessoas com idades consideradas ideais para entrar na escola fora dela.

Como se sabe, a *taxa bruta de escolarização* refere-se à relação entre o total dos alunos matriculados numa determinada classe, independentemente das idades, e o total da população na faixa etária teoricamente considerada correspondente a essas classes. A *taxa líquida de escolarização* representa o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, cuja idade é teoricamente correspondente à frequência média desse nível, sendo expressa como uma porcentagem da população com a idade correspondente, inclui-se no numerador e no denominador o mesmo grupo etário. Os gráficos abaixo nos revelam as relações entre a taxa bruta e líquida de escolarização por regiões, bem como as relações entre gêneros na educação da Guiné-Bissau.

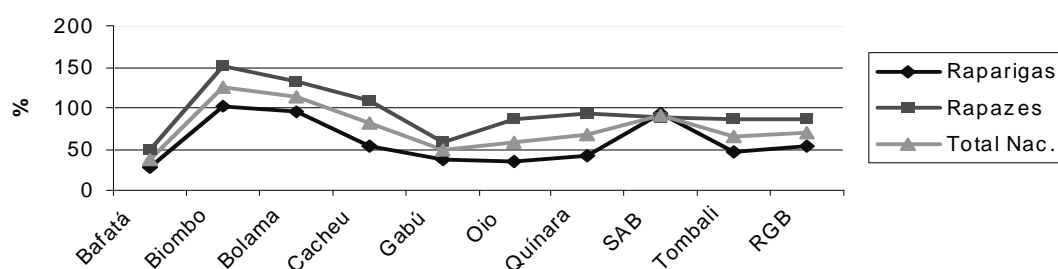


Gráfico 20 – Guiné-Bissau: Taxa Bruta de Escolarização por Sexo e Regiões (1999 a 2000).

Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA, elaboração própria do autor.

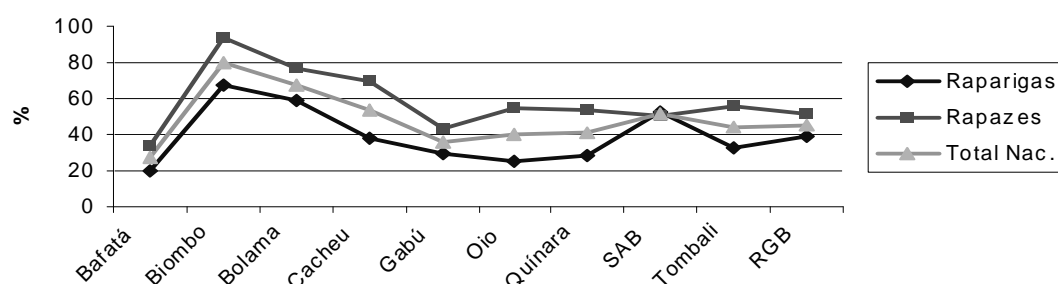


Gráfico 21 - Guiné-Bissau: Taxa Líquida de Escolarização por Sexo e Regiões (1999 a 2000).

Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA, elaboração própria do autor.

Analisando os gráficos acima, nota-se que, em ambos os indicadores, a região de **Biombo** se destaca na frente com os melhores resultados, seguidos pela região de Bolama (ex-capital). Essas duas regiões possuem resultados melhores que a própria capital do país.

Os piores resultados em ambos os indicadores foram para as regiões de Bafatá e Gabú, respectivamente, isso porque essas duas regiões são majoritariamente povoadas pelas pessoas da religião Islâmica e, nessa religião, os pais geralmente priorizam as escolas do alcorão para os filhos e, para as filhas, priorizam os afazeres domésticos (dificilmente as meninas estudam). Sendo assim, as meninas geralmente permanecem analfabetas e a maioria dos meninos também, pois os estudos do alcorão que os meninos geralmente frequentam não os tornam letrados, a não ser que venham a frequentar as escolas normais para se tornarem alfabetizados. Essa é a principal razão pela qual essas duas regiões dispõem de taxas de escolarização muito inferiores às demais.

Uma outra importante percepção que os gráficos acima nos oferecem é a forte disparidade entre gêneros em todas as regiões, exceto Bissau (capital). Nota-se claramente que as taxas brutas e líquidas de escolarização masculina são muito superiores às femininas em todas as regiões do país, exceto na capital do país (SAB - Bissau), a única região com a

igualdade entre gênero alcançada. No gráfico abaixo será analisada a taxa de permanência na escola por sexo no ensino primário.

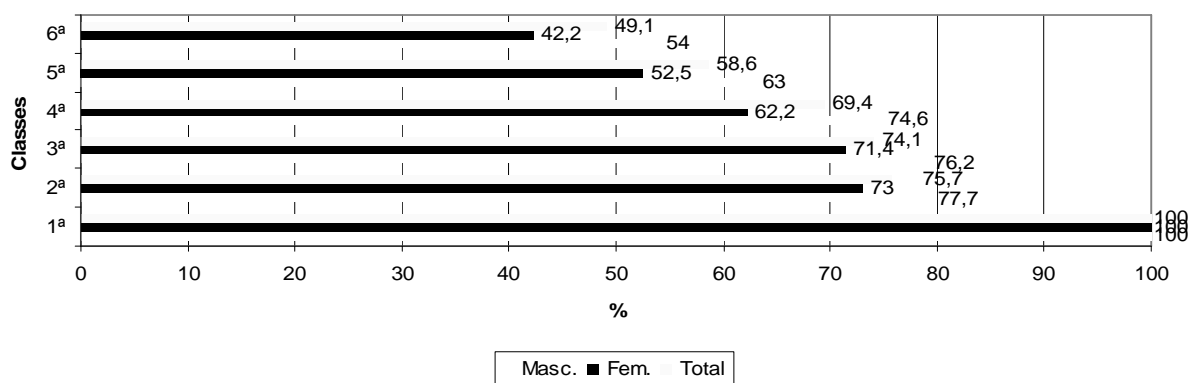


Gráfico 22 – Guiné-Bissau: Taxa de permanência escolar no ensino primário por sexo (1999 a 2000)
Fonte: RGB: Ministério da Educação Nacional, PAEB/FIRKIDJA, elaboração própria do autor.

Como se pode observar no gráfico acima, de 100% das meninas matriculadas na 1ª classe do ensino primário, apenas 42% chega à 6ª classe (último ano do ensino primário). Entre os meninos, apenas 54% dos matriculados na 1ª classe do ensino primário conseguem chegar ao último ano (6ª classe). Na média, dos 100% alunos que iniciam a 1ª classe do ensino primário, apenas 49% chegam à 6ª classe, ou seja, menos da metade dos alunos que iniciam o ensino primário conseguem chegar ao último ano.

5.4.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês *Mahbub ul Haq*, o IDH vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em seu relatório anual. É uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores. Representa uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O gráfico abaixo releva a evolução do IDH na Guiné-Bissau de 1980 a 2003.

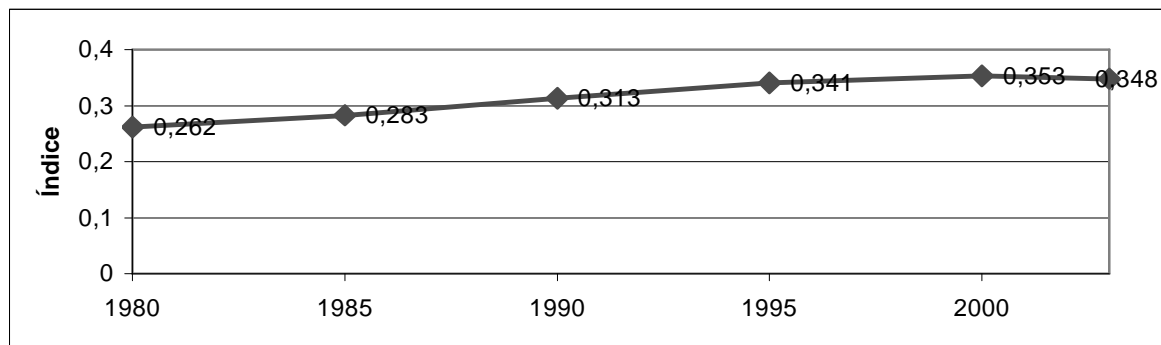


Gráfico 23 – Guiné-Bissau: Evolução do IDH de 1980 a 2003.

Fonte: PNUD, elaboração própria do autor.

Pode-se observar, no gráfico acima, que o IDH da Guiné-Bissau aumentou constantemente de 1980 a 2000, saindo de 0,262 para 0,353 respectivamente. Os efeitos do conflito político-militar de 1998 deixaram suas marcas claras no IDH, levando-o a uma queda de 0,5% no índice de 2000 a 2003 (saindo de 0,353 para 0,348 respectivamente). No gráfico a seguir, será analisado comparativamente o IDH por regiões da Guiné-Bissau.

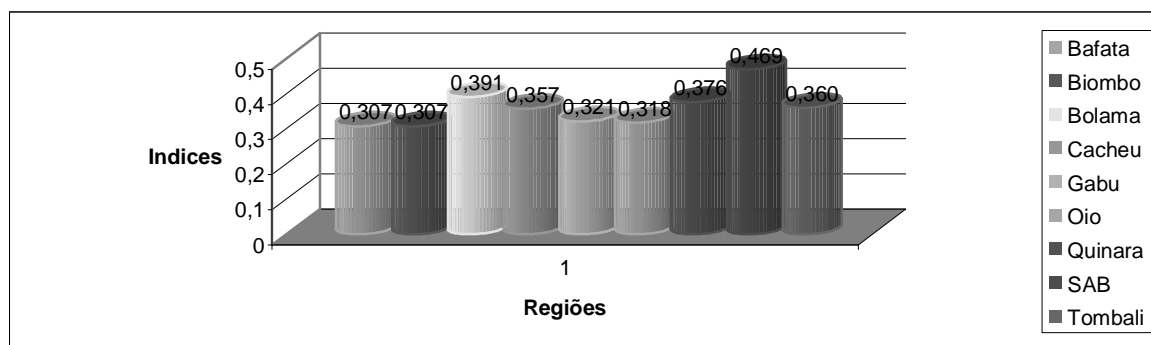


Gráfico 24 – Guiné-Bissau: IDH, Paralelo entre regiões (2000).

Fonte: MICS, Bissau (2000), elaboração própria do autor.

O gráfico acima mostra uma superioridade do setor autônomo de Bissau (SAB) em comparação às demais regiões. O SAB se destaca com um IDH de 0,460, seguido da região de Bolama, com IDH de 0,391. Os piores resultados foram para as regiões de Bafata e Biombo (ambos com o IDH de 0,307). Como já foi destacada na seção 5.2.2 (Distribuição da População e Fluxos Migratórios), a política de investimento que caracteriza o país (concentração dos recursos nas principais centros urbanos), é a principal responsável por essa forte disparidade no IDH entre as regiões, favorecendo largamente o SAB (setor autônomo de Bissau - capital) e a região de Bolama (ex-capital do país).

5.4.5 Indicadores da Sustentabilidade Ambiental

O *índice do desenvolvimento ambiental* é muito recente na literatura econômica e ainda se encontra em fase de construção. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (1998/1999 apud MONTIBELLER, 1999), até então esse índice não estava incluso nos cálculos das Nações Unidas. Porém, para a análise das problemáticas ambientais no presente trabalho, será adotado o modelo desenvolvido por Montibeller (1999) no seu trabalho *textos socioeconômicos*, no qual destacam os seguintes itens: consumo doméstico de água canalizada (tratada) e áreas florestais protegidas em escala nacional.

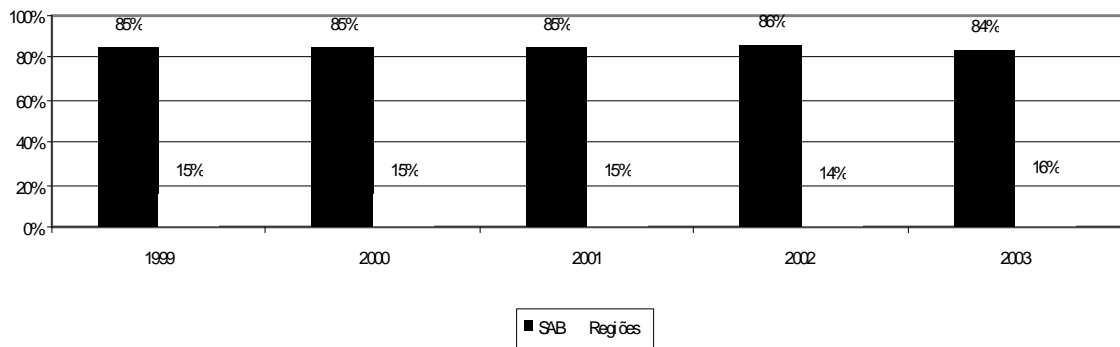


Gráfico 25 – Produção e Consumo de Água Canalizada (tratada) de 1999 a 2003

Fonte: FMI, Elaboração própria do autor.

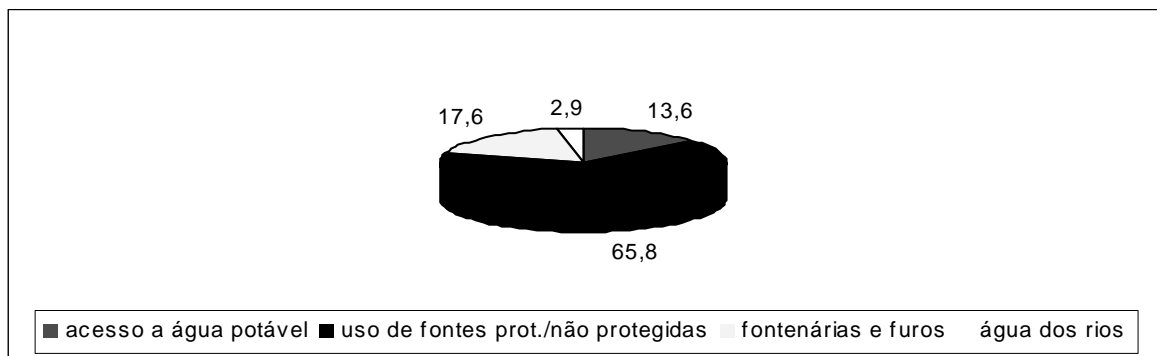


Gráfico 26 – População com acesso a água potável em 2000 (%)

Fonte: MICS, Bissau, Elaboração própria do autor.

Como se pode observar nos gráficos acima, a produção de água tratada (potável) na Guiné-Bissau, além de ser muito baixa para o consumo da população total do país (apenas 13,6% da população tem acesso à água potável – gráfico 27), é também muito mal distribuída. A cidade de Bissau concentra uma produção e consumo, em termos médios, de 85% do total da água tratada do país de 1999 a 2003, restando apenas uma produção e consumo de 15%

para as demais regiões durante o mesmo período (gráfico 26). Ainda de acordo com os dados do gráfico 27, 86,4% da população do país consome água sem qualquer tratamento, obtida das seguintes formas: 65,8% nas fontes protegidas ou não protegidas; 17,6% nas fontes e poços artesianos; e 2,9% nos rios. No gráfico a seguir, será analisada a fração total da área protegido no território nacional do país.

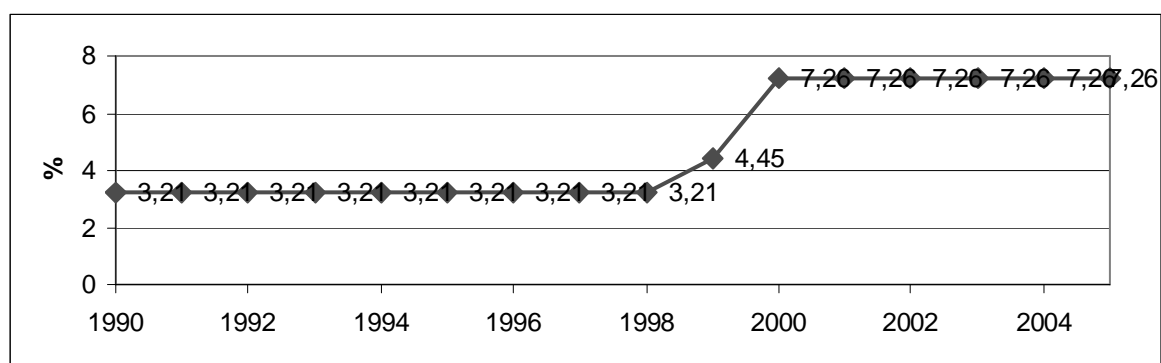


Gráfico 27 - Fração (%) da área do território total protegida de 1990 a 2005.

Fonte: PNUD, elaboração própria do autor.

Observando o gráfico acima, nota-se que a preocupação com a proteção ambiental não constitui o ponto forte do país. De 1990 a 1998 apenas 3,21% da área total do território eram protegidas. Em 1999 foi ampliada para 4,45% e um ano depois (2000) a área protegida subiu para 7,26% do território total, taxa mantida até 2005. Apesar do aumento constante na fração da área protegida no território total do país, as frações das áreas desmatadas crescem de forma mais rápida. Em 1990, a área do território total do país coberta pela floresta era de 66,5% e 11 anos depois (em 2000) restavam apenas 60,5%. Ou seja, em 11 anos, foram desmatados 6% do território total do país e o aumento da área protegida foi de apenas 4,05% em 16 anos (1990 a 2005), o que significa que se não forem adotadas medidas rígidas para a reversão da tendência, o país sofrerá com os problemas da insustentabilidade ambiental a longo prazo.

O uso de lenha e carvão como fontes alternativas de energia para cozinha, e a utilização de cibes e madeiras como materiais de construção civil, contribuem muito para o rápido desmatamento da floresta na Guiné-Bissau. A tabela abaixo revela a evolução da produção de cibe, carvão e lenha na Guiné-Bissau de 1997 – 2003.

<i>Anos</i>	<i>Cibe</i>	<i>Lenha e Carvão</i>
1997	521	5.253
1998	532	5.361
1999	543	5.470
2000	554	5.583
2001	565	5.697
2002	577	5.815
2003	589	5.935

Tabela 12 – produção de Cibe, Lenha e Carvão de 1997 a 2003 (em toneladas).

Fonte: INEC (instituto nacional de estatística e censos).

Como se pode observar na tabela acima, a produção de cibe (material de construção) e de lenha e carvão (energia alternativa de cozinha) crescem constantemente durante todo o período analisado, e essa foi a tendência histórica no país, pois, até então, o principal material de construção das habitações populares é o cibe e menos de 5% da população utiliza gás na cozinha.

O subdesenvolvimento agrícola, acompanhado por tecnologias e práticas ineficientes e ambientalmente incorretas, constitui um outro fator do desflorestamento, empobrecimento e erosão de solos. O sistema de produção cerealífera itinerante contribui fortemente para a degradação das florestas, embora não existam estatísticas realistas que confirmem a sua incidência.

O país possui ecossistemas de importância internacional. A conservação deste potencial natural decorre da interdependência natural entre vários sistemas ecológicos indispensáveis à sobrevivência humana. Contudo, observa-se uma depreciação qualitativa do patrimônio florestal com o desaparecimento das formações densas em proveito das florestas degradadas e de savanas. Por outro lado, as produções florestais, para além de madeiras, diminuem.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a qualidade de crescimento e o desenvolvimento eco-socioeconômico da Guiné-Bissau, no período de 1980 a 2005, com base nos indicadores disponíveis, além de identificar as principais razões da sua situação atual. A conclusão dessa análise aponta o seguinte: durante o período em análise, o crescimento alcançado pelo país foi de muito baixa qualidade, de acordo com a visão de Thomas (2000) sobre a qualidade de crescimento. Ou seja, de 1980 a 2005 a economia da Guiné-Bissau permaneceu subdesenvolvida em consequência de vários fatores, sendo que aqueles considerados mais relevantes serão destacados a seguir.

No que diz respeito aos aspectos populacionais, Singer (1976) considera o crescimento populacional um fator positivo para uma economia em desenvolvimento. Na Guiné-Bissau, o crescimento populacional foi constantemente positivo (com uma taxa média geométrica de crescimento anual de 2,69%) durante o período de 1980 a 2005, o que significa que tanto o mercado interno quanto a mão-de-obra cresceram nessa economia durante o mesmo período. Porém, o problema está no crescimento do PIB, que na visão de Souza (2005), precisava ser contínuo e em ritmo superior ao crescimento populacional para garantir o desenvolvimento do país. Mas não foi o que se verificou. Além do crescimento do PIB não ser contínuo durante o período, também foi, na média, inferior ao crescimento populacional (taxa média geométrica de crescimento anual de 1,17% durante o mesmo período).

No que refere ao desemprego, Thomas (2000) destaca a oportunidade de emprego como um dos fatores qualitativos que merece atenção especial no processo de desenvolvimento com qualidade. Na análise feita nesse trabalho, verifica-se que a economia pesquisada sofre de fortes problemas de desemprego e a tendência é de aumento ao longo prazo em função do fraco crescimento econômico, acompanhado de uma rápida e grande concentração da população (33,6%) na faixa etária entre 0 a 9 anos. Também se verifica uma forte redução da população rural (êxodo rural), acompanhando o aumento da população

urbana (inchaço urbano), contribuindo ainda mais para o agravamento de problemas como o desemprego, o que representa um ponto negativo no processo de desenvolvimento.

Referente aos aspectos econômicos, Thomas (2000) destaca o aumento da renda per capita como outro fator qualitativo de grande importância no processo de desenvolvimento. A análise feita revela que a economia da Guiné-Bissau está apoiada, basicamente, no setor primário – agricultura de subsistência (responsável por 58% do PIB). O crescimento econômico foi muito fraco durante o período em análise e sua fraqueza resulta da implementação, no passado, de políticas macroeconômicas e setoriais inadequadas na Guiné-Bissau.

Uma outra razão pelo fraco desempenho econômico do país está ligada à falta de valorização das potencialidades dos diferentes setores, como a agricultura, pesca e turismo, o que limita a participação destes setores no crescimento econômico do país. Ainda que o setor primário se destaque como o setor dinâmico da economia da Guiné-Bissau, sua participação no PIB poderia ser maior. A agricultura sofre tanto com a fraca produtividade e extensão das áreas cultivadas como com a falta de estímulos para produzir além das necessidades, o que contribui para a fraca ou estagnada produção e, conseqüentemente, para o fraco aumento ou estagnação da renda per capita no país, constituindo assim mais um ponto negativo no processo de desenvolvimento.

Considerando o critério do Montibeller (1999) para a classificação do desempenho econômico das economias subdesenvolvidas²⁷, a divisão do período em análise em três fases nos traz o seguinte resultado: na primeira fase (1980 a 1986), o país teve um desempenho econômico **Mau**; na segunda fase (1987 a 1997), o país teve um desempenho econômico **Regular** e na terceira fase (1998 a 2005), o país teve um desempenho econômico **péssimo**.

No que diz respeito aos aspectos sociais, Thomas (2000) destaca a educação mais equitativa, maior igualdade entre gênero, melhor saúde, nutrição, etc., como outros aspectos cruciais no processo de crescimento qualitativo. Os resultados das análises feitas neste trabalho, não foram tão bons para esses indicadores durante o período analisado: apesar de pouca concentração da renda no país, a prevalência da pobreza é muita elevada e a sua incidência é predominante na população feminina, sobretudo na zona rural.

²⁷ Taxa de crescimento da renda per capita anual acima de 7% corresponde a um desempenho econômico **ótimo**; mais de 4,5 a 7% anual corresponde a um desempenho **bom**; mais de 2 a 4,5% anual corresponde a um desempenho **regular**; de 0,1 a 2% anual corresponde a um desempenho **mau**; e de 0,0 e menos corresponde a um desempenho **péssimo**.

Houve uma ligeira melhoria nos indicadores de saúde (redução da mortalidade infantil e materna e aumento na expectativa de vida) durante os anos analisados nessas categorias. Mas, as análises indicam que tais melhorias não foram obtidas com base na melhora do desempenho econômico do país, e sim com base nas ajudas provenientes de outros países.

Com relação aos indicadores da educação, apesar da melhoria na taxa bruta de escolarização por níveis escolares, verifica-se uma forte redução na qualidade de ensino no país, e a desigualdade entre gênero continua longe de ser alcançada, exceto na capital Bissau (a única região com igualdade de gênero alcançada). Por outro lado, merecem atenção a alta taxa de abandono escolar em relação à permanência na escola no ensino primário e a existência de regiões com as taxas líquida e bruta de escolarização extremamente baixas (a exemplo da região de Bafata e Gabú).

Em termos gerais, houve uma melhoria no IDH do país durante o período em análise, mas, o conflito político-militar de 1998 deixou sua marca clara, causando uma ligeira freagem a esse indicador no final do período. Também merece atenção a grande diferença entre o IDH de Bissau (SAB) e Bolama em relação às outras regiões do país (resultado dos erros das políticas do investimento que caracterizavam o país no passado).

Em relação aos aspectos ambientais, Thomas (2000) destaca o meio ambiente mais sustentável como mais um aspecto que merece especial atenção no processo de desenvolvimento. O resultado obtido neste trabalho em relação a esse indicador é muito preocupante: além do acesso da população à água potável ser muito limitado, sua produção e consumo são também muito mal distribuídos (concentrados na cidade de Bissau). Outro fato de extrema preocupação é o rápido aumento das áreas desmatadas no território total do país e a reduzida fração de áreas protegidas.

Em relação ao governo, Thomas (2000) afirma que os efeitos dos governos pobres, os entraves burocráticos e a corrupção são regressivos e danosos para o crescimento sustentado. Os resultados do estudo apontam que os entraves burocráticos e a corrupção contribuem muito para o fraco desempenho econômico e estagnação da economia do país.

Quanto à infra-estrutura socioeconômica, os resultados apontam que a Guiné-Bissau permanece com uma base muito precária e subdesenvolvida durante o período em análise.

6.2 Recomendações

A avaliação deste trabalho, a respeito das conclusões acima, é a de que existe a necessidade da realização de um estudo mais aprofundado para analisar as potencialidades da Guiné-Bissau e encontrar as atividades produtivas diversas de produtos e técnicas adaptadas às condições do país. A análise aponta a necessidade de mudança geral para o alcance de melhoria no desempenho eco-socioeconômico do país, já que as experiências passadas deixaram muito a desejar.

O país possui vantagens comparativas na produção e exportação de muitos produtos, além da castanha de caju (o principal produto da exportação). Essas vantagens constituem instrumentos que podem ser usados para aumentar o crescimento econômico do país, aumentar as oportunidades de emprego, reduzir a pobreza, melhorar o nível de bem-estar da população e a sua competitividade externa. Mas, para isso, será necessária uma política de incentivo ao aumento do investimento privado nestes setores, o que requer uma instituição forte capaz de criar um clima propício aos negócios e investimentos privados, tanto internos como externos, já que a poupança interna é muito fraca.

Existe, de um lado, a necessidade urgente de reflexão sobre a importância do *desenvolvimento Rural*, cujo principal objetivo é evitar a desorientação e o desvínculo dos jovens com o mundo rural à procura de melhores condições de vida nas grandes cidades. De outro, a necessidade de reflexão sobre a importância de descentralização das principais atividades econômicas do país nos centros urbanos. A não adoção de estratégias conducentes ao desenvolvimento das zonas rurais pode, futuramente, fazer com que o *êxodo rural* venha provocar os seguintes problemas: inchaço urbano, aumento do desemprego (em consequência de abandono das atividades agrícolas não remuneradas, responsável por mais de 78,6% do emprego de país) e, conseqüentemente, agravação dos problemas de favelização e marginalização.

Na área educacional, merecem uma atenção especial às regiões de Bafata e Gabú, que precisam de mais investimentos e incentivos educacionais para reversão da tendência de baixa taxa líquida e bruta de escolarização. Também existem as necessidades de maior incentivo à educação feminina no país, com o objetivo de inverter a tendência de elevada desigualdade entre gênero, a fim de seguir os objetivos de desenvolvimento do milênio.

O governo precisa agir rapidamente em direção ao aumento da fração das áreas protegidas no território nacional e criar políticas anti-desmatamento para contrair a sua rápida expansão. Também existe a necessidade de uma atenção especial à baixa produção e consumo de água potável no país, pois a baixa qualidade de água consumida no país é o principal responsável pela maior parte das doenças que afeta a população. Precisa-se de um maior investimento no tratamento de água, pois a sua qualidade reflete muito nos custos com os medicamentos.

Recomenda-se também a urgente melhoria institucional. Manter a lei e a ordem é a primeira atribuição de qualquer governo. Porém, o governo deveria se preocupar com a melhoria da eficiência do seu funcionamento: reduzir os entraves burocráticos; empenhar-se mais na promoção da democracia e transparência; descentralizar as partes; estabelecer uma administração pública baseada no mérito e em costumes honestos e eficientes; combater a corrupção no aparelho estatal e comprometer-se mais com a promoção da justiça social (sobretudo a oportunidade de emprego e oferta dos serviços públicos de qualidade).

O presente trabalho não esgota e nem tem a pretensão de encerrar esse debate, pelo contrário, nele se deram os primeiros passos num extenso caminho de compreensão eco-socioeconômico da Guiné-Bissau, o que significa que pode posteriormente auxiliar os debates sobre essa temática no país.

REFERÊNCIAS

BAD. (Banco Africano de Desenvolvimento): disponível Em:
<http://www.afdb.org/pls/portal/docs/PAGE/ADB_ADMIN_PG/DOCUMENTS/STATISTICS/POCKETBOOK_2006_WEB_0.PDF>.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva.** Banco Mundial 2004.

BETTELHEIM, C. **A problemática do “subdesenvolvimento”.** In: PEREIRA, Luiz (Ed.). **Subdesenvolvimento e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 51-69.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia.** 3ª Ed./ tradução Mônica Rosemberg: revisão técnica Eliezer Martins, Aglas Watson Barrera: São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CARDOSO, F. H; Faletto, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970, pp. 9-38 (Caps. 1 e 2).

FAUSTA, C. J. **Análise do subdesenvolvimento do município de São Pedro de Alcântara.** Monografia: departamento de Ciências Econômicas. Florianópolis: UFSC, Julho, 2000.

FCC (Fundação Carlos Chagas). **Notas metodológicas: fontes de dados, conceitos e algumas considerações.** Disponível em <<http://www.fcc.org.br/mulher/ntmetodo.html>>. Acesso em: 15/10/2007.

FMI. **Dados e estatísticas: Análise econômica e financeira do mundo.** FMI. Setembro, 2006. Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2006/02/data/weoselgr.aspx>>. Acesso em: 20/02/2007.

_____. **Relatório do FMI da Guiné-Bissau - Maio de 2003. Guiné-Bissau: Edições selecionadas e apêndice estatístico.** FMI Washington, D.C. Março, 2005. Disponível em:<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2005/cr0593.pdf>>. Acesso em: 12/09/2007.

FURTADO C. **formação econômica do Brasil.** São Paulo: comp. Editora nacional, 1995.

GIL A., C. **Técnica de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUINÉ-BISSAU: Ministério da Educação Nacional – PAEB/FIRKIDJA. **A Educação na Guiné-Bissau/** João José Huco Monteiro (**org.**). Bissau: Junho, 2005.

_____. **Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - (DENARP)**. Versão-3, maio, 2004. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>> acesso em 20/07/2007

_____. **Ministério de Economia - Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas**. disp. Em <<http://www.stat-guinebissau.com/>> acesso em 02/05/07.

_____. **Secretaria de estado da solidariedade social e emprego. Instituições: OIT E PNUD. Documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau**. Volume-I -- Documento principal, versão preliminar-2, março de 2002.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Natural e Ambiente: Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento (Projeto GBS/97/G31/1G/9 - “Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade”)**. Disponível em: < <http://www.cbd.int/doc/world/gw/gw-nbsap-01-pt.pdf>> . Acesso em: 12/09/2007.

_____. **Síntese das potencialidades e das oportunidades de negócio e investimento**. Disponível em: <<http://www.empreendedor.ulusofona.pt>>. Acesso em: 10/10/2007.

GUNDER-FRANK, A. **Desenvolvimento do subdesenvolvimento Latino-americano**. In: PEREIRA, Luís (Ed.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 25-38.

HERNANDES, L. M.G.L. **África na sala de aula: Visita a história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LADISLAU, D. **Guiné-Bissau: a busca da independência econômica**. Brasiliense, 1983.

LEFF, H. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. FURB, 1998.

LISBOA A. **A economia solidária entre o neo-desenvolvimentismo e o pós-desenvolvimentismo**. Texto: Disc. Economia solidária. UFSC, 2007.

MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre a População**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MONTIBELLER F., G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2º ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

_____. **IDSA - um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental: Textos socioeconômicos nº. 2**. Florianópolis: UFSC, 1999.

PRADO Jr. C. **A formação do Brasil contemporânea**. Colsuis SP: Brasiliense/ publifolha, 2000.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano, 2005**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/reports/global/2005/portuguese/pdf/hdr05_po_HDI.pdf>. Acesso em: 12/03/2007.

_____. **Resumo do relatório do desenvolvimento humano, 1996**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr96/hdr1.htm#resol>>. Acesso em: 17/04/2007

_____. **United nations statistics division**: Disponível em <<http://www.pnud.org.br/odm/objetiv.Php>>. Acesso em 20 de março de 2007.

RAUD, C. H. J. **Resumo de Aula: Disc. Sociologia do desenvolvimento**. UFSC: CFH, 2007.

RAUL PREBISCH. **El desarrollo económico de América Latina e algunos de sus principales problemas**. Nova York, CEPAL, N.U., 1950.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, pp. 16-30.

SACHS, I. **Resumo a ecosocioeconomia: teoria e pratica de desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e crise**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

SMELSER, N. **A Sociologia da vida econômica**. São Paulo: Pioneira, 1968, pp.179-211 (Cap. 5: Aspectos sociológicos do desenvolvimento econômico).

SMITH, A. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Ed.: Nova Cultural, 3a ed., São Paulo, 1988 3. (Os Economistas).

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed.rev. São Paulo: Atlas, 2005.

THOMAS, Vinod. *et al.* **A qualidade do crescimento**. Ed. UNESP, 2000. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>> Acesso em: 18/09/2006.

VASCO, C. **A historia da guiné e as Ilhas de Cabo-Verde**. UNESCO, 1979.

VON BELLER , HOUS M. **Indicadores de sustentabilidade: uma analise comparativa**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

WALLERSTEIN, I. **Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo de sistemas – mundo**. In: CHESNAIX, F. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003, P.71-92.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_Interno_Bruto>. Acesso em: 20/10/2007

ANEXOS

ANO	PIB, preços constantes.	PIB, preços correntes.	PIB, deflator.	PIB per capita, preços constantes.	PIB per capita, preços correntes.	PIB, evolução.	PIB per capita, evolução.	Inflação, preços ao consumidor.	População, evolução.	Pib constante	População
	FCFA	FCFA	índice	FCFA	FCFA	US\$ internacional	US\$ internacional	% anual	peçoas	Varição	Varição
	Bilhões	Bilhões		Unidade	Unidade	Bilhões	Unidade		Milhões	%	%
1980	110.668	29.367	26,54	139,01	36,89	0,407	511,45	64,8	0,796	0,00	0,00
1981	110.118	48.302	43,86	135,47	59,42	0,443	545,25	41,9	0,813	-0,50	2,14
1982	114.742	66.438	57,90	138,26	80,06	0,490	590,42	16,5	0,830	4,20	2,09
1983	110.841	86.904	78,40	130,81	102,56	0,492	580,71	23,3	0,847	-3,40	2,05
1984	116.937	69.301	59,26	135,17	80,11	0,539	622,57	64,9	0,865	5,50	2,13
1985	121.966	104.675	85,82	138,08	118,5	0,579	655,33	112,7	0,883	4,30	2,08
1986	120.746	78.789	65,25	133,89	87,36	0,586	649,44	26,5	0,902	-1,00	2,15
1987	127.508	57.859	45,38	138,48	62,84	0,635	690,05	119,6	0,921	5,60	2,11
1988	130.005	53.373	41,05	138,29	56,77	0,670	712,61	60,3	0,940	1,96	2,06
1989	133.808	68.775	51,4	139,41	71,65	0,716	745,54	80,8	0,960	2,93	2,13
1990	139.936	71.354	50,99	142,79	72,81	0,777	793,13	33	0,980	4,58	2,08
1991	147.071	72.383	49,22	147,07	72,38	0,845	845,5	57,6	1,000	5,10	2,04
1992	148.617	60.045	40,4	145,65	58,85	0,874	856,58	69,4	1,020	1,05	2,00
1993	151.666	67.081	44,23	145,67	64,43	0,913	876,48	48,2	1,041	2,05	2,06
1994	156.448	130.819	83,62	147,26	123,14	0,961	904,89	15,2	1,062	3,15	2,02
1995	163.355	126.724	77,58	150,69	116,9	1,024	944,92	45,4	1,084	4,41	2,07
1996	170.863	138.383	80,99	154,47	125,11	1,092	986,98	50,7	1,106	4,60	2,03
1997	181.975	156.733	86,13	161,23	138,87	1,182	1.047,32	49,1	1,129	6,50	2,08
1998	132.560	121.315	91,52	115,1	105,34	0,871	755,97	8	1,152	-27,15	2,04
1999	142.682	138.208	96,86	121,42	117,61	0,951	808,99	-2,1	1,175	7,64	2,00
2000	153.397	153.397	100	112,32	112,32	1,044	764,69	8,6	1,366	7,51	16,26
2001	153.695	145.883	94,92	109,3	103,74	1,072	762,11	3,3	1,406	0,19	2,93
2002	142.712	141.917	99,44	98,49	97,94	1,012	698,55	3,3	1,449	-7,15	3,06
2003	141.813	137.118	96,69	94,93	91,79	1,039	695,82	-3,5	1,494	-0,63	3,11
2004	144.958	142.576	98,36	94,14	92,6	1,113	722,55	0,8	1,540	2,22	3,08
2005	149.661	158.827	106,12	94,34	100,12	1,167	735,79	3,4	1,586	3,24	2,99

Fonte: FMI

Contribuição dos setores econômicos no PIB real (%)			
ANO	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
2000	60,5	12,4	27,1
2001	58,8	12,3	28,9
2002	56,1	12,7	31,2
2003	57,3	13,1	29,6
2004	57,8	12,8	29,4

Fonte: INEC/FMI

Produção de água potável (em milhões de metros cúbicos)					
ANO	Produção				
	total	Bissau	Regiões	SAB %	Regiões %
1999	5084	4346	738	85	15
2000	5364	4543	821	85	15
2001	6515	5518	997	85	15
2002	7087	6087	1000	86	14
2003	6248	5248	1000	84	16

Fonte: FMI

Descrição	Taxas Líquidas de Escolarização			Taxas Brutas de Escolarização			
	Moças	Rapazes	Total Nacional.	Descrição	Moças	Rapazes	Total Nacional.
Bafatá	20,3	34,2	27	Bafatá	27,1	49,1	37,7
Biombo	67,2	93,5	79,9	Biombo	102,2	152,2	126,3
Bolama	59,2	76,7	67,8	Bolama	95,8	133	114
Cacheu	38,4	70	53,3	Cacheu	54,2	109,6	80,4
Gabú	29,4	43,6	36,3	Gabú	37,8	58,6	47,9
Oio	25	55,1	39,8	Oio	34,3	85,1	57,9
Quínara	28,6	53,3	40,6	Quínara	42,8	92,8	67
SAB	52,4	50,2	51,2	SAB	91,9	89,3	90,5
Tombalí	32,4	56,1	43,8	Tombalí	45,4	86,1	65
RGB	38,5	51,7	45,3	RGB	54,6	85	69,4

Fonte: Guiné-Bissau: Ministério Da Educação nacional (PAEB/FIRKIDJA), 2005.

Guiné-Bissau: Percurso de uma coorte de 1000 alunos do ensino primário												
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Masc.	1000	777	762	746	630	540	100%	77,7%	76,2%	74,6%	63%	54%
Fem.	1000	730	714	622	525	422	100%	73%	71,4%	62,2%	52,5%	42,2%
Total	1000	757	741	694	586	491	100%	75,7%	74,1%	69,4%	58,6%	49,1%

Fonte: G -Bissau: Ministério Da Educação nacional (PAEB/FIRKIDJA), 2005.

<i>Anos</i>	<i>Mortalidade Infantil (RGB)</i>	<i>Esperança de vida ao nascer - RGB (anos)</i>	
	<i>(mortos/1000 nascidos)</i>	<i>Total Nacional (anos).</i>	<i>Feminina (anos)</i>
1998	127,6	44,3	46,0
1999	125,6	44,4	46,1
2000	123,6	44,5	46,1
2001	121,7	44,5	46,1
2002	119,7	44,6	46,2
2003	117,9	44,8	46,3
2004	116,2	45,0	46,4
2005	114,5	45,1	46,5

Fonte: BAD

<i>Distribuição da População: Urbano e Rural</i>		
<i>ANO</i>	<i>Urbana (%)</i>	<i>Rural (%)</i>
1998	30.2	69.8
1999	30.9	69.1
2000	31.6	68.4
2001	32.5	67.5
2002	33.4	66.6
2003	34.2	65.8
2004	34.9	65.1
2005	35.5	64.5

Fonte: BAD